DT

SÉRIES
DOCUMENTOS
DE TRABALHO

17

ESTUDO

Cooperação entre a Ibero-América e o Caribe não Ibero-Americano

Identificando desafios e oportunidades para a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular entre regiões

PROGRAMA IBERO-AMERICANO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL - SUL

10 ANOS

DT/17

ESTUDO

Cooperação entre a Ibero-América e o Caribe não Ibero-Americano

Identificando desafios e oportunidades para a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular entre regiões

SÉRIES DOCUMENTOS DE TRABALHO

PROGRAMA IBERO-AMERICANO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL - SUL 10 ANOS

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
Buenos Aires, 2020

A série Documentos de Trabalho do PIFCSS tem como objetivo contribuir para o acervo de conhecimentos na Ibero-América e promover o debate nas distintas matérias que são abordadas para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Triangular.

Consultor responsável da investigação
Fernando Nivia-Ruiz

Direção
Daniel Castillo Carniglia

Colaboração
Santiago Dematine, Gisela Gatti, Romina Páez, Julieta Rodríguez, Giselle Rossemblum, Diego Gonzalo Diaz

Desenho e diagramação
María Laura Ragni

ISBN: 978-987-1767-39-7

RESSALVA: as opiniões expressadas no presente documento correspondem ao seu autor e não necessariamente representam a postura do PIFCSS, de seus países-membros nem das instituições às quais faz referência.

© 2020 Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Tabela
de Conteúdos

Índice de figuras/**6**

Índice de tabelas/**7**

Acrónimos/**8**

Prefácio/**10**

introdução/**12**

CAPÍTULO 1
APROXIMAÇÃO AOS PAÍSES DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO: INSTITUCIONALIDADE, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO/15

1.1. Breve perfil do Caribe não Ibero-Americano/**15**
1.2. A cooperação internacional no Caribe não Ibero-Americano: fatos recentes/**17**
1.3. Perfil dos países do Caribe não Ibero-Americano: institucionalidade, desenvolvimento e cooperação/**20**
- 1.3.1. Antígua e Barbuda/**21**
- 1.3.2. Bahamas/**23**
- 1.3.3. Barbados/**24**
- 1.3.4. Belize/**25**
- 1.3.5. Dominica/**28**
- 1.3.6. Granada/**30**
- 1.3.7. Guiana/**31**
- 1.3.8. Haiti/**32**
- 1.3.9. Jamaica/**34**
- 1.3.10. São Cristóvão e Neves/**36**
- 1.3.11. Santa Lúcia/**38**
- 1.3.12. São Vicente e Granadinas/**39**
- 1.3.13. Suriname/**40**
- 1.3.14. Trinidade e Tobago/**42**

1.4. Boas práticas de desenvolvimento no Caribe não Ibero-Americano/**43**

CAPÍTULO 2
CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ORGANISMOS INTERGOVERNAMENTAIS E MECANISMOS (SUB-)REGIONAIS DE DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO RELEVANTES PARA A COOPERAÇÃO COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO/47

2.1. Caracterização de organismos e espaços regionais/**47**
2.1.1. Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)/**47**
2.1.2. Organização dos Estados Americanos (OEA)/**50**
2.1.3. Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC)/**52**
2.1.4. Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)/**53**
2.2. Caracterização de organismos e espaços sub-regionais/**54**
2.2.1. Comunidade do Caribe (CARICOM)/**55**
2.2.2. Associação de Estados do Caribe (AEC)/**59**
2.2.3. Organização de Estados do Caribe Oriental (OECO)/**60**
2.3. Caracterização de outros espaços e plataformas/**62**
2.3.1. Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC)/**62**
2.3.2. Banco Central do Caribe Oriental (BCCO)/**63**
2.3.3. Agência para a Gestão de Emergências e Desastres do Caribe (CDEMA)/**64**
2.3.4. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI)/**64**
2.3.5. West Indies University (UWI)/**65**
2.3.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)/**65**
2.4. O Sistema das Nações Unidas no Caribe não Ibero-Americano/**68**

CAPÍTULO 3
A COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR ENTRE A IBERO-AMÉRICA E OS PAÍSES DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO/72

3.1. Principais antecedentes da Cooperação Ibero-Americana com os países do Caribe não Ibero-Americano/**72**
3.2. Evolução da Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-Americana com o Caribe não Ibero-Americano no período 2011-2016/**73**
3.3. Principais experiências ibero-americanas de diálogo e relacionamento para a cooperação com o Caribe não Ibero-Americano/**78**
3.4. A Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-Americana mais recente com o Caribe não Ibero-Americano: iniciativas em execução no ano de 2017/**84**

CAPÍTULO 4
REFLEXÕES E ANÁLISE FINAL/88

Bibliografia/**98**

ANEXO
PERFIL DOS QUATORZE PAÍSES DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO/106

Índice
de Figuras

FIG. 1. Total de AOD no Caribe não Ibero-Americano. Anos 2005-2017 (M. USD)/**17**

FIG. 2. Participação dos países do CNIb nos principais mecanismos sub-regionais de integração/**55**

FIG. 3. Sedes dos principais organismos e mecanismos no Caribe não Ibero-Americano/**67**

FIG. 4. Sedes dos principais organismos e mecanismos no Caribe não Ibero-Americano/**70**

FIG. 5. Evolução das iniciativas de Cooperação Sul-Sul ibero-americanas em execução com pelo menos um parceiro do CNIb. Anos 2011-2016/**74**

FIG. 6. Distribuição da participação dos países do CNIb nas ações de CSS bilaterais executadas. Anos 2012-2016**/75**

FIG. 7. Parceiros de Cooperação Triangular (papel segundo ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano. Anos 2011-2016**/76**

FIG. 8. Participação do CNIb nas iniciativas de CSS ibero-americanas em execução. Anos 2011-2016/**78**

FIG. 9. Iniciativas bilaterais de Cooperação Sul-Sul oferecidas ao CNIb, de acordo com o país ibero-americano. Ano 2017/**85**

FIG. 10. Distribuição das iniciativas de CSS bilaterais, de acordo com o âmbito de atuação. Ano 2017/**85**

FIG. 11. Distribuição das iniciativas de CSS bilaterais, de acordo com o âmbito de atuação. Ano 2017/**87**

FIG. 12. Principais âmbitos de atuação identificados pelos países do CNIb para aprofundar as relações de CSS/CT com a Ibero-América/**91**

FIG. 13. Principais âmbitos de atuação identificados por mecanismos de diálogo do CNIb para aprofundar as relações de CSS regional com a Ibero-América/**95**

Índice
de Tabelas

TABELA 1. Boas práticas identificadas pelos países do CNIb sujeitas de serem implementadas em iniciativas de CSS com a Ibero-América/**44**

TABELA 2. Boas práticas, estudos de casos ou estudos de sucesso apresentados ou documentados recentemente no CNIb/**45**

TABELA 3. Outras instituições regionais da CARICOM/**66**

TABELA 4. Contexto de Desenvolvimento Sustentável Multipaís das Nações Unidas para o Caribe 2017–2021 (UN-MSDF)/**68**

TABELA 5. Representações locais dos países do CNIb na Ibero-América e da Ibero-América no CNIb/**79**

TABELA 6. Institucionalidade e cooperação em países e mecanismos do CNIb/**88**

TABELA 7. Prioridades temáticas dos planos e estratégias de desenvolvimento em vigor nos países do CNIb, de acordo com o âmbito e o setor de atividade/**90**

TABELA 8. Prioridades temáticas em vigor nos principais mecanismos/organismos (sub-)regionais ou extrarregionais com presença no Caribe não Ibero-Americano/**93**

Acrónimos

AEC	Associação de Estados do Caribe
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
BCCO	Banco Central do Caribe Oriental
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNTF	Basic Needs Trust Fund
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CARICOM	Comunidade do Caribe
CARIFTA	Associação de Livre Comércio do Caribe
CDEMA	Agência para a Gestão de Emergências e Desastres do Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CERF	Consejo Interamericano para el Desarrollo Integral
CIDI	Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral
CNIB	Caribe não Ibero-Americano
CSS	Cooperação Internacional Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GTCI	Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto

J-CCCP	Japan-Caribbean Climate Change Partnership
MID	Japan-Caribbean Climate Change Partnership
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECO	Organização de Estados do Caribe Oriental
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-americana da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PIJ	Instituto de Planejamento da Jamaica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMTA	Unidade de Mobilização de Recursos e Assistência
SEGIB	Secretaria Geral Ibero-Americana
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
UE	União Europeia
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNASUR	União de Nações Sul-Americanas
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UN MSDF	Contexto de Desenvolvimento Sustentável Multipaís das Nações Unidas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UWI	West Indies University

Prefácio

Desde o início de suas atividades em 2010, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) trabalha junto aos seus países-membros para consolidar e fortalecer a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular entre os países da Ibero-América.

Neste tempo, através do fortalecimento institucional e de capacidades nacionais das instituições responsáveis pela negociação, coordenação e gestão da cooperação de seus países-membros, **foi possível avançar na construção de propostas de metodologias, investigações, mecanismos de gestão do conhecimento e na promoção de intercâmbios estruturados de experiências,** entre outros.

À medida que o PIFCSS foi se consolidando na região como uma plataforma de relevância para divulgar e fortalecer a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular, o interesse em compartilhar este modelo de trabalho e de formalizar uma aproximação a outras regiões se tornou mais evidente. Neste sentido, o Caribe não Ibero-Americano (CNIb) se apresenta como uma área natural e prioritária devido a sua proximidade geográfica, por compartilhar diversos espaços regionais multilaterais onde também participam países da Ibero-América (por exemplo, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL –, a Associação de Estados do Caribe – AEC –, a Organização de Estados Americanos – OEA –, entre outros) e pelo fato de que muitos dos países ibero-americanos já contam com estratégias ou programas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular com esta região.

Desta forma, em 2014 e 2016, o PIFCSS realizou ações concretas no Caribe (na Guiana e em São Cristóvão e Neves, respectivamente) que visavam divulgar a metodologia para informar as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular, as quais estão refletidas no Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, que é publicado anualmente pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) com o apoio do PIFCSS.

O presente estudo se encontra nesta mesma linha e busca ampliar o conhecimento entre a Ibero-América e o Caribe não Ibero-Americano. Está enquadrado no Objetivo Estratégico 4 do PIFCSS, orientado a promover parcerias com outros atores do desenvolvimento para o fortalecimento da CSS e da CT.

Acreditamos que um maior conhecimento das prioridades do desenvolvimento, das estratégias de cooperação e da institucionalidade dos países do CNIb, entre outras questões, se tornam fundamentais para responder aos desafios e oportunidades de estabelecer programas de cooperação entre os países ibero-americanos e essa região, bem como para definir possíveis linhas de trabalho do PIFCSS neste sentido.

Agradecemos a colaboração das instituições responsáveis pela cooperação dos países ibero-americanos, do CNIb, bem como dos organismos regionais que estiveram abertos a compartilhar informações valiosas que permitiram a elaboração do presente estudo. Da mesma maneira, agradecemos o apoio da SEGIB e, especialmente, do consultor responsável pelo estudo, o Sr. Fernando Nivia-Ruiz.

Confiamos que a presente publicação será uma ferramenta útil para a tomada de decisões das instituições responsáveis pela cooperação dos 21 países-membros do Programa e dos próprios países do Caribe não Ibero-Americano, bem como para contar com um contexto de referência para investigadores e outras instituições da Ibero-América e da comunidade internacional em geral, interessada no trabalho com o Caribe não Ibero-Americano.

Daniel Castillo Carniglia
Secretário técnico
Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Introdução

APara os propósitos deste estudo, **o Caribe não Ibero-Americano (CNIb) faz referência aos seguintes quatorze países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, e Trinidade e Tobago.** Este conjunto de nações conquistou múltiplos avanços em termos de desenvolvimento e, apesar de terem características comuns, também possuem algumas realidades e aspectos diferenciadores entre eles.

Os países do CNIb formam uma região com muitos anos menos de vida independente, com exceção do Haiti, se comparado com o resto dos países da Ibero-América, e, apesar de compartilharem uma aparente proximidade geográfica com estes últimos, ainda existe um amplo desconhecimento e um escasso relacionamento entre ambas as regiões, pelo menos em termos de cooperação internacional.

Durante anos, o CNIb parece ter priorizado muitas de suas ações e esforços em direção a outras latitudes, assim como certamente o fez, em boa medida, a comunidade ibero-americana. É claro que esta região caribenha está imersa em diversas agendas de desenvolvimento após 2015, como os compromissos da Agenda 2030, o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, a Trajetória de Samoa dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a COP 21, a Agenda de Ação de Addis Abeba, entre outras propostas como a economia azul. Todas são importantes em termos de prioridades e propostas que visam consolidar o CNIb no curto e médio prazo.

As assimetrias que existem entre os países do CNIb e os ibero-americanos são evidentes, algo que, sem dúvida, deve ser considerado nos esforços de aproximação e relacionamento entre ambas as regiões. Apesar disto, existem laços que, durante anos, foram sendo construídos em diferentes âmbitos e com diferentes níveis de sucesso entre ambas as regiões, onde certamente será necessário aprofundar a institucionalização de tais relações com o intuito de favorecer uma maior e melhor Cooperação Sul-Sul (CSS) e Cooperação Triangular (CT).

Neste sentido, **o presente estudo busca identificar os principais fatos, desafios e oportunidades para a CSS e a CT entre ambas as regiões, que contribuam para aprofundar a aproximação e o relacionamento com o CNIb a partir das principais realidades, capacidades e, por sua vez, fortalezas e limitações que existem tanto na Ibero-América como no CNIb.** Neste sentido, o documento é organizado em quatro capítulos com objetivos claramente definidos.

O primeiro deles oferece uma aproximação atualizada da realidade da região do CNIb, onde, além de estabelecer as principais características comuns e também diferenciadoras do desenvolvimento da região, apresenta um panorama atualizado da cooperação internacional nesta região, com base nos fatos, cifras e iniciativas mais recentes em andamento, e destaca as principais temáticas, parceiros, prioridades, etc. Da mesma maneira, apresenta um perfil detalhado de cada um dos quatorze países em termos de sua institucionalidade, prioridades de desenvolvimento, arquitetura da cooperação e os principais fatos relevantes para a CSS e a CT em cada um deles, bem como uma primeira relação das boas práticas com que alguns países do CNIb contam.

O segundo capítulo identifica e caracteriza os principais organismos e instâncias relevantes para a CSS e a CT com o CNIb no âmbito regional, com particular ênfase nos mecanismos regionais de integração e acordo próprios do Caribe, onde existem diversos espaços, possibilidades, encontros e áreas de trabalho coincidentes, com diferentes cenários que convidam a refletir sobre como continuar aprofundando a aproximação e o relacionamento com o CNIb. Da mesma maneira, caracteriza outras organizações intergovernamentais do Caribe onde também existem diversos espaços e experiências de cooperação. O capítulo finaliza com um breve panorama geral do funcionamento e da presença do Sistema das Nações Unidas no CNIb.

No terceiro capítulo, é possível identificar os principais fatos, antecedentes, dados, tendências e modalidades de CSS e CT entre a Ibero-América e o CNIb. É detalhada, com particular ênfase, a cooperação entre ambas as regiões desde 2011 até 2017, ano em que se conta com as últimas cifras disponíveis, tentando ver também o seu alinhamento com os ODS. Adicionalmente, são apresentadas as principais políticas, estratégias e ações mais recentes que foram implementadas por alguns países da Ibero-América em sua CSS e CT com o CNIb.

Por último, **o quarto capítulo oferece uma análise mais consolidada dos principais dados, fatos, tendências, áreas potenciais de trabalho, etc., dos próprios países do CNIb, dos mecanismos de integração em nível regional, bem como dos mecanismos e organizações intergovernamentais do CNIb.** Permite identificar as principais prioridades de desenvolvimento destes países, suas necessidades e demandas temáticas de CSS e CT (em sete destes países), bem como os âmbitos de atuação priorizados pelos mecanismos regionais do CNIb, sistematizados a partir de sua resposta a um instrumento de captura de informações que foi respondido diretamente pelos atores do Caribe.

Em síntese, **este estudo espera oferecer elementos úteis para consolidar uma aproximação e um relacionamento mais institucionalizado e, principalmente, pragmático com o CNIb,** considerando as particularidades de ambas as regiões, os diferentes espaços multilaterais existentes e as necessidades em matéria de cooperação do Caribe em nível bilateral, regional ou triangular.

01
Aproximação aos países do Caribe não Ibero-Americano: institucionalidade, cooperação e desenvolvimento

1.1. BREVE PERFIL DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Todos os países do CNIb conseguiram sua independência durante a segunda metade do século XX, sendo o primeiro deles Trinidade e Tobago, em 1962, e o último São Cristóvão e Neves, em 1983. A exceção seria o Haiti, já que é um país independente desde 1804.

Em conjunto, os países do CNIb representam em extensão um pouco mais de 30.000 km^2 e possuem uma população de aproximadamente 19 milhões de habitantes, considerando que o Haiti representa 60% deste total. Partindo das Bahamas no norte até a Guiana no sul, passando pelo resto dos países do CNIb, estas nações apresentam algumas características particulares, principalmente pela sua condição de insularidade, com exceção de Belize, Guiana e Suriname.

Boa parte destes países são membros da Comunidade de Nações devido ao seu passado colonial com o Reino Unido (com exceção de: Guiana, Haiti, Suriname e Trinidade e Tobago). Sua forma de organização política é principalmente parlamentária e seus desafios de desenvolvimento similares. Suas economias, com mercados domésticos pequenos, importadores de alimentos (com exceção de Belize e Guiana) e orientados ao setor de serviços, receberam por volta de USD 3 bilhões a título de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2018, onde o turismo continua sendo a fonte mais importante deste tipo de investimentos. Bahamas, Jamaica e Guiana foram os principais destinos de tais fluxos em 2018, em contraste com Trinidade e Tobago, que pelo terceiro ano consecutivo registrou cifras negativas.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), os principais desafios que são enfrentados pelos países desta região estão associados a três dimensões da agenda de desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, são países que continuam tendo baixos níveis de crescimento desde a crise de 2008, o que está associado principalmente com o encargo da dívida externa que se posiciona entre as mais altas do mundo

com relação ao tamanho de suas economias[1], juntamente com problemas subjacentes como a falta de competitividade, o baixo nível de diversificação de mercados e produtos, e o alto nível de emigração.

Da mesma forma, ao serem países de renda média e média alta, eles possuem acesso limitado às subvenções bilaterais, multilaterais e outros fundos concessionários[2]. Por serem economias pequenas e vulneráveis, contam com maiores dificuldades para acessar os mercados de capital internacional, o que os levam a se endividar em termos onerosos. Diante disto, a Comunidade do Caribe (CARICOM) insiste na necessidade de introduzir modificações nos critérios de acesso ao financiamento concessionário para os Estados pequenos, vulneráveis e de renda média.

Em termos sociais, apesar da maioria dos países do Caribe estarem posicionados na metade superior do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos últimos anos eles perderam várias posições na mencionada medição de desenvolvimento[3]. Adicionalmente, fenômenos como a crescente pobreza, o desemprego juvenil, as desigualdades de gênero e a falta de segurança apresentam desafios importantes para este conjunto de países.

Por último, a adaptação às mudanças climáticas e a redução do impacto de desastres mediante a preparação, recuperação e reconstrução sustentável são desafios a serem enfrentados na esfera ambiental. Apesar dos pequenos países insulares em desenvolvimento produzirem as menores emissões de carbono, eles sofrem os efeitos mais severos das mudanças climáticas. O Caribe tem registrado mais de 385 desastres desde 1990, e, desde 2000, sofreu pelo menos oito desastres com um custo anual que oscila entre 33% e 200% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países afetados[4].

Em síntese, o CNIb conta com alguns padrões e desafios similares como região em termos de desenvolvimento. Apesar de que existem diferenças entre os países do CNIb, muitos deles enfrentam desafios comuns, considerando a estrutura e o tamanho de

---

[1] Em 2015, quatro dos 25 países mais endividados do mundo eram caribenhos: Antígua e Barbuda, Barbados, Granada e Jamaica. O encargo total da dívida superou os USD 52 bilhões e os pagamentos do serviço total da dívida na região representavam mais de 70% do PIB da região. Apesar do elevado endividamento da sub-região, este é relativamente insignificante em comparação com o resto do mundo, de acordo com a CEPAL.

[2] Países como Bahamas, Barbados, São Cristóvão e Neves, e Trinidade e Tobago já não fazem parte da lista de países receptores da AOD, do CAD e da OCDE. Antígua e Barbuda seria o seguinte país do CNIb proposto para sua promoção devido ao seu nível de renda.

[3] De acordo com o IDH para 2017, dos 14 países do CNIb em estudo, dois estavam posicionados em um nível de desenvolvimento humano muito alto, dez em nível alto, um em nível médio (Guiana) e somente um em nível baixo (Haiti). No entanto, oito países perderam pelo menos duas posições no índice em comparação com 2012, dois países se mantiveram igual e somente dois países conseguiram melhorar uma posição (Antígua e Barbuda, e Suriname).

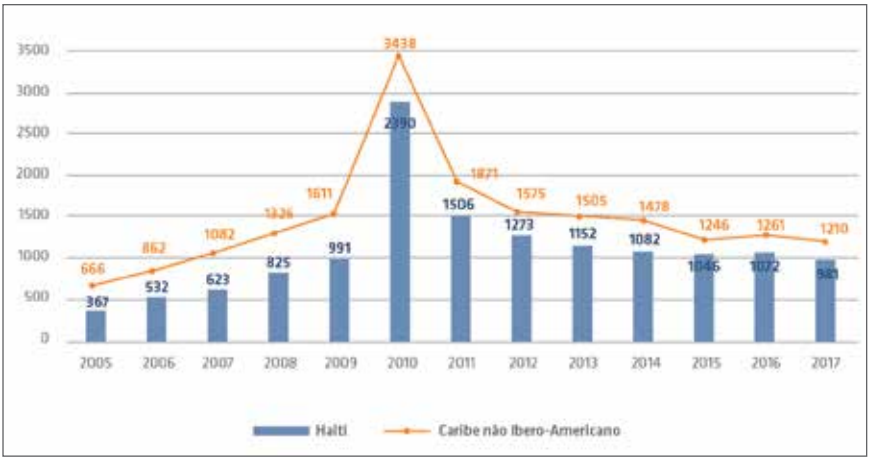
[4] Em 2016, o Banco Mundial calculou em USD 835 milhões os prejuízos anuais médios que são registrados no Caribe, unicamente por ciclones tropicais.

suas economias, sua predominante condição de países de renda média alta, sua localização geográfica, sua recorrente vulnerabilidade diante de desastres (principalmente tempestades tropicais) e suas lacunas, ainda importantes, em diversos âmbitos do desenvolvimento nacional. Estes países, assim como boa parte do mundo em desenvolvimento, continuam enfrentando desafios que ultrapassam e se estendem além da sustentabilidade econômica, como é assinalado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[5].

1.2. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO: FATOS RECENTES

A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) nos países do CNIb[6] alcançou um valor aproximado de USD 1,2 bilhões em 2017, dos quais 75% foram destinados ao Haiti, continuando, com grande diferença, com 5% para a Jamaica, 4% para a Guiana e 1,5% para o Suriname (1,5%). Na região, os valores da AOD mantiveram um ritmo de crescimento durante os últimos anos e alcançaram o auge em 2010 (devido ao terremoto no Haiti), a partir do qual começou uma constante redução da ajuda (com exceção de 2016). A **Fig. 1** exibe o total da AOD no CNIb nos anos recentes, bem como a importância do Haiti como receptor dela.

FIGURA 1. Total de AOD no Caribe não Ibero-Americano. Anos 2005-2017 (M. USD).



Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir da OCDE Query Wizard for International Development Statistics.

---

[5] *O progresso multidimensional – além da renda – nos diferentes países do CNIb com relação a uma série de indicadores (saúde, educação, meio ambiente, etc.) consta no Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe, publicado pelo PNUD em 2016.*

[6] *Deve ser considerado o fato de que existem países que já não fazem parte da lista de receptores do CAD-OCDE, pelo qual não há informações destes.*

Juntamente com a redução da ajuda, o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) especifica como os objetivos desta também foram se modificando com o tempo, de uma abordagem baseada na redução da pobreza, na saúde e na educação, no contexto dos Objetivos do Milênio, à adaptação e à mitigação das mudanças climáticas, principalmente.

A AOD norte-americana representa um volume muito importante de recursos ao países do CNIb. Em 2018, de acordo com as cifras da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a região recebeu um total de USD 406.909.718 deste país, dos quais o Haiti representou 86%, continuando com a Jamaica com 9% e os 5% restantes foram distribuídos entre os demais países em estudo. Por sua vez, o Canadá conta, desde 2008, com o Fundo Canadá-Caribe para a gestão do risco de desastres.

No caso da União Europeia (UE), esta possui em vigor o 11o Fundo de Desenvolvimento Europeu - Programa Regional Indicativo Caribe 2014-2020, que disponibiliza um subsídio de € 346 milhões e está orientada a três áreas: **1) Cooperação econômica regional e integração; 2) Mudanças climáticas, meio ambiente, gestão de desastres e energia sustentável; e 3) Crime e segurança**[7]. Outros países como a Alemanha e o Reino Unido também oferecem assistência à região. No caso do Reino Unido, a maior contribuição para o período 2018-2019 será realizada através do Fundo Infraestrutura Caribe-Reino Unido com recursos que ultrapassam os £80 milhões, de acordo com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

Outros parceiros extrarregionais também realizam processos de cooperação com a região do Caribe, com um particular aumento a partir da crise de 2008. A China e Taiwan se destacam como aliados de cooperação dos distintos países do CNIb que reconhecem seus governos[8], e se tornam os únicos sócios extrarregionais que contam com representações diplomáticas nos quatorze países do CNIb. No caso da China, ela implementa um mecanismo de consultas bienal com os ministros de relações exteriores da região, em que são acordados e promovidos esforços conjuntos de cooperação. O sétimo, e mais recente encontro, ocorreu em Beijing, em fevereiro de 2019.

---

[7] Tais recursos são implementados principalmente por organismos regionais como a CARICOM, OECO, UWI, entre outros.

[8] A República Popular da China é reconhecida por: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Suriname, e Trinidade e Tobago. Já Belize, Haiti, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas mantêm relações diplomáticas com Taiwan.

Da mesma maneira, nações como o Japão contam com a Associação sobre Mudanças Climáticas Japão-Caribe. A Coreia do Sul realizou, em 2019, o IX Fórum Coreia-Caribe e Emirados Árabes Unidos, além de realizar o I Fórum de Cooperação EUA-Caribe (novembro/2018), e implementou o Fundo de Energia Renovável para o Caribe por um valor de USD 50 milhões[9]. Também países como a Guiana e o Suriname são incluídos como beneficiários das iniciativas de cooperação do Banco Islâmico de Desenvolvimento. Isto somente para mencionar outros casos cooperação na região[10].

Existem outros atores como a Índia que acaba de realizar a I Reunião Índia-CARICOM no contexto do 74º período de sessões da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, oportunidade na qual foi anunciada uma doação de USD 14 milhões, junto com uma linha de crédito de USD 150 milhões adicionais para projetos sobre mudanças climáticas, energia solar e renovável. Além disto, em 2019, o novo Embaixador da Índia realizou o anuncio perante a CARICOM de uma nova contribuição deste país ao Fundo de Desenvolvimento da CARICOM.

Apesar disto, o BDC assinala que a capacidade da região para acessar o financiamento internacional ainda é limitada devido a sua pouca capacidade técnica para a identificação e a execução de projetos, algo que, sem dúvida, também deverá ser considerado pela Ibero-América em suas futuras relações de CSS/CT com o CNIb.

Por outro lado, nas dinâmicas próprias da CSS entre os países do CNIb, se destaca como principal via o intercâmbio técnico que é realizado através de um importante número de encontros regionais de debate, acordo e intercâmbio de experiências entre os países do CNIb. Isto é realizado geralmente no contexto dos próprios organismos e mecanismos sub-regionais (CARICOM, AEC, OECO) ou juntamente com as agências do Sistema das Nações Unidas presentes na região, em vez de iniciativas bilaterais, como é mais frequente na região ibero-americana.

Recentemente, devido à passagem do furação Dorian que afetou as Bahamas em setembro de 2019, os diferentes países do CNIb além de contribuírem com recursos financeiros também enviaram especialistas próprios para apoiar os trabalhos de gestão de risco e restauração da energia desse país. Antígua e Barbuda enviou dois especialistas, a Jamaica cinco e Trinidade e Tobago outros sete. O mesmo foi feito pela Agência para a Gestão de Emergências e Desastres do Caribe (CDEMA) ao enviar duas equipes de avaliação rápida de necessidades à capital das Bahamas, com o apoio financeiro do Reino Unido.

---

[9] Em 2019, o Fundo entregou os primeiros três projetos em Bahamas, Barbados, e São Vicente e Granadinas.
[10] O caso do Sistema das Nações Unidas será ampliado no capítulo 2.

Da mesma maneira, existem iniciativas adicionais de assistência técnica entre os países do CNIb, financiadas por organismos internacionais. É o caso do intercâmbio executado por funcionários do Ministério de Educação da Jamaica em 2019, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que visitaram sua contraparte em Granada e capacitaram 50 mestres na implementação das melhores práticas do programa Health and Family Life Education (HFLE), o qual é considerado um dos mais avançados da região.

Da mesma maneira, poderia estar relacionado o caso do intercâmbio entre Barbados, a Jamaica e Granada, orientado ao estabelecimento de um sistema de controle e certificação orgânica no Caribe em 2017[11], ou a iniciativa de um funcionário caribenho do Escritório Sub-regional do UNFPA que viajou a Moçambique para prestar assistência, como especialista em operações, às comunidades afetadas pela passagem do ciclone Kenneth neste país africano.

Em síntese, o CNIb interage com diferentes parceiros de cooperação provenientes de diversas regiões do mundo. Os parceiros tradicionais e com presença histórica na região como os Estados Unidos, o Reino Unido, o Japão ou a UE, agora estão junto a novos países que contam com iniciativas na região como a Índia, a China, Taiwan, os Emirados Árabes Unidos, entre outros, dos quais nem sempre estão disponíveis as informações sobre suas cooperações. Da mesma maneira, os fluxos de ajuda apresentam uma alta concentração em poucos países[12], onde o Haiti é historicamente, e certamente continuará sendo, o principal receptor.

O caso particular da CSS e da CT entre os países do CNIb e a comunidade ibero-americana será detalhado no capítulo 3 do presente documento.

1.3. PERFIL DOS PAÍSES DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO: INSTITUCIONALIDADE, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

Como foi mencionado anteriormente, os processos de relacionamento com o CNIb não são tão antigos como os que ocorrem entre os próprios países ibero-americanos. O CNIb tem uma vida independente não tão extensa e, além disto, esta região esteve focalizada principalmente em seu passado colonial e no conjunto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), mais que nos países da comunidade ibero-americana.

---

[11] Esta experiência faz parte da plataforma global de intercâmbio de conhecimento South-South Galaxy, apoiada pela ONU, que oferece soluções de desenvolvimento Sul-Sul.

[12] Situação que os dados mais recentes reafirmam e que o PNUD advertia desde o começo do século a respeito da cooperação no CNIb em seu relatório Financing for Development Challenges in Caribbean SIDS a case for review of eligibility criteria for access to concessional financing.

A sempre e recorrente barreira do idioma, as informações limitadas e, consequentemente, o pouco conhecimento que se tem sobre o CNIb são alguns dos elementos que marcam o relacionamento atual com este conjunto de países, onde sempre se destaca o Haiti, principalmente, pelo seu nível de renda e desenvolvimento muito desigual em comparação com os demais países do CNIb.

Desta forma, esta seção busca apresentar um panorama, sem pretender que seja definitivo, sobre cada um dos 14 países do CNIb, enriquecido com as informações que, em alguns casos, foram fornecidas pelos próprios países como contribuição para a sua elaboração[13].

1.3.1. ANTÍGUA E BARBUDA

É um estado independente desde 1981, membro da Commonwealth of Nations e sua capital é Saint John. Conta com uma população de 103.000 habitantes, um PIB per capita de USD 15.629[14] e, de acordo com o PNUD, alcançou um IDH alto: 0.780. Em Antígua e Barbuda, o comércio (23,7%), a intermediação financeira (20,6%) e a administração pública (19,3%) representam as atividades econômicas com maior valor agregado do PIB. Este país teve a segunda maior taxa de crescimento econômico no Caribe em 2018, de acordo com o BDC.

Em nível regional, **Antígua e Barbuda é membro de mecanismos de diálogo e acordo político como a Organização de Estados Americanos (OEA) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC).** Em nível sub-regional faz parte da CARICOM, da Associação de Estados do Caribe (AEC), da Organização de Estados do Caribe Oriental (OECO), e de organismos como o BDC e o Banco Central do Caribe Oriental (BCCO), neste último com outros cinco países. Em termos de planejamento nacional, o país implementa a Estratégia de Desenvolvimento de Médio Prazo 2016-2020, na qual define suas prioridades emblemáticas e de desenvolvimento sobre temas como infraestrutura, turismo, espaço marinho, segurança energética e moradia.

---

[13] Durante o processo de elaboração do presente estudo, um instrumento de captura de informações foi enviado aos quatorze países do CNIb. Foi possível obter a resposta de Antigua e Barbuda, Bahamas, Belize, Granada, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Neves, e São Vicente e Granadinas, casos em que constam maiores detalhes nas informações que são apresentadas. Nos casos restantes, o perfil é construído a partir de fontes secundárias de informação, principalmente dos próprios países. O presente estudo não contemplava o trabalho de campo nos países do CNIb.

[14] Este dado faz referência para este país, e para todos os outros, ao ano de 2018 e foi obtido a partir das informações do banco de dados da CEPAL cepalstats (https://estadisticas.cepal.org).

Com relação à AOD, Antígua e Barbuda recebeu USD 9,9 milhões em 2017 do Japão e da UE, principalmente. **A ajuda humanitária[15] representou o principal setor desta contribuição com 58%, seguido de temas multissetoriais (15%) e produção (14%).** De acordo com a OCDE, este país poderia se tornar o seguinte país da região em ser promovido na próxima revisão da lista do CAD-OCDE em 2020, considerando sua renda per capita.

Dentro de sua arquitetura institucional, o país conta com o Ministério de Relações Exteriores, Imigração e Comércio, o qual não possui uma unidade, departamento ou dependência exclusiva para a gestão da cooperação internacional. No entanto, este destaca a importância de ser o primeiro ponto de contato no país[16] e, desta forma, possui entre seis e dez funcionários para estes assuntos, considerando que, no país, dependendo da magnitude e do alcance dos projetos de cooperação, estes devem contar com a aprovação do gabinete ministerial.

O país identifica que suas principais necessidades e demandas de CSS/CT para trabalhar com a Ibero-América estão orientadas ao **âmbito social** (setores de saúde, educação e água) e ao **âmbito econômico** (setores de energia, ciência, tecnologia e emprego)[17]. Em termos da Agenda 2030, o país está interessado em alinhar o desenvolvimento de futuras iniciativas de cooperação com a Ibero-América com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 11. Por último, manifesta um interesse específico em fortalecer suas relações de CSS e CT com a Argentina, o Brasil e o Chile.

Atualmente, o país não conta com informações ou um relatório que consolidem as cifras da cooperação internacional, mas conta com um sistema que em termos gerais, não específicos de CSS, registra estas ações. O Ministério destaca que atualmente implementa iniciativas de CSS com a Argentina, Colômbia, Chile, Cuba, México e Venezuela, mas declara que não possui informações sobre as iniciativas de CT em andamento. Com relação aos mecanismos regionais de integração, considera que a CEPAL e a CELAC podem ser espaços que permitam fortalecer a cooperação entre o CNIb e a Ibero-América.

Sobre a cooperação com esta, o país a considera importante devido à contribuição que pode realizar aos seus objetivos de desenvolvimento nacional, bem como à diversificação de parceiros, além do paradigma dos doadores tradicionais.

---

[15] Após os danos que deixou o furacão Irma em 2017, principalmente na Ilha de Barbuda, o país foi objeto de ampla assistência internacional para o atendimento desta emergência.
[16] A prioridade número um do Ministério de Relações Exteriores para o período 2018-2019 é a cooperação técnica e econômica.
[17] Para este país os âmbitos de atuação e os setores de atividades assinalados correspondem aos reconhecidos pelo espaço ibero-americano.

Por sua vez, reconhece que não contar com uma unidade de cooperação internacional é uma dificuldade importante, acrescentada às barreiras do idioma, à falta de funcionários e de recursos financeiros.

1.3.2. BAHAMAS

A comunidade das Bahamas, cuja capital é Nassau, conta com mais de setecentas ilhas que compreendem um território de 13.880 Km2 e com uma população de 399.000 habitantes. O país alcançou sua independência em 1973, faz parte da Commonwealth of Nations e possui, com Barbados, um IDH muito alto: 0.807. Sua economia está baseada no turismo e nos serviços financeiros, o que a levou a atingir um PIB per capita de USD 31.117, o mais alto dos 14 países do CNIb em estudo. Aos seus problemas atuais de desemprego, educação pública e saúde, se acrescenta a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas, como ficou em evidência após a passagem do furação Dorian em 2019.

O país é membro da OEA e da CELAC. Em nível sub-regional faz parte da CARICOM e da AEC, bem como do BDC. Seu governo estabeleceu no Plano Nacional de Desenvolvimento Vision 2040 suas seis áreas prioritárias de desenvolvimento: **1) Transparência, prestação de contas e efetividade de governo; 2) Mão de obra saudável e produtiva; 3) Segurança cidadã; 4) Revitalização comunitária; 5) Crescimento econômico inclusivo; 6) Meio ambiente sustentável e resiliente**[18]**.** Além disto, conta com uma Unidade de Planejamento e Desenvolvimento Econômico no escritório do primeiro ministro, que se torna o centro de planejamento estratégico em todos os ministérios do governo.

Com relação a sua institucionalidade atual, as Bahamas conta com o Ministério de Relações Exteriores que possui um Departamento de Assuntos Exteriores e, nele, com uma Divisão de Economia, Comércio e Desenvolvimento Sustentável, encarregada de zelar pelos assuntos de cooperação internacional no país. Aproximadamente dez pessoas estão encarregadas destes assuntos e, particularmente, duas pessoas para assuntos de CSS (uma delas nesta mesma Divisão e outra na Divisão de Américas).

Este Ministério também registra todos os acordos, parcerias e ofertas de cooperação que são recebidas pelo país através de um quadro, apesar de que o próprio Ministério assinala que nem toda cooperação é canalizada através desta via. Da mesma maneira, o Ministério de Finanças, que consolida as informações sobre a cooperação internacional que o país recebe, as apresenta em seus respectivos relatórios. A China, a OEA e a ONU representam, de acordo com as Bahamas, suas principais aliadas de cooperação.

---

[18] *A última versão pública disponível é um segundo rascunho de trabalho.*

O Ministério de Relações Exteriores das Bahamas considera que, em termos setoriais, suas principais necessidades/demandas de CSS/CT estão associadas ao âmbito social (setores de educação e saúde), produtivo (setores de agricultura e energia) e meio ambiente (setor de gestão de desastres). Isto permite identificar claramente as prioridades que o país tem para abordar cenários futuros de CSS e CT com a região ibero-americana.

Adicionalmente, ao considerar o seu nível de renda, Bahamas foi o primeiro país do CNIb em ser removido, em 1996, da lista de países receptores de ajuda do CAD da OCDE. Em termos de CSS, o Ministério de Relações Exteriores indica que, durante o último ano, foram implementadas mais de dez iniciativas, embora, de acordo com os dados de CSS da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) em 2017 (últimos dados disponíveis), este tenha participado em somente um projeto bilateral (com Cuba), em uma ação regional junto aos demais membros do CNIb, em temas hidrográficos, e também em uma última ação triangular com o México e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em matéria de estatísticas ambientais.

Após a passagem do furação Dorian, diversos parceiros, incluídos alguns do próprio CNIb, mobilizaram esforços e recursos de assistência internacional[19]. É também o caso do Fundo Central de Respostas a Emergências (CERF), que comprometeu USD 1 milhão para os habitantes de Ábaco e Grande Bahama. Neste sentido, e para coordenar adequadamente todas estas ações, o país anunciou, durante a mais recente Assembleia Geral da ONU, a criação do Ministério para a prevenção de desastres, recuperação e reconstrução do país.

Bahamas é um dos cinco países do CNIb que apresentou o Relatório Voluntário Nacional de ODS, em que reconhece a ausência de um contexto que permita uma coordenação e uma busca mais efetiva de cooperação para avançar na implementação do ODS 17, pelo qual articulou os esforços do Ministério de Finanças, da Unidade de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e do Ministério de Relações Exteriores para comunicar suas principais necessidades de desenvolvimento à comunidade internacional, o que afirma que foi traduzido em assistência técnica tangível para o país.

Atualmente, nenhuma agência do Sistema das Nações Unidas possui escritórios locais neste país. Adicionalmente, somente o Brasil e Cuba contam com embaixadas locais nas Bahamas, e países da região como o Chile, Colômbia, Equador, entre outros, contam somente com consulados honorários na nação caribenha. Por sua parte, com relação aos países ibero-americanos, Bahamas possui embaixada credenciada somente em Cuba e consulados honorários em outros cinco países.

---

[19] De acordo com o USAID, a contribuição dos Estados Unidos foi de USD 33,7 milhões após a passagem do Dorian.

1.3.3. BARBADOS

É uma das nações que primeiro alcançou sua independência no CNIb, em 1966. Possui uma extensão territorial de 430 km², conta com uma população de 286.000 habitantes e sua capital é Bridgetown. O país conta com um PIB per capita de USD 17.762 e, junto com as Bahamas, é um país do CNIb com um IDH muito alto: 0.800. Em termos econômicos, foi o único país do CNIb que registrou uma contração de seu PIB em 2018 (-0.6%), atribuída pelo BDC a assuntos fiscais e à caída do setor da construção.

Barbados é membro da OEA, da CELAC e do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) em nível regional. Em nível sub-regional faz parte da CARICOM e da AEC, bem como do BDC. Considerando o seu nível de renda, Barbados foi também excluído da lista de receptores de ajuda do CAD da OCDE desde 2011, o que restringe o potencial de financiamento em termos de subsídio para o país. Atualmente, o país mantém relações diplomáticas com parceiros como a República Popular da China, com a qual celebrou, em 2019, um Memorando de Entendimento que busca possibilitar maiores oportunidades de cooperação em temas como agricultura avançada, energia renovável, economia azul, etc.

Em nível nacional, o país conta com a Estratégia de Médio Prazo de Crescimento e Desenvolvimento 2013-2020, que contempla quatro metas principais relacionadas com o crescimento econômico sustentável, com as reformas econômicas necessárias, o desenvolvimento social e humano, e a sustentabilidade ambiental. Tal documento destaca, por sua vez, a CSS como promotora de uma cooperação regional que possa conduzir a novas parcerias com atores fundamentais e em setores de importância para o país, considerando relevante a assistência técnica que possa obter de diferentes parceiros para o desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento de Barbados é a que incorpora em maior medida a cooperação internacional e, particularmente, a CSS entre os casos estudados do CNIb. O documento propõe também uma estratégia de financiamento que propicia a identificação e a conquista de uma maior assistência técnica e financeira para o cumprimento dos propósitos nacionais de desenvolvimento.

Em nível institucional, seu Ministério de Relações e Comércio Exterior é o organismo responsável da política exterior do país e reconhece estes países como seus principais parceiros na região: Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela, entre outros. Este ministério liderou, em 2019, a terceira e mais recente comissão mista com o seu semelhante do Suriname, onde o setor agrícola aparece como o de maior interesse entre as ações de cooperação propostas por ambos os países.

Esta prática das comissões mistas, tão comum na Ibero-América, é realmente escassa entre os países do CNIb.

Em 2017, sua CSS com os países da região esteve marcada por duas iniciativas em que Barbados participou, a título de receptor, com países como o México e a Colômbia, como também em três iniciativas de CSS regional com o Chile e o México, em temas de sistemas fitossanitários e capacidades hidrográficas. O país não registrou participação em ações de CT com os países ibero-americanos durante esse ano.

O caso de Barbados se destaca no CNIb como o país onde o Sistema das Nações Unidas concentra a maior quantidade de escritórios locais. É o caso de: PNUD, UNICEF, UNFPA, OPS, ONUMUJERES, FAO e UIT, sendo também vários destes escritórios multipaís ou com cobertura para a região oriental do Caribe. Esta presença institucional deve ser considerada no momento de ponderar futuras iniciativas de CSS e, principalmente, de CT desde a comunidade ibero-americana.

1.3.4. BELIZE

É uma nação que alcançou sua independência em 1981 e continua fazendo parte da Commonwealth of Nations. Possui uma extensão territorial de 22.970 km², uma população de 382.000 habitantes e sua capital é Belmopan. O país conta com um PIB per capita de USD 5.033 e um IDH alto: 0.708. Em 2018, sua economia cresceu 3% devido, principalmente, ao comportamento da agricultura e do transporte aéreo, o que possibilitou uma maior chegada de turistas. No entanto, seus níveis de dívida ainda são altos e caíram por baixo dos 90% do PIB.

Belize faz parte da OEA, da SELA e da CELAC em nível regional. Em nível sub-regional, é membro também da CARICOM e da AEC, bem como do BDC, do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e do Projeto Mesoamérica. De acordo com a OCDE, o país recebeu USD 34,1 milhões de AOD em 2017, e as instituições comunitárias da UE são os seus principais parceiros. A diferença do CNIb, a ajuda humanitária constituiu somente 2% do total da AOD recebida por Belize, enquanto que temas multissetor 34%, saúde e população 26%, sendo as áreas mais importantes deste período.

Com relação ao seu planejamento, Belize conta, no curto prazo, com a Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento Sustentável 2016-2019, alinhada com o contexto de planejamento mais amplo conhecido como **Belize Horizonte 2030, que estabelece uma série de objetivos, indicadores e metas no longo prazo para o desenvolvimento do país.**

Esta ferramenta definiu quatro pilares para o desenvolvimento de Belize: governabilidade democrática para uma efetiva administração pública e para o desenvolvimento sustentável; educação para o desenvolvimento; resiliência econômica; e cidadãos saudáveis e ambiente saudável.

A coordenação da cooperação internacional no país é realizada pelo Ministério de Relações Exteriores de Belize. Este organismo lidera tais ações no país através da Unidade de Cooperação, onde pelo menos três funcionários estão encarregados das iniciativas de cooperação, independentemente de sua modalidade, tipo ou origem. Da mesma maneira, destaca o México como um dos três principais parceiros de cooperação de Belize (junto com a UE e Taiwan).

Em termos de informações, o país conta com o Public Sector Investment Program, administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Econômico, que inclui os projetos de doação e empréstimos que o país recebe. Da mesma maneira, o Ministério de Relações Exteriores conta com uma base de dados que captura todas as informações da cooperação internacional, qualquer seja a sua modalidade.

Apesar disto, o país não conta com um documento ou catálogo que consolide suas boas práticas de desenvolvimento, embora considere que possui duas experiências possíveis de serem compartilhadas em iniciativas de cooperação com a Ibero-América. Também declara que não conhece os catálogos de boas práticas dos países da comunidade ibero-americana que os possuem.

De acordo com este Ministério, em 2018 o país implementou iniciativas de CSS com países da América Latina, do CNIb, Ásia, Meio Oriente e Oceania. Com a Ibero-América, declara ter ações de cooperação em vigor com todos os países (com exceção de: Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai) e, no caso da CT, foram implementadas iniciativas com a Colômbia (sobre segurança), o Brasil e o Chile (sobre temas de educação).

Belize destaca da cooperação com a Ibero-América o seu nível de flexibilidade na execução de projetos em comparação com a Cooperação Norte-Sul, bem como valoriza o intercâmbio de experiências similares de desenvolvimento que alcançam uma maior adaptação e compreensão dos desafios de desenvolvimento do país. Por sua vez, reconhece a barreira do idioma, a falta de funcionários e a falta de maioes recursos financeiros como as principais dificuldades para fortalecer a CSS e a CT com a Ibero-América.

No médio prazo, Belize identifica o âmbito econômico (setores de empresas, emprego, indústria e pesca) como prioritário para a definição de futuras iniciativas de CSS e CT com a região. Em termos da Agenda 2030[20], prioriza os ODS 1 e 9 para fortalecer iniciativas de cooperação com a Ibero-América. Destaca, por último, seu particular interesse em aprofundar suas relações de cooperação com o Brasil e o México.

Em nível regional, assinala que a CARICOM e a CEPAL são os mecanismos regionais mais importantes para fortalecer as relações de cooperação entre a Ibero-América e o CNIb, considerando que contam com os meios e a suficiente experiência para possibilitar estes laços e canais Sul-Sul. Com relação à Comunidade do Caribe, ressalta o dinamismo e o ativo que este mecanismo resulta para Belize e para os países do CNIb.

1.3.5. DOMINICA

Membro da Commonwealth of Nations, Dominica é uma nação independente desde 1978, e sua capital e cidade mais antiga é Roseau. Possui uma extensão de 750 km² e uma população de 74.000 habitantes, a segunda mais baixa dos países do CNIb. Conta com um PIB per capita de USD 7.410. O turismo, suas atividades relacionadas e o setor de construção foram os principais motores de sua economia em 2018.

O país alcançou um IDH que, apesar de ser alto (0.715), teve a maior variação negativa do CNIb nas medições de 2012-2017. Da mesma maneira, Dominica sofreu perdas equivalentes a 226% de seu PIB após a passagem do furação Maria (categoria 5) em 2017. Este evento impactou em 100% da população, bem como em todos os setores de sua economia.

Dominica faz parte da OEA e da CELAC. Em nível sub-regional, faz parte da CARICOM, da AEC e da OECO, bem como da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), do BDC e do BCCO, que estabelece a política monetária em seis países da região. De acordo com as cifras da OCDE, em 2017 Dominica recebeu USD 18,7 milhões, principalmente da UE, orientados, quase em sua totalidade, à ajuda humanitária, representando 87% e continuando, com grande diferença, com o setor de educação com 9%.

Adicionalmente, a República Popular da China se torna um parceiro importante da cooperação para Dominica. As áreas de infraestrutura, educação, saúde e agropecuária concentraram boa parte da ajuda dos recursos financeiros que a China ofereceu a esta

[20] *Belize apresentou o Relatório Voluntário Nacional de ODS em 2017.*

nação após a passagem do furação Maria (primeiro, USD 800.000 e, posteriormente, USD 3 milhões em um projeto de restauração de tetos).

Em termos de planejamento, o país desenvolveu a Estratégia de Crescimento e Proteção Social 2014-2018, que destaca a importância do apoio da comunidade internacional na construção da resiliência e da redução das principais vulnerabilidades do país. Atualmente, **de acordo com a sua intenção de se tornar o primeiro país do mundo resiliente às mudanças climáticas, formulou sua Estratégia de Desenvolvimento Nacional para a Resiliência, Dominica 2030,** que estabelece um horizonte de longo prazo e se torna o mecanismo efetivo para implementar os ODS e as prioridades nacionais[21].

A mencionada estratégia prioriza, como assuntos setoriais estratégicos, o desenvolvimento social (proteção social, redução da pobreza), o meio ambiente e o desenvolvimento econômico (políticas fiscais e macroeconômicas). Da mesma maneira, propõe que a cada quatro anos esta seja revisada e atualizada conforme os seus respectivos avanços. O país conta com o Ministério de Assuntos Exteriores e a CARICOM, o qual é responsável por formular e implementar a política exterior do país, e onde unicamente é possível identificar uma Divisão de Assuntos Políticos e uma Unidade de Integração Regional e Diáspora.

Em termos de CSS, de acordo com o relatório da SEGIB, 2014 e 2015 foram os anos em que o país teve uma maior quantidade de iniciativas bilaterais em execução com a comunidade ibero-americana, e a Argentina foi o seu principal parceiro de cooperação. Já em 2017, participou em quatro projetos bilaterais (com a Colômbia e Cuba) e em outras duas ações bilaterais (com o México e a Colômbia), tendo sido o âmbito social o mais relevante nesta cooperação. Em nível regional, participou em outras três iniciativas, em que o Chile e o México foram os países ofertantes de intervenções destinadas a vários países do CNIb.

Atualmente, nenhuma agência do Sistema das Nações Unidas possui escritórios locais neste país. Por sua parte, nos países ibero-americanos, Dominica conta unicamente com embaixada em Cuba e um consulado honorário na República Dominicana. Já em seu território, somente Cuba e a Venezuela contam com representações diplomáticas, e a Nicarágua designou um embaixador que, em breve, apresentará suas cartas credenciais.

---

[21] Após a passagem do furação Maria, o país promulgou a Lei 16/2018 pela qual cria a Agência Executora da Resiliência Climática do país, encarregada – entre outras questões – de apoiar o desenvolvimento de capacidades nos ministérios e agências do país, para cumprir com as condições necessárias em busca de um melhor aproveitamento de fundos de diferentes doadores.

1.3.6. GRANADA

O país alcançou sua independência em 1974 e estabeleceu sua capital em Saint George. Possui uma população de 108.000 habitantes e sua superfície é a segunda menor dos países do CNIb em estudo, com 340 km². Granada, ainda membro da Commonwealth of Nations, alcançou um PIB per capita de USD 10.787 e um IDH alto de 0.772. Em 2018, sua economia foi a de maior crescimento em todo o CNIb, o que se explica, principalmente, pelo aumento da chegada de turistas no país (10%), pelo setor da construção e manufaturas.

Em nível regional, Granada faz parte da OEA, da CELAC e da ALBA-TPC. Em nível sub-regional, é membro da CARICOM, da AEC, da OECO e de organismos como o BDC e o BCCO. Com relação ao seu planejamento nacional, o país conta, desde 2015, com o Plano de Desenvolvimento Estratégico 2030, que inclui seis prioridades estratégicas: **1) Governabilidade; 2) Inovação; 3) Infraestrutura, meio ambiente e ecologia; 4) Competitividade; 5) Sociedade justa; 6) Mudanças climáticas e gestão de desastres**[22]**.**

Em 2017, a AOD proporcionou ao país USD 5,8 milhões, com origem principalmente de atores multilaterais. Em termos bilaterais, o Japão e a Alemanha foram os principais parceiros de ajuda para o país, destacando-se também por anos a assistência do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe, o qual, em abril de 2019, aprovou a mais recente doação de USD 450.000.

Em termos institucionais, o Ministério de Relações Exteriores é o organismo que promove o diálogo e a cooperação entre o país e a comunidade internacional. Neste sentido, dentro de sua estrutura conta com um Departamento de Políticas e Investigação encarregado dos compromissos bilaterais e multilaterais do país. Nele são tratados os assuntos de cooperação internacional e conta com três profissionais responsáveis de tratar os temas com os países ibero-americanos. Da mesma maneira, o sistema interno de registro e arquivo funciona como seu sistema de informações e também como o instrumento onde são consolidados os dados da cooperação no país.

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores de Granada, o país implementou não mais de dez iniciativas de CSS durante 2018, e países como: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, entre outros, são os seus principais parceiros ibero-americanos. O país também destaca a execução de ações com nações do próprio CNIb, bem como com regiões como a Ásia (explicado certamente pela China), o Meio Oriente e a Oceania.

---

[22] Atualmente, o Ministério de Finanças lidera um processo de consultas públicas e setoriais para a aprovação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável 2020-2035.

Sobre o futuro, Granada identifica que suas principais necessidades ou demandas de CSS e CT estão focalizadas, principalmente, em dois âmbitos de ação: o econômico e o meio ambiental, onde se encontra o setor de atividade de gestão de desastres. Da mesma maneira, reconhece a CEPAL e a CARICOM como os principais mecanismos regionais para fortalecer a cooperação entre ambas as regiões. Também identifica as barreiras do idioma e a falta de recursos financeiros como as principais limitações para aprofundar a CSS e a CT com a Ibero-América.

1.3.7. GUIANA

Independente desde 1966, é o país mais extenso dos países do CNIb em estudo, com uma superfície de 214.970 km², e cuja capital é Georgetown. Conta com uma população de 782.000 habitantes e um PIB per capita de USD 4.709, o segundo mais baixo da região do CNIb. De acordo com o PNUD, tem um IDH médio: 0.654, e, com o Haiti, são os únicos países do CNIb que não alcançaram um IDH alto ou muito alto. Em 2018, a Guiana foi a terceira economia com o maior crescimento da região, devido ao desempenho do setor da construção. Para 2020, espera-se o início da produção comercial de petróleo no país, o que pode trazer um maior crescimento em sua economia.

A Guiana é membro da OEA, da CELAC, do SELA e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUR). No Caribe, é membro da CARICOM, da AEC e do BDC. Seu planejamento está orientado, desde 2019, pela **Estratégia de Desenvolvimento Estado Verde Vision 2040, que é baseado em três elementos fundamentais: a gestão dos recursos naturais, a resiliência econômica, e a construção de capital humano e capacidade institucional.** A estratégia destaca o surgimento de inovadoras fontes de financiamento que permitirão contar com novas possibilidades e recursos para sua implementação.

A AOD diminuiu no país durante os últimos anos em termos absolutos e relativos. Durante o período 1990-2010, sempre representava pelo menos 5% de seu PIB, para depois diminuir para 3%. Conforme as cifras da OCDE, a AOD alcançou na Guiana o valor de USD 51,1 milhões em 2017, sendo o terceiro maior receptor no CNIb, depois do Haiti e da Jamaica. A educação é o setor mais relevante de tal ajuda (69%), e a França, a Holanda e a Bélgica são os seus principais parceiros bilaterais. Adicionalmente, em 2019 o Kuwait realizou uma remissão de dívida, praticamente pelo mesmo valor da AOD que o país recebeu em 2017 (USD 50,7 milhões).

No Ministério de Relações Exteriores deste país se encontra o Departamento para as Américas, encarregado dos temas de política exterior com os países do hemisfério, com exceção da Venezuela e do Suriname, bem como da promoção da participação do país

nos principais fóruns regionais como a OEA, o MERCOSUL, a CEPAL, a CELAC, entre outros. Em termos de cooperação, conta com um Departamento de Cooperação Internacional, encarregado de coordenar os assuntos relacionados com o tema no país.

De acordo com as informações fornecidas pelos países da comunidade ibero-americana, em 2017 a Guiana participou, junto a estes, em dez iniciativas de CSS bilateral, principalmente no âmbito social (setores de saúde e educação), e Cuba, o Chile e o México são os seus principais parceiros ofertantes. Da mesma maneira, participou como receptor em outras três iniciativas de caráter regional com o Chile (em duas oportunidades) e com o México (em uma oportunidade).

A Guiana, além de contar com diversas representações de agências do Sistema das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, OPS, entre outras), é fundamental no CNIb, já que é o país sede da CARICOM, o mecanismo de diálogo e acordo mais antigo da região, e onde participam os quatorze países do CNIb em estudo. Também se destaca por ser um dos países do CNIb onde também estão credenciadas o maior número de embaixadas de países ibero-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México e Venezuela).

1.3.8. HAITI

Em 1801, o Haiti conseguiu se tornar o primeiro estado independente da América Latina. Conta com a maior população dos países do CNIb, com 11.167.000 habitantes, dos quais se estima que mais de dois milhões moram na capital, Porto Príncipe, e em sua área metropolitana. Sua extensão territorial alcança os 27.750 km2 e é o único país do CNIb insular que tem fronteiras terrestres ao compartilhar a Ilha da Espanhola com sua vizinha, a República Dominicana.

O Haiti é a única nação da região com um IDH baixo: 0.498, e o seu PIB per capita é também o menor de todo o hemisfério (USD 733). Em 2018, sua economia atingiu um crescimento de 1,5%, e a agricultura, a construção e o comércio foram os principais setores responsáveis de tal resultado, em um país onde a estabilidade política continua sendo um desafio importante. **Além da permanente vulnerabilidade do país diante dos efeitos das mudanças climáticas, o país sofreu um terremoto em janeiro de 2010 que causou mais de 200.000 mortes, além dos diversos danos e prejuízos.** Da mesma maneira, o país foi afetado pelo furação Matthew (2016) e Irma (2017), em menor medida.

Em nível regional, o Haiti faz parte de mecanismos de diálogo e acordo político, como a OEA, o SELA e a CELAC. Em nível sub-regional, faz parte da CARICOM (desde 2002), da AEC e de organismos como o BDC, o qual em 2018 abriu uma sede no Haiti e contribuiu

– através do Fundo de Desenvolvimento do Banco – com mais de USD 134 milhões em recursos não reembolsáveis desde 2007.

Diante deste panorama de desenvolvimento, a cooperação internacional sempre colocou sua atenção no Haiti, principalmente após o terremoto de 2010. Em termos de AOD, o país recebeu USD 980 milhões em 2017, sendo o maior beneficiário em toda a região e, os Estados Unidos, sua principal fonte de recursos (43%). A ONU também teve uma presença importante no país, da mesma forma que os países da comunidade ibero-americana, os quais implementaram iniciativas de cooperação com o Haiti há anos atrás[23].

Atualmente, **o Haiti orienta suas prioridades de desenvolvimento a partir do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2030, com o qual busca se tornar um país emergente no horizonte 2030**, e que estabelece como prioridades principais, em seu contexto de planejamento e programação, a refundação territorial, econômica, social e institucional, que permitam a reconstrução e o desenvolvimento do país. Apesar de que este instrumento não aprofunda sobre o papel da comunidade internacional, considera necessário estabelecer sólidos mecanismos de coordenação de ajuda que o país recebe.

Em sua arquitetura institucional, o país conta com o Ministério de Relações Exteriores e Culto, onde se encontra a Direção de Assuntos Econômicos e Cooperação como responsável da cooperação internacional bilateral e multilateral, financeira e técnica do país. Da mesma maneira, o Haiti conta com o Ministério de Planejamento e Cooperação Externa desde 1989, onde é liderada a Coordenação de Ajuda Externa para o Desenvolvimento do Haiti (CADRE, por suas siglas em francês), e que possui uma Secretaria Técnica. Por sua vez, o país afirma contar com mais de dez funcionários responsáveis da cooperação internacional, e dois deles, particularmente, estão encarregados da cooperação ibero-americana.

O país conta com um módulo de gestão de ajuda externa e um sistema tecnológico que permite registrar os fluxos de ajuda (de acordo com programas e projetos) de forma georreferenciada, e também está testando um novo módulo específico e adaptado para a CSS. Neste sentido, o Ministério de Planejamento é responsável pelas iniciativas de CSS com os países ibero-americanos como Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México, Panamá e Venezuela, cooperação esta que é reconhecida por ser próxima aos problemas do Haiti e sem condicionalidades.

---

[23] O primeiro relatório de CSS da SEGIB já advertia como alguns países ibero-americanos prestavam assistência técnica a esta nação caribenha, principalmente no setor de infraestrutura e serviços sociais. Em 2006, foram registradas CSS do Haiti com Argentina, Brasil, Cuba, Chile, Guatemala, México, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Da mesma maneira, destaca Cuba, o Brasil e a Venezuela como os principais parceiros de CT do país e indica que sua CSS é realizada principalmente com a Ibero-América, com o próprio CNIb e, em algumas ocasiões, com parceiros da África.

Com relação as suas principais demandas e necessidades em termos de CSS/CT para trabalhar com a Ibero-América, **o Haiti prioriza o âmbito social** (setores de saúde e saneamento de água) e **o âmbito econômico** (setores de energia, agricultura e turismo), como também propõe alinhar futuras iniciativas de cooperação com os ODS 2 e 3. Também reconhece que organismos como a CARICOM, a CELAC e a CEPAL podem contribuir para a redução das lacunas de informações entre ambas as regiões e permitir conhecer as potenciais ofertas de cooperação de interesse para as partes.

Com relação à cooperação com a comunidade ibero-americana em 2017 (como se amplia no capítulo 3), o Haiti se torna um parceiro importante. Em nível bilateral, o país teve a maior participação do CNIb com aproximadamente 20% do total das iniciativas em andamento nesse ano, enquanto que nas intervenções triangulares sua participação chegou a quase 50%. No Haiti, o âmbito de atuação social (setores de educação, saúde e políticas sociais) se destaca como um dos mais relevantes em nível bilateral, situação que é muito similar no caso da CT. Em termos da CSS regional, sua participação é muito menor e esteve limitada a três ações em 2017 com o Chile e o México, como países parceiros oferecedores.

Neste país a ONU tem uma importante presença através de diferentes agências, como PNUD, PMA, UNESCO, OCHA, OPS, ONUMUJERES e FAO. Da mesma maneira, o Haiti tem representações diplomáticas em diferentes países da região, através de embaixadas, como no caso de Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México, Panamá e Venezuela, ou consulados – algumas vezes honorários – como, no caso de Equador, Nicarágua, Paraguai, etc.

1.3.9. JAMAICA

É uma nação independente desde 1962, embora continue sendo parte da Commonwealth of Nations. Possui uma extensão territorial de 10.990 km², uma população de 2.899.000 habitantes e sua capital é Kingston. Conta com um PIB per capita de USD 5.511 e um IDH alto: 0.732. Sua economia alcançou, em 2018, a taxa mais alta de crescimento desde 2006, 1,9% devido aos setores de mineração, construção e agricultura, principalmente. A Jamaica, com outros países da região, se aderiu, em 2019, à proibição de importação e fabricação de sacolas plásticas de somente um uso, como parte das dinâmicas da economia azul.

O país faz parte da OEA, do SELA e da CELAC em nível regional. Em nível sub-regional, é membro também da CARICOM e da AEC, bem como do BDC. De acordo com a OCDE, a Jamaica recebeu USD 58.8 milhões a título de AOD em 2017, e os Estados Unidos, a UE e o Reino Unido são os seus principais parceiros. A diferença da maioria dos países do CNIb, a ajuda humanitária constituiu somente 13% do total da ajuda recebida pela Jamaica, enquanto que a infraestrutura social representou 23% e a infraestrutura econômica 20%, sendo as áreas mais importantes em 2017.

Vision 2030 Jamaica é o instrumento de planejamento de desenvolvimento em vigor no país, que busca contribuir para este propósito através de políticas e programas de médio e longo prazo. Para isto, são propostos **quatro objetivos nacionais sobre a prosperidade econômica, o meio ambiente, a coesão social, a justiça e o empoderamento de sua sociedade.** Tal contexto destaca a necessidade de contar com uma cooperação que, com a competência econômica, promova o uso eficiente e o intercâmbio de recursos naturais, tecnologias, conhecimento e capital.

No país, a institucionalidade da cooperação internacional está integrada pelo Ministério de Relações e Comércio Exterior e pelo Instituto de Planejamento da Jamaica (PIJ). O primeiro deles conta com um Departamento para as Américas e o Caribe, responsável pela promoção da integração e do desenvolvimento, bem como da cooperação técnica. O Instituto, por sua vez, coordena a cooperação em nível do país através da Divisão de Gestão da Cooperação Exterior, que conta com mais de 10 funcionários, embora nenhum deles com atribuições exclusivas sobre assuntos da CSS. Em termos de informações, o PIJ publica anualmente a Pesquisa Social e Econômica[24] , onde são informados os principais dados de cooperação no país.

Da mesma maneira, de acordo com as informações fornecidas pelo Instituto, suas relações atuais de CSS são implementadas somente com países do caribe anglofalante e com a comunidade ibero-americana, dentro dos quais estão incluídos a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, entre outros, reconhecendo como as semelhanças sociais e econômicas com estes facilitam os processos de CSS simples, bem como a resolução conjunta de problemáticas com fácil adaptação de um país a outro, mesmo quando o desconhecimento sobre a cooperação ibero-americana é identificado como uma dificuldade. Sobre a CT, o país não informa iniciativas em andamento.

---

[24] De acordo com o relatório mais recente, a nova AOD aprovada no país alcançou USD 220 milhões em 2018.

A Jamaica identifica suas maiores necessidades e, por sua vez, propõe como prioritária a área econômica (setores específicos de agricultura e pesca, empresas, ciência e tecnologia) para a implementação de iniciativas de CSS e CT com a Ibero-América, o que o país alinha de forma prioritária com os ODS 1 e 7[25]. O PIJ destaca, por sua vez, um interesse particular em aprofundar suas relações de cooperação com países como o México e o Chile.

Por último, o Instituto também considera que a OEA e a CEPAL são os mecanismos regionais mais importantes para fortalecer as relações de cooperação entre a Ibero-América e o CNIb, considerando o alcance e a cobertura geográfica do primeiro organismo, bem como as contribuições em termos de investigação específica sobre o desenvolvimento que o segundo oferece.

1.3.10. SÃO CRISTÓVÃO E NEVES

É a menor nação das quatorze em estudo do CNIb e foi a última delas em alcançar sua independência, em 1983. Membro da Commonwealth of Nations, conta com uma extensão territorial de 260 km², uma população de 56.000 habitantes e sua capital, e cidade mais povoada, é Basseterre. Seu IDH é alto (0.778) e seu PIB per capita é de USD 17.550 (o segundo mais alto da região depois das Bahamas). O turismo é a atividade que mais contribui para a economia do país, continuando com o setor de transporte e comunicações. Sua dívida, apesar de estável em 2018, ainda representa 58,2% do PIB da nação.

O país faz parte da OEA, da CELAC, da ALBA-TPC e em nível sub-regional é membro da CARICOM, da AEC e da OECO, bem como do BDC e do BCCO, que estabelece a política monetária em sete países da região. Em termos de AOD, o país não faz parte da lista de países receptores do CAD da OCDE desde 2014, ano em que foi removido. Por este motivo, já não está sujeito a receber este tipo de ajuda.

Em nível nacional, o governo nacional apresenta o seu orçamento anual que, para o ano de 2019, considerava como prioritária a focalização na construção de resiliência nos setores relacionados com agricultura, transporte, energia e água, através dos quais busca contribuir e estabelecer progressos em nove ODS. Atualmente, o país está realizando esforços para obter assistência técnica e para poder formular um novo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Em São Cristóvão e Neves, o Ministério de Relações Exteriores e Aviação é o responsável por implementar a política exterior, bem como por promover e proteger seus interesses

[25] *A Jamaica apresentou o Relatório Voluntário Nacional de ODS em 2018.*

estratégicos. De forma similar às estruturas ibero-americanas, seu pessoal se encontra dividido por países e organizações, de acordo com as regiões do mundo, onde os assuntos latino-americanos são distribuídos entre dois funcionários, embora não conte propriamente com uma área especializada para a cooperação.

Adicionalmente, o Ministério de Desenvolvimento Sustentável, através do Departamento de Assuntos Econômicos, é o organismo que coordena a cooperação internacional no país, onde trabalham mais de dez funcionários em temas de cooperação, sendo um deles designado como ponto focal com o PIFCSS. Esta entidade conta com uma planilha de médio prazo que registra as iniciativas de capital e as fontes de financiamento no médio prazo. Atualmente, reconhece a UE, Taiwan e o BDC como os seus parceiros atuais de cooperação mais relevantes.

Este Ministério define e prioriza suas principais demandas e necessidades de CSS/CT no âmbito social (setores de saúde e água potável) e econômico (setores de agricultura e comércio), em linha com os ODS 3 e 13, considerando futuras possibilidades de aproximação e cooperação com a região ibero-americana. Da mesma maneira, considera que mecanismos como a CARICOM e a OECO podem servir como centros de informações ou bases de dados regionais para iniciativas de sucesso de CSS entre o CNIb e a Ibero-América, desempenhando um papel mais ativo na promoção da CSS, com a réplica de iniciativas de sucesso em todo o CNIb.

Com relação a sua CSS de 2018, o país declara ter implementado iniciativas com Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Venezuela (embora não disponha de informações sobre a CT). Destaca também que o mais valioso de tal cooperação são seus recursos humanos e a capacidade institucional que permite uma assistência técnica, já que, de outra maneira, teria um custo para o seu acesso. Por sua vez, assinala que junto às limitações que supõe a barreira do idioma e a falta de conhecimento da cooperação da região, este país recebe múltiplas ofertas de cooperação ibero-americanas, embora com tempos muito curtos para oferecer uma proposta ou resposta, considerando os recursos humanos limitados dos quais dispõe.

São Cristóvão e Neves não possui em seu território escritórios locais do Sistema das Nações Unidas. Por parte da comunidade ibero-americana, somente Cuba e a Venezuela contam com embaixadas locais[26], enquanto que este país possui uma embaixada credenciada na região, unicamente em Cuba, de acordo com as informações oferecidas pelo seu Ministério de Relações Exteriores.

[26] *A Nicarágua conta com uma embaixada local em Manágua.*

1.3.11. SANTA LÚCIA

O país alcançou sua independência em 1979. Possui uma superfície de 620 km², conta com uma população de 180.000 habitantes e sua capital é Castries. Santa Lúcia alcançou um PIB per capita de USD 10.536 e um IDH alto: 0.747. Sua economia registrou o menor crescimento do CNIb em 2018 (com exceção de Barbados, onde esta foi contraída), e as atividades relacionadas com o turismo são as mais importantes neste país.

Santa Lúcia é membro da OEA e da CELAC em nível regional. No Caribe, faz parte da CARICOM, da AEC e da OECO, bem como do BDC e do BCCO, que é a sua máxima autoridade monetária. Em nível nacional, **seu contexto de planejamento está orientado pela Estratégia de Desenvolvimento de Médio Prazo 2019-2022, que iniciou sua formulação em 2018 e inclui como prioridades nacionais o âmbito social (saúde, educação e segurança cidadã) e econômico (turismo, agricultura e infraestrutura).**

Em matéria de AOD, de acordo com a OCDE, o país recebeu USD 12,6 milhões durante 2017, destinados, em boa medida, à ajuda humanitária, que representou 72%, continuando, com grande diferença, com o setor de educação, que representou 7% do total dos recursos, os quais tiveram como origem a UE e o Japão, principalmente. Da mesma maneira, Taiwan representa um parceiro importante da cooperação para este país em setores como educação, saúde e agropecuária (cultivo de banana), principalmente.

No país, o primeiro ministro é também o Ministro de Finanças, Crescimento Econômico, Trabalho, Serviços Públicos e Assuntos Exteriores, sendo responsável pela implementação, entre outros assuntos, da política exterior do país, bem como pela gestão de suas relações internacionais. Este supervisa e coordena, também, o planejamento e a gestão de recursos financeiros e econômicos, incluindo os provenientes de fontes externas. Durante a mais recente sessão da Assembleia Geral da ONU, Santa Lúcia insistiu na necessidade de contar com acesso urgente ao financiamento para as SIDS, bem como contar com o apoio de novos parceiros que permitam mobilizar recursos para a resiliência.

Embora não conte com informações ou um relatório nacional sobre a cooperação internacional que o país recebe ou oferece, seu orçamento anual estabelece as contribuições financeiras que o país realiza, através do Departamento de Assuntos Exteriores, para o período 2018-2019, as quais chegam a USD 10 milhões aproximadamente, destacando seu compromisso monetário principalmente com a OECO, organismo do qual é sede.

Da mesma maneira, em seu Relatório Voluntário Nacional de ODS, apresentado em 2019, o país reconhece a urgente necessidade de desenvolver estratégias que permitam identificar

e quantificar a lacuna de financiamento que o país enfrenta para poder cumprir com suas prioridades nacionais. De acordo com este relatório, a implementação dos ODS no país foi financiada principalmente por parceiros internacionais através de empréstimos, doações e assistência técnica, e onde a maior dificuldade está associada à falta de dados estatísticos confiáveis para informar os indicadores e ODS selecionados.

Em termos de CSS, de acordo com as informações fornecidas pelos países ibero-americanos, Santa Lúcia participou, em 2017, em oito iniciativas bilaterais, sempre em condição de receptora, com o México, Cuba, a Argentina e a Colômbia, em temas principalmente sociais (saúde e educação). Da mesma maneira, participou em três iniciativas de CSS regionais com o Chile e o México, bem como em um projeto triangular em matéria de investigação em saúde pública (com o México e a Singapura).

1.3.12. SÃO VICENTE E GRANADINAS

É um estado independente desde 1979, membro da Commonwealth of Nations. Possui uma extensão territorial de 390 km² e sua capital é Kingstown. Conta com uma população de 110.000 habitantes e um PIB per capita de USD 7.362. De acordo com o PNUD, tem um IDH alto: 0.723. Este país, que goza de estabilidade política e econômica, teve um crescimento econômico em seu PIB de 2,2% em 2018, devido, principalmente, à reativação do turismo após a abertura, em 2017, do novo aeroporto internacional Argyle, assim como ao crescimento de sua indústria manufatureira.

O país é membro da OEA e da CELAC. Em nível sub-regional, faz parte da CARICOM, da AEC e da OECO, bem como do BDC e do BCCO, que estabelece a política monetária neste e em seis países da região. De acordo com as cifras da OCDE, o país recebeu USD 7,3 milhões de AOD em 2017, e a UE e o Japão são os seus principais parceiros. O setor de ajuda humanitária é o segundo mais importante (34%), seguido de temas multissetoriais (43%).

Atualmente, conta com um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2013-2025, com o qual se alinha a cooperação internacional que recebe. Neste Plano, são priorizados cinco objetivos estratégicos: 1) A reengenharia do crescimento econômico; 2) O desenvolvimento humano e social; 3) A promoção do bom governo e a efetividade da administração pública; 4) A infraestrutura física, o meio ambiente e a resiliência às mudanças climáticas; 5) A identidade e a cultura.

Em termos de cooperação internacional e de acordo com as informações fornecidas pelo Ministério de Relações Exteriores, é justamente este organismo que coordena a cooperação no país, o qual conta dentro de sua estrutura com um Departamento de Política Exterior e Investigações.

Nele, conta com pelo menos dois funcionários que são responsáveis pelos assuntos de cooperação com os países da Ibero-América.

No entanto, o país não possui atualmente instrumentos de política que guiem ou orientem as principais diretrizes da cooperação, como também não conta com um relatório ou um sistema de informações que permitam consolidar e realizar um acompanhamento detalhado da cooperação que recebe, incluindo a CSS e a CT.

Sua chancelaria assinala que os três principais parceiros de cooperação no país foram a UE, Taiwan e a Venezuela durante 2018, e que, neste mesmo ano, foram implementadas sob sua coordenação não mais de dez iniciativas de CSS com países como a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, entre outros, o que permitiu fortalecer o desenvolvimento de suas capacidades no setor público e privado, bem como fortalecer as relações diplomáticas, econômicas e culturais com os países parceiros. Em termos de CT, reconhecem a CARICOM e a OECO como parceiros relevantes, mas assinalam que não contam com informações sobre iniciativas de CT com a Ibero-América durante 2018.

Com relação às futuras iniciativas de CSS e CT com a comunidade ibero-americana, o país identifica como prioritário e necessário o trabalho no âmbito social (especificamente nos setores de educação e saúde) e econômico (nos setores de comércio e indústria). Por sua vez, considera as barreiras do idioma e a falta de recursos financeiros as duas principais limitações para continuar fortalecendo suas relações de cooperação com os países ibero-americanos. Identifica, também, o México e a Argentina como os países com os quais está mais interessado em fortalecer sua CSS.

Atualmente, o país não possui em seu território escritórios locais do Sistema das Nações Unidas, e se espera que apresente o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre ODS em 2020. Por parte da comunidade ibero-americana, somente Cuba e a Venezuela contam com embaixadas locais em seu país[27], e este, por sua vez, conta com um consulado honorário no Chile e na República Dominicana, dentro dos países da região.

1.3.13. SURINAME

É uma nação que alcançou sua independência dos Países Baixos em 1975. Possui uma extensão territorial de 163.820 km² (a segunda maior dos quatorze países em estudo, após a Guiana), conta com uma população de 568.000 habitantes e sua capital é Paramaribo. Seu PIB per capita é de USD 6.322 e tem um IDH alto: 0.720.

[27] *A Nicarágua conta com uma embaixada local em Manágua.*

O recente crescimento de sua economia (2% em 2018) é explicado principalmente pelas atividades de extração.

Suriname faz parte da OEA, do SELA e da CELAC. Em nível sub-regional, é membro também da UNASUR, da ALBA-TPC, da CARICOM, da AEC e do BDC. De acordo com a OCDE, o país recebeu USD 20,1 milhões de AOD em 2017, e a UE, a França e os Países Baixos são os seus principais parceiros. Setorialmente, é o país do CNIb onde os maiores recursos foram orientados à área de educação (69%), e a ajuda humanitária registra uma participação inferior a 5%, a diferença de boa parte dos países insulares do CNIb.

Em nível nacional, **o país adotou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021**[28], e se espera que conclua em breve a elaboração de sua estratégia de longo prazo Suriname 2035. **O plano em vigor é baseado em quatro pilares: fortalecer o desenvolvimento de capacidades, o desenvolvimento econômico e a diversificação, o progresso social, e o uso e proteção do meio ambiente.** Possui, com Barbados, o contexto de planejamento que mais aprofunda na importância da cooperação internacional e propõe uma ampla estratégia de financiamento, mesmo quando a perspectiva está orientada principalmente à assistência Norte-Sul.

Em termos de cooperação, o Ministério de Relações Exteriores do Suriname conta com uma Secretaria Permanente de Assuntos Geopolíticos e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, bem como com uma subdireção que consta de duas áreas: uma de cooperação internacional e outra de comércio internacional. A primeira é encarregada de coordenar estas relações em nível bilateral e multilateral, com exceção das relações com as instituições financeiras internacionais.

O caso entre o Suriname e Barbados representa uma experiência interessante de CSS no CNIb, já que desde 2005 assinaram um acordo de cooperação entre ambas as nações, sob o qual já foram realizadas três reuniões de comissão mista, a mais recente delas em julho de 2019. Da mesma maneira, os chefes de estado de ambos os países assinaram, em 2018, o Programa de Cooperação Brokopondo 2018-2021, para fortalecer suas relações bilaterais. Para o caso das Bahamas, o Ministério de Relações Exteriores do Suriname anunciou uma contribuição de USD 100.000 a título de ajuda de emergência após a passagem do furação Dorian.

Com a região ibero-americana, o país implementou, em 2017, sete iniciativas de CSS bilateral com parceiros como o México, a Colômbia, Cuba e a Argentina, destacando-se o âmbito

[28] *O artigo 40 da Constituição Política do país estabelece que para promover o desenvolvimento socioeconômico nacional deve ser estabelecido, por Lei, um Plano de Desenvolvimento*

de atuação social como o mais relevante. Em CT, participou como beneficiário de um projeto com o Chile e o Brasil para o fortalecimento de seu sistema de sanidade agropecuária, tendo feito o mesmo em outras três iniciativas de CSS regional com o Chile e o México.

Em outubro de 2019, a Ministra de Relações Exteriores do Suriname, a Sra. Yldiz Pollack-Beighle, participo da Cúpula de Chefes de Estado do Movimento de Países Não Alinhados, onde enfatizou a importância da CSS entre os países do movimento, visando alcançar o desenvolvimento sustentável.

1.3.14. TRINIDADE E TOBAGO

Independente desde 1962, é o quarto país mais extenso dos países insulares em estudo, com uma extensão territorial de 5.130 km², cuja capital é Porto da Espanha. Conta com uma população de 1.373.000 habitantes e um PIB per capita de USD 17.034. De acordo com o PNUD, o país alcançou um IDH alto: 0.784[29]. A diferença do resto do CNIb, o setor energético (gás e petróleo) é relevante em sua economia, que ainda possui uma dívida do setor público estimada em 62,4% do PIB no final de 2018.

Trinidade e Tobago faz parte da OEA, do SELA e da CELAC em nível regional, e no Caribe faz parte da CARICOM, da AEC e do BDC. Em termos de planejamento nacional, **o país orienta seu desenvolvimento, desde 2015, com base na Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2016-2030, Vision 2030, que busca se tornar o contexto do desenvolvimento socioeconômico do país no longo prazo.**

O mencionado documento de planejamento estratégico define as prioridades do governo nas seguintes áreas temáticas: governabilidade, produtividade (melhoria na qualidade da infraestrutura e do transporte), competitividade global e meio ambiente. Da mesma maneira, na estratégia reconhece que os parceiros internacionais para o desenvolvimento não somente oferecerão recursos financeiros, mas também assistência técnica para a implementação integral da Vision 2030 Igualmente, está previsto que o país apresente seu Relatório Voluntário Nacional sobre ODS no Fórum Político de Alto Nível em 2020.

Em termos de cooperação internacional, é preciso considerar que Trinidade e Tobago foi excluído da lista de países receptores da OCDE desde 2011, o que ocorreu igualmente com outras nações do CNIb como Bahamas, Barbados e São Cristóvão e Neves. No entanto, países como a China – com o qual celebrou quarenta e cinco anos de relações diplomáticas em 2019 – são importantes em termos de assistência para o país.

[29] No entanto, é o terceiro país do CNIb que mais posições perde no ranking de nações em comparação com 2012. Desce sete posições.

Em sua arquitetura institucional, Trinidade e Tobago conta com a Divisão de Américas, responsável pelos assuntos com os países da América do Norte, América Central e América do Sul ao interior do Ministério de Relações Exteriores e CARICOM, a qual participa também nas negociações bilaterais ou multilaterais com os países do hemisfério. Este país define a cooperação com a América Latina como um dos quatro pilares de sua política exterior.

Adicionalmente, o Ministério de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, através da Unidade de Cooperação Técnica, faz parte da institucionalidade do país na gestão da cooperação internacional. Para 2020, está previsto o avanço na criação da Divisão de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento, com a qual será criado um ponto focal que permita administrar de forma mais eficaz e eficiente a cooperação no país[30].

Com a região ibero-americana, as relações de CSS e CT são escassas apesar de ser um dos países de maior tamanho e com maior institucionalidade dentro do CNIb. Em 2017, Trinidade e Tobago esteve envolvido em somente duas iniciativas de CSS bilateral com o México e Cuba, em três ações de CSS regional com o Chile e o México, em temas de transporte e agropecuária, e somente em um projeto triangular que buscava a capacitação de vários países da região em assuntos de doenças transmitidas por artrópodes.

1.4. BOAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Considerando a institucionalidade com que contam os países do CNIb e a não disponibilidade de guias, catálogos ou carteiras que consolidem a oferta de cooperação destes países, como ocorre em um número importante de nações da Ibero-América, esta seção apresenta as boas práticas que os próprios países identificaram como tais durante a elaboração deste documento, bem como o estudo de casos ou sistematizações de experiências que foram documentadas na região recentemente, e que podem servir como recurso potencial para os países com interesse em temas e práticas relacionadas.

No primeiro caso, conforme exibido na **Tabela 1**, são relacionadas as experiências indicadas pelos países e organismos do CNIb que são consideradas, por estes, como boas práticas, e que foram compartilhadas ou contam com o potencial de serem compartilhadas com os países ibero-americanos.

---

[30] Em 2016, o governo de Trinidade e Tobago realizou um intercâmbio de experiências com a AGCID do Chile para conhecer a experiência institucional do país austral com relação à gestão, o funcionamento e a estrutura de uma agência de cooperação internacional.

TABELA 1. Boas práticas identificadas pelos países do CNIb sujeitas de serem implementadas em iniciativas de CSS com a Ibero-América.

País	Boa prática	Entidade líder	Observações
Antígua e Barbuda	Gestão da pesca para a prevenção do esgotamento de populacional	Governo de Antígua e Barbuda	----
Antígua e Barbuda	Proibição do plástico para combater a contaminação marinha	Governo de Antígua e Barbuda	Primeiro país da região em realizar a proibição (2016)
Belize	Cultivo de camarão	Associação de produtores de camarão de Belize	Reconhecido como o mais ético e sustentável do mundo pelo BID
Belize	Proteção e restauração dos arrecifes de coral	Gobierno de Belize	Colidera o Grupo de Ação da Carta Azul da Commonwealth, onde são compartilhadas boas práticas
Jamaica	Educação em saúde e vida em família	Ministério de Educação, Juventude e Informação	Compartilhada com Granada no CNIb
Jamaica	Programa mães adolescentes	Women's Centre of Jamaica Foundation	Identificada pelo Instituto de Planejamento da Jamaica
Jamaica	Programa de desenvolvimento comunitário	Comissão de Desenvolvimento Social	Identificada pelo Instituto de Planejamento da Jamaica
São Cristóvão e Neves	Gestão fiscal e de dívida	Ministério de Finanças	Primeiro país do Caribe Oriental em alinhar a dívida à referência internacional
São Cristóvão e Neves	Atendimento universal em saúde primária e secundária	Ministério de Saúde	Conquistas documentadas no Relatório Anual da Estratégia Nacional de Adaptação
São Vicente e Granadinas	Ensino do idioma inglês como segunda língua	West Indies University	Implementada com professores e diplomáticos do Equador
Países OECO	Aquisições agrupadas e gestão de produtos farmacêuticos	Serviço de aquisição farmacêutica da OECO	Informada pela OECO

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Adicionalmente, existem experiências documentadas ou sistematizadas (chamadas boas práticas, estudos de casos ou estudos de sucesso) que surgem, na maioria dos casos, de processos implementados previamente com parceiros regionais, cooperadores ou organismos internacionais, ou também casos que os países apresentaram em seus Relatórios Voluntários Nacionais de ODS como experiências de sucesso. Devem ser observadas as diferenças que podem existir entre uns e outros casos, considerando que, ao serem apresentados ou sistematizados por diferentes atores, não contam com as mesmas informações ou estrutura. A **Tabela n° 2** exibe o panorama identificado no presente estudo.

TABELA 2. Boas práticas, estudos de casos ou estudos de sucesso apresentados ou documentados recentemente no CNIb.

País	Iniciativa	Entidade nacional parceira	Setor de cooperação	Origem iniciativa
Granada	Desenho de políticas para a primeira infância	Governo de Granada	Fortalecimento de instituições e políticas públicas	Publicadas pelo BDC e pela UNICEF[31]
Granada	Diseño de estándares para la primera infancia	Governo de Granada	Fortalecimento de instituições e políticas públicas	
Santa Lúcia	Identificação precoce de desafios de desenvolvimento	Governo de Santa Lúcia	Fortalecimento de instituições e políticas públicas	
Belize e São Cristóvão e Neves	Estimulação precoce em crianças de 0-3 anos	Governos de ambos os países	Saúde	
Granada	Currículum preescolar	Governo de Granada	Educação	
Guiana	Desenho de ambientes de aprendizagem	Governo da Guiana	Educação	
Granada	Formação para docentes e estagiários	Governo da Guiana	Educação	

[31] *As duas organizações publicaram um guia de boas práticas do Caribe sobre desenvolvimento precoce da primeira infância para ser divulgado nos Ministérios ao pessoal responsável por formular política pública, aos funcionários da região, etc. Em cada caso, aborda o desenho da intervenção, os desafios de sua implementação, seus principais benefícios e resultados alcançados, bem como sua relação com os ODS.*

País	Iniciativa	Entidade nacional parceira	Setor de cooperação	Origem iniciativa
Santa Lúcia	Campanha de comunicação: Vamos adaptar, modificar, tomar ações	Departamento de Desenvolvimento Sustentável	Meio ambiente	Projeto apoiado pelo Japão e pelo PNUD[32]
Santa Lúcia	Plano Nacional de Adaptação	Governo de Santa Lúcia	Fortalecimento de instituições e políticas públicas	
Suriname	Iniciativas de comunicação baseadas na comunidade	Instituto Nacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Meio ambiente	
Suriname e São Vicente e Granadinas	Energias renováveis e eficientes no Caribe	Equipe de Conservação do Amazonas (Suriname) e o Ministério de Agricultura (São Vicente)	Energia	
Granada	Armazenamento de água comunitária em Nawasa	Agência Nacional de Gestão de Desastres	Gestão de desastres	Projeto apoiado pela UE
Guiana	Fortalecimento de preparação e resposta de emergências em Moraikobai	Comissão de Defesa Civil. Conselho de Morakobai	Gestão de desastres	
Barbados	Sistema de certificação orgânica	Associação de Produtores e Consumidores Orgânicos	Meio ambiente	Projeto financiado pelo PNUD
Guiana	Redução de emissões de desmatamento e degradação de florestas	REED+Guiana	Meio ambiente	Relatório Voluntário ODS 2019

Fonte: Elaboração própria, 2019.

[32] *A Aliança para as Mudanças Climáticas Japão-Caribe produziu os estudos de casos referidos e cumpriu com o seu mandato orientado ao fortalecimento das redes de conhecimento para a promoção da CSS, através do intercâmbio de experiências, boas práticas e lições relevantes.*

02
Caracterização dos principais organismos intergovernamentais e mecanismos (sub-)regionais de diálogo e integração relevantes para a cooperação com o Caribe não Ibero-Americano.

Embora o cenário tradicional para a cooperação internacional tem sido, por anos, aquele onde os países estabelecem de forma bilateral acordos, programas ou iniciativas de assistência mútua, também é certo que, **com o passar das décadas, os mecanismos de diálogo, acordo e integração, os organismos e as organizações internacionais foram abrindo, cada vez mais, maiores espaços e possibilidades para processos de cooperação em nível regional e sub-regional.**

Neste sentido, é oportuno identificar os principais organismos e mecanismos, especialmente aqueles sub-regionais próprios do Caribe, onde existem diversos níveis de incorporação da cooperação e, particularmente, onde possam existir espaços e oportunidades próprias para fortalecer a cooperação com o CNIb.

Esta seção não pretende ser uma análise sobre o multilateralismo na região, nem abranger as mais amplas formas de integração em vigor, mas busca oferecer um panorama geral sobre os espaços onde existe particular ênfase em temas de cooperação e, em alguns casos, referências precisas sobre o CNIb.

2.1. CARACTERIZACIÓN DE ORGANISMOS Y ESPACIOS REGIONALES

Em nível regional, existe um conjunto de fóruns que possibilitam processos de integração, diálogo e, por sua vez, cooperação. Os países da América Latina, o Caribe hispanofalante e anglofalante contam com cenários que, durante anos, ofereceram estas possibilidades e onde existem dinâmicas de cooperação próprias e diversas. A seguir, são descritos alguns destes espaços, onde também participam os países do CNIb, buscando apresentar as questões mais relevantes em temas de cooperação, particularmente, para estes últimos.

2.1.1. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)

A C**EPAL é uma das cinco comissões regionais da ONU, criada em 1948, à qual se incorporaram os países do CNIb. Busca contribuir para o desenvolvimento econômico da**

região, bem como promover as relações econômicas entre os países-membros e o resto do mundo. À cabeça da organização se encontra a Secretaria Executiva, que conta com divisões e unidades, bem como com diversos órgãos subsidiários.

A cooperação técnica esteve presente desde as origens da Comissão, e através desta é implementado um número importante de iniciativas, programas e projetos de assistência, com uma ampla participação de organismos internacionais e outros parceiros, que permitem aumentar sua capacidade de resposta na forma de serviços de cooperação. De acordo com os dados mais recentes, a Comissão implementou projetos de cooperação técnica por USD 29,5 milhões em uma ampla gama de temas, e conseguiu mobilizar recursos adicionais ao seu orçamento regular por USD 20,6 milhões durante o biênio 2016-2017.

Nesse período, todos os países do CNIb, exceto Dominica, constam dentro das nações onde foram realizadas missões de cooperação, quer sejam atividades de fortalecimento de capacidades, divulgação do conhecimento, assessoria e cooperação, quer de desenvolvimento econômico, social ou sustentável. Da mesma maneira, a Comissão apresentou sua iniciativa Caribe Primeiro, durante seu XXXVII período de sessões em 2018, com a qual busca abordar as principais vulnerabilidades desta região.

Em termos institucionais, a Comissão conta com diversos mecanismos com participação dos países do CNIb, onde são discutidos temas de cooperação para a região, e também conta com fóruns que buscam abordar especificamente os assuntos do desenvolvimento e a cooperação para a região Caribe.

Em primeiro lugar, se encontra o Comitê de Cooperação Sul-Sul, órgão subsidiário da CEPAL que tem sessões a cada dois anos. Seu mandato provém da Resolução 58/220 da Assembleia Geral da Comissão e está orientado a fortalecer as atividades de cooperação internacional. Neste Comitê participam os países-membros, bem como parceiros extrarregionais e multilaterais[33]. A presidência do Comitê para o período 2018-2020 é exercida por Cuba, país que reiterou a relevância da inclusão plena do Caribe em linha com a visão política e estratégica da CEPAL. Fazem parte da vice-presidência do Comitê: Argentina, Brasil, El Salvador, México, Panamá e Uruguai.

O último encontro do Comitê foi em maio de 2018 por ocasião do XXXVII período de sessões da Comissão, onde foi reiterada como tarefa pendente, para o caso do Caribe, o acesso a recursos em condições favoráveis e ao comércio nas condições que gozavam anteriormente.

---

[33] Na Reunião do Comitê de 2018 participaram o Escritório das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, a Comissão Europeia, a Espanha, a Alemanha, a Coreia do Sul; e organizações como FIDA e Centro-Sul.

Do mesmo modo, para países como os caribenhos, foi destacada a necessidade de levar em conta o grau de vulnerabilidade frente aos desastres naturais na medição do desenvolvimento, mesmo que eles sejam considerados de renda alta.

Além disso, a Mesa Diretiva do Comitê de Cooperação Sul-Sul vem se reunindo desde 2012. A nona, e mais recente reunião, foi realizada no passado mês de abril no contexto dos debates do Fórum dos Países da América Latina sobre o Desenvolvimento Sustentável 2019. Neste encontro foi destacada, novamente, a importância da cooperação com o países do Caribe, os quais são fortemente afetados pelos desastres naturais e o sobre-endividamento, que limita suas possibilidades de desenvolvimento.

Por outra parte, a CEPAL também conta com o Comitê de Desenvolvimento e Cooperação do Caribe, criado em 1975, como um reconhecimento especial das necessidades do Caribe à luz de sua particularidade histórica, geográfica e cultural. Entre seus objetivos se encontram promover e fortalecer a cooperação e a integração econômica, o intercâmbio de informações e experiências, e a promoção de posições e estratégias comuns entre as nações do Caribe e suas relações com países terceiros.

O Comitê tem uma sessão de ministros que realiza encontros a cada dois anos, precedidos por uma reunião do seu Comitê de Monitoramento, e são convocados anualmente. Em 2018, o Comitê realizou sua XXVII sessão em Santa Lúcia (país que atualmente o preside), onde foi apresentado o programa de trabalho para o biênio 2018-2019[34]; enquanto o Comitê de Monitoramento realizou seu XIX encontro em maio de 2019. Atualmente, os 14 países do CNIb são membros deste órgão subsidiário da Comissão.

Da mesma maneira, na Resolução 73, aprovada durante o XXIII período de sessões do Comitê de Desenvolvimento e Cooperação do Caribe, foram convidados atores fundamentais para que liderem, com a CEPAL, uma mesa redonda sobre o desenvolvimento do Caribe como mecanismo adicional para a promoção do desenvolvimento da região. A primeira reunião deste novo espaço foi em 2011 e a mais recente – a quinta –, realizada em 2018, versou sobre a resiliência do clima por meio do investimento ecológico (ou investimento "verde"), o impacto da redução do risco e a promoção de um crescimento econômico sustentável.

Por último, também em relação a esta região, a CEPAL criou um grupo de trabalho orientado à troca de dívida dos países do Caribe, que visa conseguir transformar essa dívida em uma fonte de investimento em temas como a resiliência, e está formado por Antígua e

[34] *O plano completo está disponível em: LC/CDCC.27/DDR/3.*

Barbuda, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas. A proposta do grupo foi feita na mesa redonda sobre o desenvolvimento do Caribe em 2016 e, no ano seguinte, foi realizada sua primeira reunião em Porto da Espanha (Trinidade e Tobago), da qual também participaram organismos da região como a CARICOM, a AEC e o BCCO, entre outros. Em fevereiro de 2018, foi realizada sua segunda reunião.

De acordo com a CEPAL, foi considerada a necessidade de desenvolver uma carteira de projetos e estratégias verdes para capitalizar o Fundo de Resiliência do Caribe que deveria servir como fonte de financiamento mais adiante. Nas reuniões posteriores continuou se desenvolvendo uma iniciativa de troca de dívida por adaptação à mudança climática; a mais recente delas foi realizada entre a Secretaria Executiva da CEPAL, e os primeiros-ministros de Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas no contexto da LXXIV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019.

Todos esses trabalhos são complementados com os esforços que lidera o Escritório Sub-regional da CEPAL para o Caribe, aberto em 1966, o qual identifica na redução das expectativas do crescimento econômico e a diminuição da AOD e o IED, entre outros, os principais desafios que enfrenta o Caribe; e, além disso, considera a CSS e a CT como parte das associações necessárias para atender as questões transversais fundamentais no Caribe. Esse escritório fornece atendimento aos países do Caribe insular, Belize, a Guiana e Suriname, e atualmente a Sra. Diane Quarless é a diretora desta sede sub-regional.

2.1.2. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Esta Organização foi estabelecida em 1948 com a assinatura da Carta da OEA, em Bogotá (Colômbia), que entrou em vigor em 1951 e da qual são membros os quatorze países do CNIb em estudo. A UE e outros 69 Estados têm qualidade de observadores. Dentro dos seus propósitos fundacionais, seu texto de criação inclui – além dos propósitos de paz, segurança e democracia – a ação cooperativa para a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua de 1996, foi criado o Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI) como principal órgão político responsável pela formulação, promoção e desenvolvimento das diretrizes para a cooperação técnica em nível ministerial no hemisfério. Atualmente, a Guatemala mantém a presidência, enquanto o México exerce a vice-presidência. O CIDI está integrado por todos os Estados-membros da Organização, conta com uma Secretaria Executiva, e realiza reuniões ordinárias, extraordinárias, especializadas ou setoriais.

Um desses encontros especializados é a Reunião de Altas Autoridades de Cooperação, cuja segunda e mais recente reunião foi realizada em setembro de 2018 e se centrou no fortalecimento de capacidades para construir resiliência diante dos desastres. Para o encontro foram convocados os países-membros da Organização[35] e também participaram organismos internacionais, o setor privado, a academia, etc. Dentro de suas recomendações para a ação, insistiu-se na necessidade de definir pontos focais das agências nacionais de cooperação e autoridades relevantes, que estão envolvidas em todas as atividades de cooperação internacional na região.

Também como parte do CIDI, se encontra a Agência Interamericana para a Cooperação e o Desenvolvimento, órgão subsidiário que busca promover, coordenar, gerenciar e facilitar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento dentro do âmbito da Organização. A agência tem uma Junta Diretiva integrada por nove membros[36], e sua presidência atual é exercida pelo México.

Em relação ao anterior, a cooperação na OEA conta com mecanismos adicionais que permitem sua promoção no hemisfério. Primeiro se encontra o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento, estabelecido em 1997, e reestruturado em 2014[37], que se tornou um instrumento de cooperação técnica não reembolsável que promove a CSS, a CT e outras formas de cooperação horizontal.

Atualmente, **o Fundo se encontra implementando seu segundo ciclo de programação 2017-2021, e sua área prioritária é a de educação.** Conta com três temáticas específicas onde se evidencia a participação de países do CNIb. No caso de educação de qualidade, inclusiva e com igualdade, participa Guiana; enquanto Antígua e Barbuda, e São Cristóvão e Neves fazem o mesmo no eixo de fortalecimento da profissão docente; e por último, na temática de atenção integral à primeira infância, participam Bahamas, Dominica, Jamaica, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas[38].

Em segundo lugar, a OEA conta com CooperaNet como um recurso on-line que busca se tornar um hub para a cooperação para o desenvolvimento e as alianças, onde as necessidades dos países-membros da Organização possam encontrar soluções oferecidas por

---

[35] No CNIb participaram todos os países, exceto Belize, Dominica e o Suriname. As delegações credenciaram principalmente suas missões permanentes na OEA, outros o fizeram com ministros (Granada e Santa Lúcia) e, no resto dos casos, participaram com autoridades responsáveis pela gestão do risco (Antígua e Barbuda, Guiana, São Vicente e Granadinas, e Santa Lúcia).

[36] Bahamas é o único país do CNIb membro atual da Junta. Os outros oito países-membros são: Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, México e Panamá.

[37] Antes, Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (FEMCIDI).

[38] 18 países membros da OEA reúnem os requisitos para participar no ciclo de programação 2017-2019 do Fundo. Dentre eles, a metade pertence ao CNIb: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas.

outros países ou atores do desenvolvimento. Busca construir e otimizar diferentes tipos de alianças, fornecer acesso a assistência técnica, e ter treinamento, discussões e boas práticas em tempo real.

Por outra parte, a Organização lidera o fortalecimento de alianças multissetoriais para facilitar a participação de diversos atores e identificar necessidades com oportunidades. Da mesma maneira, promove redes interamericanas especializadas que facilitam conexões e fortalecem comunicações, alianças e ampliam o intercâmbio de experiências e conhecimento. Algumas destas redes se centram em temas como a competitividade (RIAC), o trabalho (RIAL), a educação (ITEN), entre outros. As bolsas[39] e particularmente o Programa Especial para o Caribe Anglofalante, estabelecido em 1983, são um cenário adicional que vincula os países do CNIb.

Em síntese, são diversos os espaços de diálogo, mecanismos e plataformas de cooperação que fornece esta Organização. Resulta importante considerar que todos os países do CNIb contam com missões permanentes credenciadas na OEA e também no país sede da Organização, o que adquire maior relevância ao considerar o escasso número de missões residentes dos países do CNIb no exterior, situação que é evidente na maior parte dos países ibero-americanos, com exceção de Cuba.

2.1.3. COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC)

A CELAC, criada durante uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da região, em dezembro de 2011, através da Declaração de Caracas, destacava a necessidade de avançar em uma cooperação latino-americana e caribenha que considerasse as complementaridades econômicas e a CSS como eixo integrador, e como instrumento de redução de assimetrias. Caracteriza-se por ser um mecanismo intergovernamental de diálogo e acordo, onde participam todos os países da região latino-americana, que inclui os 14 países do CNIb em estudo.

A CELAC funciona a partir de uma Presidência Pro Tempore (PPT) com rotação anual e é assistida por uma Troika, que foi ampliada durante a I Cúpula da CELAC (Chile, 2013) para incorporar a CARICOM como membro permanente desta. Pelo exposto, a Troika ampliada (quarteto) é formada pelo Estado que detém a Presidência Pro Tempore, pelo precedente, pelo sucessor, e por um Estado-membro da CARICOM, representado por quem exerce sua Presidência Pro Tempore.

[39] No passado mês de outubro, o Chile e a OEA acordaram ampliar até 2020 a oferta de bolsas para os países da CARICOM em temas de mudança climática, gestão do risco de desastres e construção de resiliência.

Na mesma Cúpula do Chile 2013 f**oi formado o Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional (GTCI) com o desafio de fomentar a cooperação como mecanismo articulador entre a América Latina e o Caribe, e com importantes oportunidades para o intercâmbio de experiências, conhecimentos, especialistas, etc. em nível bilateral, triangular e regional.** A CSS era pensada como uma ferramenta de complementaridade para as economias e a integração regional.

O TCI realizou sua quinta e última reunião em dezembro de 2017 (San Salvador), onde participaram representantes do CNIb. Este era um espaço que permitia o diálogo entre os responsáveis pela cooperação dos países ibero-americanos e do CNIb, que até o momento não voltou a se reunir.

Mais recentemente, em janeiro de 2018, foi realizado em Santiago (Chile) o II Fórum CELAC-China, onde foi aprovado o Plano de Ação Conjunto nas seguintes áreas prioritárias 2019-2021: política e segurança, infraestrutura e transporte, comércio, investimento e finanças, agricultura, indústria, ciência e tecnologia, ambiente, e cultura. O plano citado não entra em detalhes sobre os mecanismos, termos ou recursos para sua implementação, embora destaque que considerará devidamente os desafios e as necessidades, entre outros, dos SIDS, em clara referência aos países do CNIb.

Da mesma maneira, em setembro de 2018 foi realizado o XV encontro de chanceleres da CELAC na Nova York (Estados Unidos), onde El Salvador concluiu seu papel na Presidência Pro Tempore. A última Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC foi realizada em 2017, e até o momento não voltou a ser realizada. Atualmente, a PPT do organismo é exercida pela Bolívia.

2.1.4. SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (SELA)

Este organismo intergovernamental criado por meio do Convênio do Panamá de 17 de outubro de 1975 conta com 26 países-membros. Dentre eles, oito fazem parte do conjunto de países do CNIb. Eles são: Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname, e Trinidade e Tobago. **De acordo com o SELA, o organismo tem o objetivo de promover um sistema de consulta e coordenação para concretizar posições e estratégias comuns da América Latina e o Caribe, em matéria econômica, diante de países, grupos de nações, fóruns e organismos internacionais, e fomentar a cooperação e a integração entre países da América Latina e o Caribe.**

Sua estrutura é baseada no Conselho Latino-Americano como o máximo órgão de decisão, a Secretaria Permanente, que ocupa o cargo de órgão técnico do organismo, e diversos

Comitês de Ação constituídos a partir de interesses específicos de pelo menos dois dos seus Estados-membros. Atualmente, suas três áreas temáticas são: relações inter-regionais, relações extrarregionais, e cooperação econômica e técnica.

Em termos de cooperação na região, o SELA teve um papel histórico. Desde 1987, criou a Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e o Caribe, onde cada ano é abordada uma temática específica, ao redor da qual se busca promover maiores processos de cooperação entre os países-membros.

Este espaço serviu, por anos, como um local de encontro dos pontos focais da cooperação entre os países latino-americanos com aqueles membros do CNIb. A XXX Reunião de Diretores, e a mais recente, foi realizada na Cidade de Panamá, em abril de 2019, onde o tema central foi a coordenação e eficácia da cooperação diante do risco de desastres, um assunto de vital importância para o CNIb.

Apesar de que nestes encontros nem sempre é possível contar com a participação dos próprios responsáveis pela cooperação, mas com delegados destes, funcionários diplomáticos credenciados no país organizador ou representantes dos países de acordo com o tema específico abordado no encontro, busca-se a promoção e o intercâmbio de experiências que possibilitem iniciativas de cooperação posteriores.

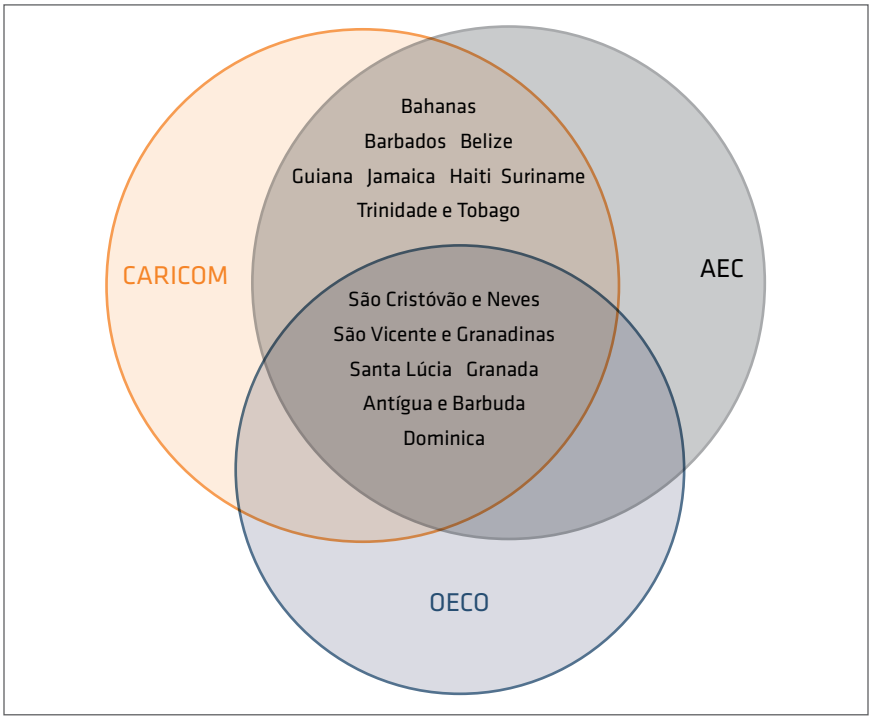
2.2. CARACTERIZAÇÃO DE ORGANISMOS E ESPAÇOS SUB-REGIONAIS

Os processos de integração sub-regionais do Caribe contam com dois antecedentes principais. O primeiro deles data de 1958 com a experiência da Federação das Índias Ocidentais, que teve uma duração de apenas menos de cinco anos, depois da sua dissolução como consequência da independência da Jamaica, e Trinidade e Tobago em 1962.

Em segundo lugar, em 1965, foi criada a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), em cujo contexto seria criado mais tarde o BDC, e que lançaria as bases para a posterior criação da CARICOM, ainda em vigor.

Neste sentido, esta seção caracteriza, em primeiro lugar, os três principais organismos, e mecanismos de diálogo e acordo próprios da sub-região Caribe, onde participam os países do CNIb como é exibido na **Fig. 2.** e, posteriormente, apresenta um perfil geral de outros espaços e plataformas sub-regionais de interesse e com dinâmicas particulares de cooperação internacional.

FIGURA 2. Participação dos países do CNIb nos principais mecanismos sub-regionais de integração.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

2.2.1. COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

A organização tem seus principais antecedentes na Federação as Índias Ocidentais de 1954 e na CARIFTA que funcionou entre 1965 e 1972. Posteriormente, foi estabelecida em 1973 por quatro países (Barbados, Guiana, Jamaica, e Trinidade e Tobago) através do Tratado de Chaguaramas, que entrou em vigor em agosto de 1973; o mesmo que no ano de 2001 foi revisado para estabelecer o Mercado e Economia Comum da Comunidade, e se encontra em vigor desde janeiro de 2006.

A CARICOM tem diversos objetivos que incluem melhorar as condições de vida da população, acelerar o desenvolvimento econômico coordenado e sustentável, expandir o comércio e as relações com Estados terceiros e, entre outros, inclui melhorar também a cooperação funcional. Atualmente, são membros da Comunidade os quatorze países do CNIb objeto do presente estudo, além de outros membros da região em qualidade de observadores.

Os órgãos principais da CARICOM são a Conferência de Chefes de Governo e o Conselho de Ministros da Comunidade, que será o segundo órgão por ordem hierárquica. Por sua vez, estes contam com a assistência dos Conselhos de Finanças e Planejamento, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Relações Exteriores e Comunitárias, e Desenvolvimento Humano e Social. Administrativamente, a Secretaria é o principal órgão da Comunidade e seu secretário geral será ao mesmo tempo o diretor executivo. A CARICOM também conta com uma série de instituições em diversos assuntos setoriais, bem como com instituições associadas, entre as quais se destacam o BDC, a UWI, a Universidade de Guiana, entre outras.

Atualmente, **a CARICOM implementa o Plano Estratégico 2015-2019 que busca que a Comunidade se centre em um número de objetivos práticos e alcançáveis em termos do desenvolvimento da região.**

Este Plano concentra seus esforços em seis prioridades estratégicas integradas em um modelo de resiliência para a Comunidade. **As primeiras prioridades, consideradas motores, são o fortalecimento da governabilidade e a unidade na Comunidade; e as quatro restantes fazem referência à construção da resiliência econômica, social, ambiental e tecnológica.** Da mesma maneira, destaca como facilitadores críticos para o sucesso da estratégia: manter e fortalecer as relações de cooperação com parceiros tradicionais, fortalecer a cooperação com terceiros países e mobilizar recursos externos para abordar suas prioridades, entre outros aspectos.

Neste sentido, dentro da estrutura de Secretaria Geral Adjunta se encontra a Unidade de Mobilização de Recursos e Assistência Técnica, que busca, precisamente, mobilizar recursos financeiros e técnicos para apoiar a implementação dos projetos da Comunidade. Nela trabalham no máximo cinco funcionários encarregados dos temas de cooperação internacional, embora nenhum deles o faça especificamente para assuntos de CSS ou CT.

Conforme disse a CARICOM, a Organização conta com um sistema de informações que fornece dados sobre os doadores, prioridades, alinhamento com o plano estratégico da CARICOM, e existe um mecanismo separado para rastrear projetos financiados por doadores e fornecer informações sobre estes. No entanto, também foi informado que, até o momento, a CARICOM não dispõe de um relatório que permita consolidar os principais dados da cooperação internacional na Organização, embora tenha sido esclarecido que os Estados Unidos, a UE e a Alemanha são seus principais parceiros internacionais de cooperação.

Com relação ao ano de 2018, a CARICOM indica ter implementado mais de 20 iniciativas de CSS com regiões do mundo como o próprio CNIb, Ásia, Oriente Médio e Ibero-América.

No caso desta última, foram registradas iniciativas de cooperação com: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e República Dominicana. Da mesma maneira, destaca sua experiência negociando acordos entre a Comunidade e os países do sul, e com os países do sul e do norte no caso da CT.

Setorialmente, a CARICOM identifica suas principais demandas/necessidades de CSS/CT ao redor do âmbito social (setores de educação e saúde), bem como do econômico (ciência e tecnologia, e transporte) para o trabalho no curto e médio prazo com a região ibero-americana, com a qual enfrenta desafios ainda por superar em assuntos como a barreira idiomática e a falta de recursos financeiros para tais iniciativas de cooperação.

A CARICOM é uma organização que vem reiterando a necessidade de obter financiamento para a resiliência à mudança climática, caso contrário, assegura, os níveis de dívida destes países serão ainda mais exacerbados. Embora estas nações sejam, na sua maioria, de renda média alta, também sofrem permanentemente os efeitos da mudança climática[40], daí que a Organização insista na necessidade de incorporar mudanças nos critérios que determinam o acesso ao financiamento para os países pequenos e vulneráveis, e de procurar soluções extraordinárias para uma região que se encontra em circunstâncias extraordinárias.

Neste sentido, no ano de 2008, a CARICOM estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento da Comunidade com uma contribuição de USD 60 milhões, com o mandato de fornecer assistência aos países, regiões e setores menos favorecidos da Comunidade, através de Programas de Assistência País. O Fundo implementa atualmente o Plano Estratégico 2015-2020, cujas prioridades temáticas se encontram associadas à redução das disparidades regionais, a melhoria da competitividade e o desenvolvimento empresarial, e a promoção dos investimentos Este recebe recursos de parceiros extrarregionais como a UE, Reino Unido e Austrália, entre outros. E em janeiro de 2019, o Governo da Índia assinou um acordo de contribuição por USD 1 milhão. O Fundo se encontra localizado em Barbados e seu diretor executivo atual é o Sr. Rodinald Soomer.

Da mesma maneira, em temas de cooperação, no passado mês de junho a Comunidade efetuou a I Reunião Ministerial CARICOM-Colômbia, onde este último apresentou sua oferta de cooperação com os Estados-membros da Comunidade para compartilhar suas boas práticas, e acordaram realizar a I Comissão Mista CARICOM-Colômbia no primeiro trimestre de 2020.

---

[40] Solamente Bahamas sufrió pérdidas y daños acumulados por US$ 678 millones entre 2015 y 2017, y tras el paso del Huracán Dorian en 2019; la compañía estadounidense Karen Clark & Company estimó en US$ 7.000 millones las pérdidas que sufrió el país principalmente en Abaco, Gran Bahama y Nueva Providencia.

Situação semelhante se apresentou com a realização da I Cúpula CARICOM-Índia (setembro de 2019), onde a Comunidade obteve importantes compromissos de cooperação financeira e técnica por parte do seu aliado asiático, e mais recentemente, (outubro de 2019), a CARICOM iniciou a execução de uma doação do Global Fund para temas de HIV em oito países do CNIb, com uma duração de três anos.

Por último, vale a pena destacar que a CARICOM realizou sua XL Reunião Ordinária de Chefes de Governo, julho de 2019, onde os países-membros aprovaram o Chamado de Santa Lúcia a respeito do compromisso e a ação coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, onde manifestaram o apoio da Comunidade para que a cooperação internacional continue colaborando para abordar estes temas, incluída a mudança climática. A presidência atual da Conferência da Comunidade é exercida por Santa Lúcia, seu secretário geral é o embaixador Irwin LaRocque e sua sede se encontra localizada em Georgetown (Guiana).

2.2.2. ASSOCIAÇÃO DE ESTADOS DO CARIBE (AEC)

Criada através do Convênio Constitutivo de Cartagena das Índias em 24 de julho de 1994, a AEC nasce como um organismo de consulta, acordo e cooperação, cujo propósito é identificar e promover a instrumentação de políticas e programas orientados ao desenvolvimento sustentável, a desenvolver o potencial do Mar Caribe, e a promover um espaço econômico ampliado para o comércio e o investimento com oportunidades de cooperação e acordo, principalmente. Atualmente, são membros da AEC os quatorze países do CNIb objeto do presente estudo, bem como alguns países da comunidade ibero-americana[41].

Sua organização é baseada no Conselho de Ministros (principal órgão) e conta com cinco comitês especiais sobre: desenvolvimento do comércio e relações econômicas externas; turismo sustentável; transporte; redução do risco de desastres; e orçamento e administração. Em sintonia com o anterior, a Associação orienta suas prioridades de trabalho para as seguintes áreas focais: **1) Turismo sustentável, 2) Comércio e relações econômicas externas, 3) Transporte, 4) Redução do risco de desastres e, 5) A Comissão do Mar Caribe,** sobre as quais é baseado o Plano de Ação 2019-2021 aprovado na última Cúpula AEC em março de 2019.

Em matéria de cooperação internacional, a AEC conta com uma Direção de Cooperação e Mobilização de Recursos, conformada por uma equipe de cinco pessoas a encarrega-

[41] *Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Também são membros observadores da AEC: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Espanha, Peru e Uruguai.*

das dos temas de cooperação em termos gerais, e não específicos de CSS; a qual se encontra trabalhando em uma nova estratégia de mobilização de recursos. A Organização também implementa seu próprio sistema de informações e registro da cooperação que administra, onde se destacam a Coreia do Sul, o México e os Países Baixos como seus principais parceiros internacionais. Da mesma maneira, se encontra no processo de elaborar uma carteira de oferta de cooperação internacional.

A Organização indica que atualmente implementa iniciativas de CSS com países ibero-americanos como a Colômbia, a Costa Rica, Honduras, o México, a República Dominicana, entre outros, e implementou, em 2018, cerca de dez iniciativas de CT com parceiros como a Coreia do Sul, o México e a OEA. Para a AEC, a cooperação com a Ibero-América resulta valiosa, dado que fornece apoio a seus membros, bem como integra a América Latina com a região Caribe. Também considera oportuno poder avançar na resolução da falta de informações sobre a forma de operação de instâncias como o PIFCSS, bem como o fortalecimento das relações entre regiões através de um melhor diálogo, e o estabelecimento de um mecanismo de trabalho conjunto.

A Organização considera que as principais demandas e necessidades em termos de CSS/CT, para abordar de forma regional com Ibero-América, se centram no âmbito de ação social (setores de saúde e educação), bem como no âmbito econômico (ciência e tecnologia, e transporte). Da mesma maneira, considera que as futuras iniciativas de cooperação e relacionamento entre ambas as regiões deveriam se alinhar também com os ODS 8, 13,14 e 17.

A AEC também conta com um Fundo Especial que tem como principal objetivo financiar os programas de cooperação técnica e investigações de acordo com os objetivos e funções da Associação, contribuindo para a promoção da cooperação entre os membros, observadores e atores sociais da AEC[42]. Nesse momento, uma das prioridades do Fundo foi a organização de uma rede de pontos focais de Cooperação Internacional no Grande Caribe[43]. O Fundo recebe contribuições de membros e não membros da AEC, o qual conta com um Conselho de Representantes Nacionais integrado por cinco membros.

A organização vem implementando, desde 2017, a realização de uma Reunião Anual de Cooperação, na qual, além dos países membros, participam países observadores, parceiros extrarregionais, agências, organizações internacionais, entre outros. A Reunião Anual tem como propósito divulgar o estado de implementação da cooperação feita na Associação e, ao mesmo tempo, contribuir a gerenciar recursos para os projetos em andamento ou para

---

[42] AEC. Acordo Nº 9/07.

[43] A AEC, com o governo do México, organizou uma primeira reunião com este propósito na Cidade de México, nos dias 11 e 12 de abril de 2002 e foi financiada pelo então Instituto Mexicano para a Cooperação Internacional.

outros que sejam propostos em conformidade com os eixos temáticos. A próxima reunião está prevista para o primeiro trimestre de 2020, onde a AEC mostra sua anuência e interesse em que possam participar instancias como o PIFCSS.

Por último, **em 2019, por ocasião do seu 25 aniversário, foi realizada a VIII Cúpula, em cuja declaração final reconhece a importância da AOD e outros tipos de financiamento para o desenvolvimento sustentável, incluindo e destacando a CSS como complementar, com princípios claros, e não substitutiva da Cooperação Norte-Sul.** Na citada Cúpula, Barbados assumiu a presidência do Conselho de Ministros da AEC para o período 2019-2020. Atualmente, a sede da AEC se encontra em Porto da Espanha (Trinidade e Tobago), e exerce o cargo de Secretaria Geral a Dra. June Soomer.

2.2.3. ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS DO CARIBE ORIENTAL (OECO)

Por meio do Tratado de Basseterre[44],de 18 de junho de 1981, entrou em vigor a OECO como organização intergovernamental dedicada à harmonização e integração econômica, à proteção dos direitos humanos e legais, e à promoção da boa governança entre países independentes e não independentes no Caribe Oriental. Os países do CNIb em estudo, membros da OECO são: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, e São Vicente e Granadinas, que, além disso, compartilham uma única moeda.

A Conferência de Chefes de Estado é a máxima autoridade para a tomada de decisões da Organização. Conta com um Conselho de Ministros, uma Assembleia composta por representantes do parlamento de cada país-membro, um Conselho de Assuntos Econômicos que promove e facilita relações econômicas e sociais mais estreitas entre os Estados-membros, e uma Comissão que atua como órgão administrativo[45].

De acordo com o manifestado pela própria Organização, ela opera atualmente dentro do segundo ano do seu Plano para o Triênio 2018-2020, cuja prioridade estratégica, centrada na cooperação internacional, é apoiar o alinhamento da política exterior dos Estados-membros com as necessidades de desenvolvimento da OECO[46].

---

[44] O Tratado foi revisado em 2010 e, a partir de então, sete Estados estabeleceram a União Econômica do Caribe Oriental, que instaura um espaço dentro do qual pessoas, bens e capitais podem ser movimentadas livremente.
[45] São instituições subsidiárias e autônomas da OECO as seguintes: Corte Suprema do Caribe Oriental, Banco Central do Caribe Oriental, Autoridade de Aviação Civil do Caribe Oriental, Autoridade de Comunicações do Caribe Oriental.
[46] A Estratégia de Desenvolvimento 2019-2028 se encontra em versão de rascunho: Shaping our shared prosperity, na qual são definidos os três pilares de trabalho prioritários da Organização: 1) Crescimento econômico; 2) Promoção do bem-estar humano e social; 3) Uso sustentável dos recursos naturais.

Através desta prioridade estratégica, a intenção é obter um maior resultado do fortalecimento da capacidade de cooperação, como apoio à agenda de desenvolvimento da Organização.

A Associação conta com uma Unidade de Cooperação para o Desenvolvimento e Mobilização de Recursos, responsável pela coordenação de alianças com parceiros para o desenvolvimento (tradicionais e não tradicionais) com o objetivo de conseguir um maior nível de sustentabilidade programática, institucional e financeira, onde, não obstante, não há pessoal dedicado exclusivamente à CSS ou à CT.

De acordo com a Unidade, a OECO implementa iniciativas de CSS com países da região como: Brasil, Chile, Cuba, México e Venezuela, enquanto seus principais parceiros da CT são a Alemanha, o PNUD e o Banco Mundial, com os quais foram implementadas não mais de dez iniciativas em 2018, mas sem a participação de parceiros da Comunidade Ibero-Americana. Tal como acontece em alguns casos já mencionados, a barreira do idioma, a falta de recursos financeiros e uma maior colaboração institucional são identificados pela OECO como as principais dificuldades para aprofundar sua CSS/CT com a Ibero-América.

Além disso, a OECO indica que o programa anual de trabalho é constituído no instrumento onde são consolidadas as informações de sua cooperação internacional, e igualmente, a Unidade de Cooperação é a instancia que mantém uma base de dados de todos seus parceiros de desenvolvimento, incluídos de CSS e CT, a qual inclui seus contatos, representantes, áreas de cooperação, contextos de associação, etc.

Da mesma maneira, a Unidade de Cooperação prioriza para o desenvolvimento de iniciativas de CSS/CT com Ibero-América **o âmbito de trabalho social** (setores de educação e saúde) e **o âmbito econômico** (setores de ciência e tecnologia, e transporte), onde é reconhecido que a cooperação da Ibero-América, além de se tornar uma oportunidade para a mobilização de recursos, contribui com a superação de problemas, favorece a aprendizagem de boas práticas de países do sul, e até mesmo favorece a melhoria de capacidades de negociação coletiva em fóruns internacionais.

A Organização se encontra na etapa preparatória de planejamento de uma Conferência Internacional de parceiros para o desenvolvimento denominada: Movimento para o Desenvolvimento Sustentável 2020, que reunirá, no próximo ano, todos os parceiros (já identificados e potenciais) em um único espaço para ampliar as oportunidades de colaboração e cooperação mútua em áreas fundamentais como energia, inteligência artificial e mudança climática, entre outras.

A OECO tem sua sede em Castries (Santa Lúcia), a presidência da Conferência é ocupada por Antígua e Barbuda, e seu diretor geral é o Dr. Didacus Jules.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS E PLATAFORMAS

Por último, são apresentados brevemente alguns cenários adicionais destacados por sua relevância, e dos quais são membros vários dos países do CNIb em estudo.

2.3.1. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO CARIBE (BDC)

Criado por meio de um acordo assinado na Jamaica, em 1969, tem como propósito contribuir para o crescimento econômico harmônico e para o desenvolvimento, bem como promover a cooperação econômica e a integração dos seus países-membros[47]. As quatorze nações do CNIb em estudo fazem parte dele e, de acordo com o PNUD, é a maior fonte de financiamento para os países-membros prestatários.

Em termos de empréstimos, o BDC aprovou um montante aproximado de $300 milhões em 2018, sendo Barbados (39%) e Belize (17%) os principais beneficiários, enquanto $38 milhões foram destinados para subvenção para o mesmo período. Em termos setoriais, as áreas onde se centraram as operações de crédito do BDC foram: transporte e comunicação; sustentabilidade ambiental e redução do risco de desastres; energia; água e saneamento; e infraestrutura e serviços sociais.

Um mecanismo de financiamento adicional do Banco é o Fundo Especial para o Desenvolvimento, que aprovou USD 33,5 milhões em 2018 orientados ao crescimento sustentável e inclusivo (ODS 8), à infraestrutura resiliente (ODS 9) e ao fortalecimento dos meios de implementação da aliança global para o desenvolvimento sustentável (ODS 17), principalmente. Nessa ordem, o Haiti, o Centro de Mudança Climática da Comunidade do Caribe e o Centro de Assistência Técnica Regional do Caribe foram os principais beneficiários dos recursos aprovados.

Recentemente, o BDC abriu um novo escritório no Haiti (2018), o primeiro fora da sua sede principal localizada em Barbados, o qual se tornará o ponto focal para a implementação de sua estratégia país para o período 2017-2021. O Fundo reconhece que para transformar as economias da região, além de importantes recursos financeiros, são necessários recursos de assistência técnica.

---

[47] Também fazem parte do Banco países da comunidade ibero-americana como a Colômbia, o México e a República Bolivariana da Venezuela, bem como parceiros extrarregionais entre os que se destacam a Alemanha, o Canadá, a China e a Itália.

Além disso, o Banco administra o Fundo de Infraestrutura Reino Unido–Caribe, criado em 2015 a partir do anúncio do primeiro-ministro britânico de outorgar GBP 300 milhões à região Caribe, para financiar projetos de infraestrutura em oito países[48]. Em agosto de 2018, o BDC e o DFID do Reino Unido assinaram um acordo que adiciona outros GBP 30 milhões ao citado Fundo.

Por outra parte, o Banco também financia com o Governo da Guiana o Fundo de Necessidades Básicas, orientado a melhorar o acesso a serviços públicos básicos de forma sustentável e com enfoque de gênero, que conseguiu chegar a mais de 2 milhões de habitantes em mais de 35 anos de implementação, e que constitui o programa emblemático do Banco em matéria de redução da pobreza. O fundo está aberto a organizações governamentais, não governamentais e comunitárias de oito países do CNIb em estudo[49].

O BDC conta com uma Unidade de Cooperação Técnica, ponto focal na organização, que lidera os esforços do Banco para o desenvolvimento de capacidades, a transferência de conhecimentos e o fortalecimento das instituições dos países prestatários. Atualmente, o presidente do BDC é o Dr. William Warren Smith e sua sede se encontra localizada em Barbados.

2.3.2. BANCO CENTRAL DO CARIBE ORIENTAL (BCCO)

Banco foi estabelecido em 1983 e atualmente é a autoridade monetária em oito países do CNIb, entre os quais se encontram Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas.

Em 2017, reconhecendo seu mandato em termos de estabilidade financeira e desenvolvimento econômico, o Banco elaborou seu Plano Estratégico 2017-2021 e definiu cinco objetivos estratégicos orientados a: manter sua moeda (dólar do Caribe Oriental) forte e estável, garantir um setor financeiro forte, diversificado e resiliente, ser o assessor dos governos com relação à sustentabilidade fiscal e da dívida, a promoção ativa do desenvolvimento econômico, e a melhoria da eficiência da organização. Em alguns casos é incorporada a assistência técnica do próprio BCCO aos países-membros para o cumprimento das metas. Atualmente, o presidente do BCCO é o Sr. Timothy N. J. Antoine e sua sede se encontra em São Cristóvão e Neves.

---

[48] Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas.
[49] Belize, Dominica, Granada e Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, e São Vicente e Granadinas.

2.3.3. AGÊNCIA PARA A GESTÃO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES DO CARIBE (CDEMA)

É uma agência regional intergovernamental estabelecida em 1991, que pertence à CARICOM, da qual participam 18 nações, incluídos os 14 países do CNIb em estudo. Conta com um mandato que concede o papel de facilitador, guia e coordenador da promoção e engenharia do Manejo Integral de Desastres (MID) nos Estados-membros. Sua estratégia e estrutura de resultados 2014-2021 são baseados em três áreas prioritárias que são: fortalecimento de acordos institucionais para o MID; gestão do conhecimento e da aprendizagem sobre o MID; integração do MID em níveis setoriais; e fortalecimento da resiliência nas comunidades.

A Agência faz parte, com outras organizações, do Comitê Diretivo do Fundo Canadá-Caribe para a gestão do risco de desastres, que financia projetos para entidades governamentais, não governamentais, organizações voluntárias e da sociedade civil de países da CARICOM, entre CAD 25.000 e CAD 70.000. Da mesma maneira, lidera diversos processos de cooperação internacional em assuntos de gestão de desastres para a região[50].

No contexto do seu trabalho, a CDMEA conta com o Sistema de Informações de Risco do Caribe (CRIS), bem como com o Centro Regional De Treinamento para os países-membros. Ele disponibiliza uma boa quantidade de produtos de conhecimento e ferramentas de utilidade como guias, planos, manuais, procedimentos, etc. para os países afetados por situações de emergência. Sua sede se encontra em Barbados.

2.3.4. INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO CARIBE (CARDI)

É uma organização estabelecida em 1975 que pertence à CARICOM. Busca contribuir para o desenvolvimento agrícola da região através da pesquisa, procurando que os agricultores contem com tecnologias apropriadas. Atualmente, ele implementa seu Plano Estratégico 2018-2022, no qual são priorizados os programas de fortalecimento institucional, os serviços de cadeia de valor, as políticas e a promoção, bem como as associações e as alianças estratégicas. Sua sede se encontra em Porto da Espanha (Trinidade e Tobago) e conta com escritórios em 12 dos 14 países do CNIb em estudo (exceto no Haiti e no Suriname).

---

[50] Recentemente, a CDEMA assinou um Memorando de Entendimento com o Escritório Regional da UNESCO (abril de 2019) para enfrentar os desafios das comunidades vulneráveis, especialmente de crianças, em situações de desastre ou emergência. Da mesma maneira, a Agência recebeu a Agência Romena para o Desenvolvimento (RoAid) em setembro de 2019, com o objeto de discutir uma segunda fase do programa de capacitação sobre a redução do risco de desastres e o manejo de emergências em vigor de março a dezembro do ano em curso.

2.3.5. WEST INDIES UNIVERSITY (UWI)

Esta universidade, a maior e mais antiga do Caribe anglofalante, foi estabelecida em 1948. Depois de ter uma única sede em Jamaica, se expandiu pela região e conta atualmente com campus em Trinidade e Tobago, Barbados, e Antígua e Barbuda. É o centro de educação superior mais importante da região, e participou de diversos processos de cooperação internacional com parceiros tradicionais, e inclusive de experiências com países ibero-americanos como a Colômbia (agricultura), a Argentina (esporte) ou o Chile (educação). O Plano Estratégico da Universidade 2017-2021 contempla dentro dos seus objetivos o conceito da internacionalização integral, portanto, a proposta é que a UWI consiga estar presente fisicamente em todos os continentes.

A Universidade também conta dentro da sua estrutura, a partir de 2016, com um Escritório de Assuntos Globais que formula e coordena as políticas e estratégias de alcance internacional com instituições educacionais internacionais, bem como com outras organizações e agências de financiamento. Também conta com o Centro Latino-Americano-Caribenho onde os intercâmbios e o bilinguismo foram temas relevantes na sua agenda de cooperação. O Escritório de Assuntos Globais tem sede nos Campus de Barbados e da Jamaica, enquanto o Centro tem sede apenas neste último.

2.3.6. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

É um organismo estabelecido em 1942 que, com a criação da OEA em 1948, se tornou o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano. São membros do IICA 34 países, e conta com a participação dos 14 países do CNIb em estudo. Sua sede central se encontra em São José (Costa Rica), e é importante destacar que conta com escritórios em todas e cada uma das nações do CNIb.

O IICA é, por definição, uma instituição que realiza CSS para o desenvolvimento de suas iniciativas. Atualmente, se encontra implementando o Plano de Médio Prazo 2018-2022 que contempla os seguintes objetivos estratégicos: aumentar as contribuições do setor agropecuário para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável; contribuir com o bem-estar de todos os habitantes dos territórios rurais; melhorar o comércio internacional e regional dos países da região; e aumentar a resiliência dos territórios rurais e dos sistemas agroalimentares perante os eventos extremos.

Este organismo identificou uma oportunidade para a agricultura no Caribe baseada no fato de que, em boa parte das economias destes países, o setor de turismo tem uma alta importância no seu PIB. Então, fornecer os alimentos demandados por esse setor a partir do desenvolvimento de uma produção local agropecuária, dentro da sub-região, como entre ela e os países da América Central e da América do Sul poderia ser uma estratégia a seguir.

Finalmente, na **Tabela 3** são relacionados alguns organismos adicionais da CARICOM (denominados instituições) que permitem completar o panorama dos principais organismos do CNIb nos quais, em maior ou menor medida, são implementados processos e iniciativas de cooperação, ou projetos de intercâmbio de experiências.

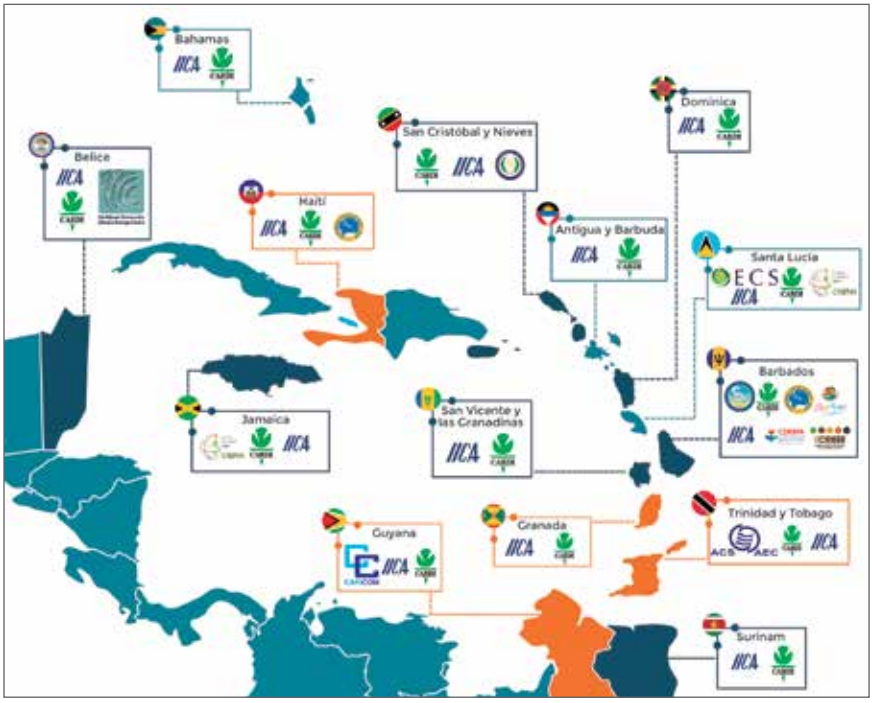
TABELA 3. Otras institucionales regionales del CARICOM.

Nome	Ano de criação	Sede	Países-membros	Setores prioritários
Organização de Turismo do Caribe (CTO)	1989	Barbados	14 países do CNIb	Turismo
Agência de Saúde Pública do Caribe (CARPHA)	2011	Trinidade e Tobago (HQ), Santa Lúcia e Jamaica	14 países do CNIb	Saúde
Centro de Mudança Climática da Comunidade do Caribe (CCCCC)	2005	Belice	14 países d0 CNIb	Meio ambiente Gestão de desastres
Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética do Caribe (CCREEE	2015	Barbados	14 países do CNIb	Energia

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Em conclusão, são muitos os organismos e mecanismos com âmbito de ação no CNIb. Nesta seção foram apresentados alguns deles, com o espírito de poder encontrar espaços, áreas e possibilidades que permitam analisar a comunidade Ibero-americana, a melhor forma de se aproximar deles e de estabelecer possíveis sinergias de cooperação no futuro. A Fig. 3 representa a localização geográfica destes mecanismos, destacando Barbados como o país com maior presença deste tipo de organizações no seu território.

FIGURA 3. Sedes dos principais organismos e mecanismos no Caribe não Ibero-Americano.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

2.4. O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Atualmente, as ações da ONU no Caribe são orientadas sob o Contexto de Desenvolvimento Sustentável Multipaís 2017–2021 que cobre 18 países e territórios da região, dentro dos quais se encontram todos os países do CNIb em estudo, exceto o Haiti[51]. Este contexto de ação conta com quatro áreas prioritárias e oito resultados esperados, conforme exibido na **Tabela 4**. Está alinhado com os ODS, e contribui com o cumprimento do Plano Estratégico da CARICOM 2015-2019 e a Trajetória de Samoa[52], onde se destaca como prioridade transversal a importância das informações e os dados.

.

TABELA 4. Contexto de Desenvolvimento Sustentável Multipaís das Nações Unidas para o Caribe 2017 – 2021 (UN-MSDF).

Áreas prioritárias	Resultados	Fundos	
		(US$ Mill.)	%
Caribe inclusivo, equitativo e próspero	Aumento do acesso à educação para melhorar o emprego e o desenvolvimento econômico sustentável	44.016.795	22,24
	Acesso a sistemas de proteção social equitativos, e melhoria da qualidade dos serviços e das oportunidades econômicas sustentáveis		
Caribe saudável	Acesso universal a sistemas de saúde de qualidade	10.650.989	5,38
	Implementação de leis, políticas e sistemas que apoiem estilos de vida saudáveis		

[51] *Neste país opera o Contexto de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2017-2021 que conta com cinco áreas prioritárias nesse país: redução da pobreza e emprego, serviços sociais, resiliência, igualdade de gênero e proteção, e governança.*

[52] *Conhecida como "Samoa Pathway", representa as Modalidades de Ação Acelerada para SDIS acordadas na 3ª Conferência Internacional sobre estes países, que foi realizada em Apia (Samoa) de 1 a 4 de setembro de 2014. Para sua implementação, elas precisam do fortalecimento da cooperação internacional Norte-Sul, Sul-Sul e Triangular, reconhecendo as alianças com tais estados insulares como um instrumento para mobilizar recursos humanos, financeiros, tecnologia e conhecimentos, entre outros aspectos (A/RES/69/15).*

Áreas prioritárias	Resultados	Fundos	
		(US$ Mill.)	%
Caribe justo, seguro e unido	Fortalecimento de capacidades de política pública, instituições do Estado e organizações da sociedade civil	38.162.309	19,28
	Acesso equitativo à justiça, proteção e segurança cidadã		
Caribe sustentável e resiliente	Políticas e programas estabelecidos para a adaptação à mudança climática, a redução do risco de desastres e o acesso universal a energias limpas e sustentáveis	105.113.851	53,1
	Adoção de soluções inclusivas e sustentáveis para a conservação, restauração e uso de ecossistemas e recursos naturais		

Fonte: UN-MSDF, 2017.

A ONU também está presente na região através de diferentes agências e programas como é exibido na Fig. 4, onde se destacam o PNUD, a OPS/OMS e o UNFPA por ter a maior representação nos países do CNIb. Da mesma maneira, Barbados, o Haiti, e Trinidade e Tobago são os países que contam com o maior número de agências e programas nos seus territórios, além de atenderem a outros países da região. No caso do Haiti, tivemos a Missão de Estabilização (MINUSTAH) criada em 2004 pelas Nações Unidas, que contou com a participação de efetivos de vários países da região[53].

[53] *No ano de 2017, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu uma missão de manutenção da paz para fazer um acompanhamento em Haiti (MINUJUSTH), a qual finaliza seu mandato em 2019.*

FIGURA 4. Sedes dos principais organismos do Sistema das Nações Unidas no Caribe não Ibero-Americano.

Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de http://caribbeanun.org/

Barbados resulta um caso particular, devido a que este país se torna a plataforma ou porta de entrada para o Caribe Oriental para o caso da UNICEF, da OPS/OMS, da ONU-Mulheres e para a UIT em toda a sub-região; enquanto em cinco países do CNIb (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, São Cristóvão e Neves, e São Vicente e Granadinas) não há representação de organismos da ONU, sem que isso afete as intervenções nestes países.

Da mesma maneira, os países do CNIb desenvolveram, ou estão em processo de fazê-lo, contextos integrais para conseguir o desenvolvimento sustentável, como o indicou a CEPAL em 2018; e alguns até avançaram no estabelecimento de mecanismos institucionais específicos de coordenação para os ODS como é o caso de: Bahamas, Belize, Haiti, Jamaica e Santa Lúcia.

Este progresso institucional é evidenciado também nos países do CNIb que já apresentaram seus Relatórios Nacionais Voluntários para o Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Belize foi o primeiro país em fazê-lo (em 2017), seguido pelas Bahamas (2018), a Jamaica (2018), a Guiana (2019) e Santa Lúcia (2019). Está previsto que São Vicente e Granadinas[54], e Trinidade e Tobago façam o mesmo em 2020.

Sobre a territorialização da Agenda 2030, a CEPAL indica que no caso dos países do CNIb para os quais existem informações, o mais recorrente é que eles tenham avançado em apenas uma das sete modalidades identificadas para tais propósitos, e é a socialização ou capacitação. Desta forma, em Granada, Guiana, Jamaica, Suriname, e Trinidade e Tobago são identificadas iniciativas orientadas à socialização e à abertura de espaços de diálogo sobre a Agenda 2030, com diferentes atores e funcionários locais. No caso da Jamaica, também se destaca a aplicação de instrumentos ou ferramentas para a incorporação da Agenda 2030 em planos locais.

Por último, nesta breve seção sobre as Nações Unidas, vale a pena destacar o papel estratégico que cumpre a sede regional da CEPAL que atende o Caribe, a qual se encontra localizada em Porto da Espanha (Trinidade e Tobago). Através dela são realizados vários encontros regionais entre funcionários de governo para atender os mais diversos temas de interesse da região e, a partir daí, são produzidas e compiladas boa parte das estatísticas e relatórios em diferentes âmbitos do desenvolvimento destes países[55].

---

[54] Este país será, desde 2020, um dos dez membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Substitui o Peru na cadeira da América Latina e o Caribe. O país se tornou, de forma histórica, no menor país em fazer parte de desse órgão.

[55] A CEPAL desenvolveu o Caribbean Development Portal, onde é possível localizar informações básicas, estatísticas e institucionais dos diferentes países do CNIb, bem como informações recentes e, principalmente, relatórios e publicações da CEPAL ou outros organismos internacionais desta região. Está disponível em: http://www.caribbean.cepal.org. Da mesma maneira, a CEPAL publica de forma digital The Hummingbird com os principais projetos, publicações, missões de assistência técnica ou investigação que realiza a Comissão, e conta também com a Revista Focus do Comitê de Desenvolvimento e Cooperação do Caribe.

03
A Cooperação Sul-Sul e Triangular entre a Ibero-América e os países do Caribe não Ibero-Americano

3.1. PRINCIPAIS ANTECEDENTES DA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA COM OS PAÍSES DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Embora existam evidentes diferenças históricas, geográficas, culturais e de organização política entre os países do CNIb e os ibero-americanos, com o passar dos anos foram se construindo, aos poucos, processos de intercâmbio Sul-Sul entre ambas as regiões. Desde seus inícios, esta foi uma relação caracterizada pelos baixos níveis de conhecimento mútuo e, além disso, por ser recentes, já que, enquanto vários países latino-americanos estão chegando aos seus duzentos anos de vida independente, os países do CNIb o são há pouco mais de meio século, no melhor dos casos, com exceção do Haiti que conquistou sua independência no século XIX.

Em termos gerais, os antecedentes das relações de cooperação entre as duas regiões se encontram nos anos setenta e oitenta do século passado. Alguns países ibero-americanos começaram a implementar políticas caribenhas que conseguiram concretizar iniciativas de cooperação. Casos como Cuba, com ações de cooperação técnica, cultural e esportiva, o Brasil, com uma Comissão Mista com Trinidade e Tobago (1971), o México e a criação da Comissão Mista com a CARICOM (1974), a Venezuela, com as ações do Programa para o Caribe–Proca (1976), o posterior Pacto de São José[56] (1980) ou o Fundo de Cooperação para América Central e o Caribe da Colômbia (1982) são apenas alguns exemplos das primeiras ações de cooperação com o CNIb.

Durante os anos noventa, em um contexto de globalização da economia, começaram a se fortalecer as relações com a CARICOM através da assinatura de diferentes instrumentos como o Acordo de Princípios Multilaterais com a Venezuela (1993), o Acordo Básico com a Secretaria Permanente do Tratado Geral da integração Econômica na América Central (1993), um Acordo bilateral de cooperação com a Colômbia (1994), o Chile (1996), a Argentina (1998), entre outros.

[56] *Os países do CNIb beneficiados foram: Barbados, Belize, Haiti e Jamaica.*

Como dato relevante desses anos se destaca a criação da AEC, o que possibilitou ampliar as estruturas de integração do CNIb para países hispanofalantes.

A chegada do século XXI trouxe novas dinâmicas de acordo e integração na América Latina e o Caribe, onde os países do CNIb tiveram maior presença em cenários como ALBA (2004), PetroCaribe (2005), UNASUR pela Guiana e o Suriname (2010), e CELAC (2010), e surgiram novos processos de integração e cooperação entre ambas as regiões.

Da mesma maneira, a partir do relatório de CSS da SEGIB, de 2007, é possível identificar com precisão aqueles países ibero-americanos que implementavam iniciativas de cooperação no CNIb (particularmente o Haiti), entre os quais se destacavam Argentina, Chile, México, Uruguai, Venezuela, Brasil e Cuba.

Com o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, os países ibero-americanos forneceram cooperação para atender essa situação de emergência e, a partir desse momento, realizaram esforços de cooperação orientados à reconstrução e, por sua vez, ao retorno a um caminho de desenvolvimento, como indica a SEGIB. De acordo com essa fonte, um total de seis países ibero-americanos implementaram projetos bilaterais de CSS com o Haiti, principalmente nos setores produtivos (33%) e sociais (29%). Também deve ser considerada a ajuda de emergência que forneceu praticamente toda a região.

3.2. EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR IBERO-AMERICANA COM O CNIB NO PERÍODO 2011-2016

A partir dos dados que oferece o Relatório de CSS da SEGIB para o período 2011-2016, é possível estabelecer a evolução e algumas tendências da CSS bilateral, triangular e regional, salvo em raras exceções[57], entre os países da Ibero-América e o CNIb.

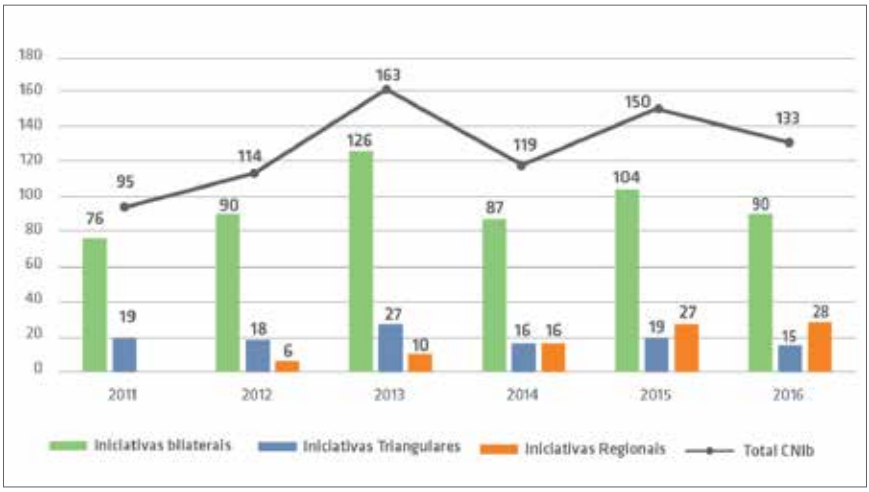
Como é exibido na **Fig. 5**, a evolução de CSS que inclui o CNIb superou a centena de iniciativas em execução por ano, com exceção de 2011, e teve um comportamento crescente até 2013, ano em que os dados começam a variar de ano para ano nas diferentes modalidades de cooperação. A CSS bilateral explicou quase 75% das intervenções em execução; a CT por volta de 15%, enquanto as iniciativas regionais foram de[58] pouco mais de 10%.

---

[57] Nesse período, a informação da CSS regional é a incorporação mais recente ao relatório de CSS da SEGIB, portanto, não tem a mesma rastreabilidade que a CSS bilateral ou triangular com o CNIb. Da mesma maneira, esta agrupa tanto programas quanto projetos regionais.

[58] Não contamos com dados sobre CSS regional com os países do CNIb para o ano de 2011, devido a que o relatório da SEGIB de 2012 incorporou uma mudança de abordagem em razão da persistência de problemas conceptuais e de sistematização.

FIGURA 5. Evolução das iniciativas de Cooperação Sul-Sul ibero-americanas em execução com pelo menos um parceiro do CNIb. Anos 2011-2016.



Fonte: Elaboração própria, 2019 com base em dados SEGIB 2012-2018.

A CSS com o CNIb é explicada, em grande medida, pelos intercâmbios bilaterais – dinâmica muito semelhante a o que acontece na cooperação Ibero-americana – e é materializada cada vez mais em projetos, do que em ações de cooperação. Ao longo do período 2011-2016, estes projetos foram executados em diversas áreas, com destaque no âmbito social (setores como saúde, educação, e outros serviços e políticas sociais) como o mais recorrente na CSS bilateral com o CNIb.

Embora o Haiti continue sendo o principal parceiro de CSS nesta região, os quatorze países do CNIb participaram em alguma iniciativa de CSS durante o período 2011-2016. Com certeza, a relação de CSS com esta região está enquadrada em uma tendência de oferta muito ampla desde Ibero-América para o CNIb. Somente em 2016 há uma ação bilateral onde a Jamaica assumiu o papel de parceiro oferecedor em temas de educação com a Colômbia.

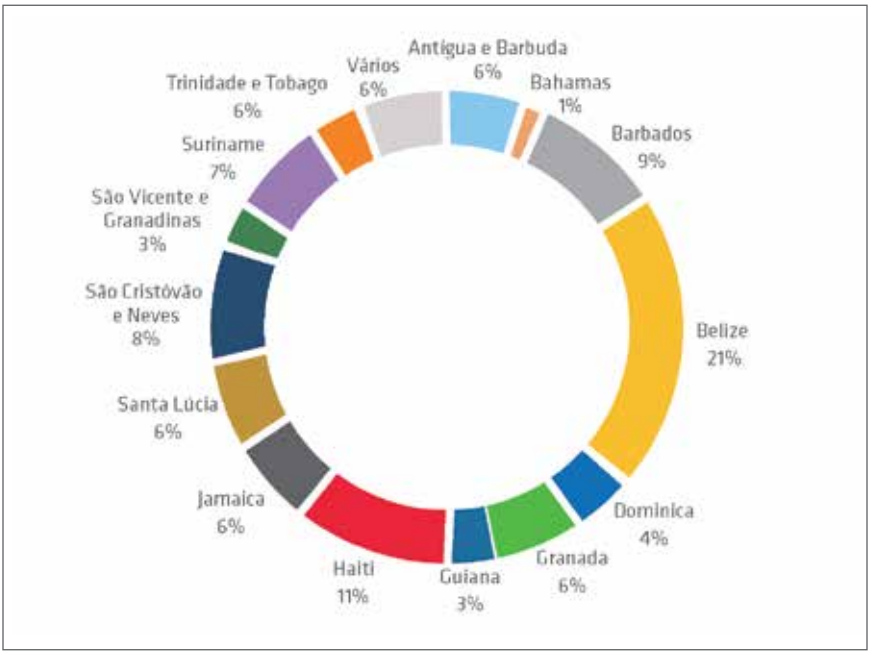
Com relação aos projetos bilaterais executados com o CNIb entre 2011 e 2016, foram oito os países ibero-americanos oferecedores de tal cooperação; Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México e Venezuela[59]. No entanto, se são examinadas as ações bilaterais durante o mesmo período, El Salvador, o Peru e o Uruguai também se somam aos países oferecedores de CSS com o CNIb.

[59] *Este país consta como oferecedor unicamente de um projeto com o Haiti no setor da construção, em 2016.*

O Haiti foi sempre o principal parceiro dos projetos bilaterais de CSS, representando 20%, no mínimo, e alcançando até mais de 50% do total das iniciativas em execução por ano no CNIb. Da mesma maneira, países como Belize, a Guiana e a Jamaica também tiveram uma participação destacada ao longo deste período. Bahamas é o país com menor participação, embora registre iniciativas de cooperação com Cuba em temas de saúde.

Em termos de ações bilaterais de CSS, todos os países do CNIb têm participação em pelo menos duas intervenções e se destacam por sua maior participação Belize, em primeiro lugar, com o Haiti, Barbados, e São Cristóvão e Neves, como é exibido na **Fig. 6** para o período 2012-2016[60]. Nesta modalidade de cooperação, as ações (seminários ou workshops) que oferecem os países ibero-americanos são realizados, em alguns casos, com vários países do CNIb ao mesmo tempo, e com um tempo de execução muito mais pontual e limitado que no caso dos projetos bilaterais antes mencionados.

FIGURA 6. Distribuição da participação dos países do CNIb nas ações de CSS bilaterais executadas. Anos 2012-2016.



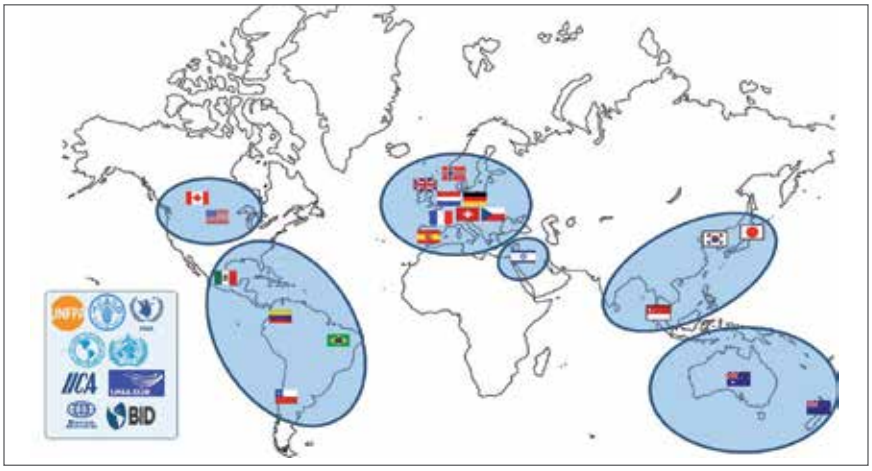
Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de dados da SEGIB 2013-2018.

[60] *O relatório de CSS da SEGIB unicamente da CSS bilateral em nível projetos para o ano de 2011. É a partir de 2012 que as informações são especificadas em termos de projetos e ações bilaterais.*

Quanto à CT, foram diversas as formas de aliança e os parceiros de cooperação que participaram em qualidade de primeiro e segundo oferecedor. Em geral, durante o período 2011-2016, mais de uma dezena de países ibero-americanos estiveram envolvidos em qualidade de primeiro oferecedor, onde o Chile e a Argentina se destacam com a maior quantidade de iniciativas executadas, enquanto que a Argentina e o México são os países que sempre contaram com iniciativas de CT em execução no CNIb durante esse período.

Conforme é indicado na Fig. 7, os parceiros que participaram em qualidade de segundo oferecedor provêm de diferentes regiões do mundo. Oito países europeus participaram em pelo menos uma iniciativa de CT, onde a Espanha foi o maior parceiro. Desde a Ásia, a Coreia e o Japão também se associaram à CT, sendo o Japão, por muita diferença, o país mais importante e o principal parceiro de nações como a Argentina, o Chile e o México para triangular no CNIb. Da mesma maneira, agências da ONU, organizações intergovernamentais e organismos internacionais também se associaram como segundos oferecedores nesta modalidade de cooperação. Outras formas de associação se apresentaram quando dois países ibero-americanos uniram esforços para implementar iniciativas de CT com o CNIb. São os casos do Chile e do México, e Cuba e o Brasil com o Haiti; El Salvador, o Chile, Belize; o Peru, o Brasil, Trinidade e Tobago; ou o Chile, o Brasil, o Suriname, por mencionar algumas experiências. Outras iniciativas também evidenciaram a participação de um país ibero-americano como primeiro oferecedor (Argentina), com atores regionais como a UNASUR ou fontes bilaterais de AOD, em qualidade de segundos oferecedores, em benefício do Haiti. Este é o caso do programa ProHuerta com vários anos já de implementação neste país caribenho.

FIGURA 7. Parceiros de Cooperação Triangular (papel segundo ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano. Anos 2011-2016.



Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de dados da SEGIB 2012-2018.

Com relação aos receptores da CT, novamente o Haiti e Belize figuram como os países que contaram com mais iniciativas em execução durante o período 2011-2016. Outras nações participaram em pelo menos uma iniciativa de CT como o Suriname (com o Chile), Trinidade e Tobago (com o Peru), Santa Lúcia (com a Argentina e o México), ou a Guiana (com o Brasil). O único caso em que um país do CNIb teve o papel de primeiro oferecedor foi uma ação da Jamaica, junto ao BID, com o Peru em 2014. Vale a pena destacar que a CT realizada com o CNIb é executada, em grande medida, através de projetos e ações onde participam ao mesmo tempo vários países do CNIb.

Finalmente, sobre os programas e projetos de CSS regional com o CNIb, o Haiti e Belize, como parceiros individuais, se destacam sempre sobre as outras nações caribenhas. No entanto, devido a que faz referência precisamente a uma cooperação regional, na imensa maioria de ocasiões se trata de uma dinâmica de encontro permanente entre os países ibero-americanos e os países do CNIb. No caso particular de Belize, este se encontra geralmente incluído nas atividades mesoamericanas, com países centro-americanos mais a República Dominicana.

Em termos gerais, a CSS com o CNIb ainda se encontra limitada a um conjunto não muito amplo de países ibero-americanos que encontraram na modalidade bilateral a principal forma de implementar suas intervenções com esses países. Da mesma maneira, em quase todos os casos, o Haiti constitui o principal parceiro receptor, com países como Belize (onde influi sua condição de país mesoamericano), a Jamaica e, mais recentemente, outros parceiros como São Vicente e Granadinas ou Santa Lúcia.

Do total de iniciativas que informam os países ibero-americanos no relatório de CSS da SEGIB, a cooperação com o CNIb (pelo menos com um país) sempre se encontrou entre 8% e 13% do total das intervenções em execução por ano como é exibido na **Fig. 8**. Este não é um dado menor considerando os desafios e limitações que implica a implementação de ações de cooperação com os países do CNIb, bem como o possível nível de sub-registro que possa existir nas informações, sempre que elas sejam informadas unicamente pelos países ibero-americanos.

Da mesma maneira, como foi observado acima, a CSS bilateral com esta região está orientada principalmente para o âmbito social e setores específicos de atividade como saúde, educação e outras políticas sociais (em 2016 representou aproximadamente 60%), com certeza, explicado pelo importante papel que ainda tem o Haiti como parceiro receptor da CSS bilateral ibero-americana. No entanto, vale a pena salientar como alguns temas cruciais para o desenvolvimento do CNIb como meio ambiente e gestão de risco de desastres têm níveis muito baixos de participação na CSS bilateral entre ambas as regiões (apenas 2,6% em cada caso para 2016).

FIGURA 8. Participação do CNIb nas iniciativas de CSS ibero-americanas em execução. Anos 2011-2016.

Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de dados da SEGIB 2012-2018.

3.3. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS IBERO-AMERICANAS DE DIÁLOGO E RELACIONAMENTO PARA A COOPERAÇÃO COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO[61]

Como parte da análise sobre o relacionamento com o CNIb, é possível identificar vários elementos recorrentes. Em primeiro lugar, é claro que em termos de governo, estes países contam com estruturas de funcionamento pequenas, as quais são responsáveis por atender, ao mesmo tempo, diversos aspectos do desenvolvimento nacional, situação que se acentua, por motivos evidentes, nos países de menor tamanho e população.

Em segunda instância, embora os países do CNIb contem com contextos de planejamento para seu desenvolvimento claramente formulados no médio e longo prazo, o que resulta fundamental no momento de conhecer e analisar suas prioridades e diretrizes de desenvolvimento sustentável, a disponibilidade e o manejo de dados e informações em diversos aspectos do desenvolvimento nacional continuam significando um desafio importante para o CNIb[62]. Isto é reconhecido, inclusive, pelos próprios países nos seus Relatórios Nacionais Voluntários sobre a implementação dos ODS.

---

[61] *Durante o processo de elaboração do presente estudo foram contatadas as autoridades de cooperação de vários países ibero-americanos, com a obtenção de resposta por parte de três deles (a Argentina, a Colômbia e o Chile), casos nos quais foi possível obter maior detalhe nas informações que apresenta esta seção.*

[62] *No seu relatório: "Financing for development challenges in Caribbean SIDS a case for review of eligibility criteria for access to concessional financing", o PNUD, em 2015, indicava como uma fraqueza crítica nos países do CNIb a ausência de dados estatísticos em muitos aspectos da economia e a sociedade, como consequência das inadequadas capacidades com que contam a maioria dos sistemas estatísticos nestes países.*

Por outra parte, é importante levar em conta os baixos níveis de presença e representação diplomática com que contam os países do CNIb no mundo, e especificamente na região. Os casos do Haiti, da Jamaica, de Belize, e de Trinidade e Tobago poderiam se destacar como os mais representativos do CNIb, embora a maioria das suas representações em países ibero-americanos sejam materializadas através de consulados honorários e algumas embaixadas, mas em muitos menos casos, como é exibido na **Tabela 5**.

Da mesma maneira, exceto pelo caso de Cuba, do Brasil e da Venezuela, que têm embaixadas em mais da metade dos países do CNIb, os outros países ibero-americanos contam com menos missões residentes em tais países, e sua representação é feita através de consulados honorários principalmente ou, em menor medida, de embaixadas – algumas com seções consulares – que funcionam em simultâneo para diferentes nações do Caribe. Recentemente, países como Argentina Colômbia, Chile, Cuba ou México também credenciaram seus novos embaixadores na CARICOM.

TABELA 5. Representações locais dos países do CNIb na Ibero-América e da Ibero-América no CNIb.

País CNIb	Missões em países da Ibero-América	Missões de países da Ibero-América
Antígua e Barbuda	Cuba (E), República Dominicana (CH)	Chile (CH), Cuba (E), México (CH) Nicaragua (E), República Dominicana (E), Venezuela (E)
Bahamas	Argentina (CH), Chile (CH), Cuba (E), Paraguai (CH), República Dominicana (CH)	Brasil (E), Chile (CH), Colômbia (CH), Cuba (E), Equador (CH), México (CH), Nicarágua (CH), Panamá (CH), República Dominicana (CH), Uruguai (CH)
Barbados	Barbados (CH), Brasil (E), Chile (CH), Colômbia (CH), Costa Rica (CH), Cuba (E), Guatemala (CH), Panamá (E), República Dominicana (CH)	Argentina (E), Brasil (E), Chile (CH), Cuba (E), República Dominicana (CH), Uruguai (CH), Venezuela (E)
Belize	Argentina (CH), Brasil (CH), Chile (CH), Costa Rica, Cuba (E), Equador (CH), El Salvador (E), Guatemala (E), Honduras (E), México (E), Nicarágua (CH), República Dominicana (E), Uruguai (CH)	Brasil (E), Chile (CH), Costa Rica (E), Cuba (E), El Salvador (E), Guatemala (E), Honduras (E), México (E), Nicarágua (E), Panamá (E), Paraguai (CH), República Dominicana (CH), Venezuela (E)

País CNIb	Misiones en países de Iberoamérica	Misiones de países de Iberoamérica
Dominica	Cuba (E), República Dominicana (CH)	Cuba (E), Nicaragua (E), Venezuela (E)
Granada	Cuba (E), República Dominicana (CH), Venezuela (E)	Chile (CH), Cuba (E), México (CH), Nicaragua (E), Venezuela (E)
Guiana	Brasil (E), Cuba (E), Perú (CH), República Dominicana (CH), Venezuela (E)	Argentina (E), Brasil (E), Chile (E), Cuba (E), México (E), República Dominicana (CH), Venezuela (E)
Haiti	Argentina (E), Brasil (E), Chile (E), Colômbia (E), Costa Rica (CH), Cuba (E), Equador (E), Guatemala (E), México (E), República Dominicana (E), Uruguai (CH)	Argentina (E), Brasil (E), Chile (E), Cuba (E), Equador (CH), México (E), Nicarágua (CH), Panamá (E), Paraguai (CH), República Dominicana (E), Uruguai (C), Venezuela (E)
Jamaica	Argentina (CH), Brasil (E), Chile (C), Colômbia (E), Costa Rica (CH), Cuba (E), Equador (CH), El Salvador (CH), Guatemala (CH), Honduras (CH), México (E), Nicarágua (CH), Panamá (CH), Paraguai (CH), República Dominicana (E), Uruguai (CH)	Argentina (E), Brasil (E), Chile (E), Colômbia (E), Costa Rica (E), Cuba (E), Equador (CH), México (E), Nicarágua (E), Panamá (E), República Dominicana (E), Uruguai (C), Venezuela (E)
Santa Lúcia	Cuba (E), República Dominicana (CH)	Brasil (E), Chile (CH), Cuba (E), México (E), Venezuela (E)
São Cristóvão e Neves	Brasil (CH), Cuba (E), República Dominicana (CH)	Chile (CH), Cuba (E), México (CH), Nicaragua (E), Uruguay (CH), Venezuela (E)
São Vicente e Granadinas	Chile (CH), Cuba (E), República Dominicana (CH)	Chile (CH), Cuba (E), México (CH), Nicaragua (E), Venezuela (E)
Suriname	Brasil (E), Cuba (E), Nicarágua (E), República Dominicana (CH), Venezuela (E), Uruguai (CH)	Brasil (E), Chile (CH), Cuba (E), Nicaragua (CH), Venezuela (E)

País CNIb	Misiones en países de Iberoamérica	Misiones de países de Iberoamérica
Trinidade e Tobago	Brasil (E), Costa Rica (E), Cuba (E), Equador (CH), Guatemala (E), Panamá (E), Paraguai (CH), Peru (CH), República Dominicana (CH), Venezuela (E)	Argentina (E), Brasil (E), Chile (E), Colômbia (E), Cuba (E), El Salvador (E), Guatemala (E), México (E), Nicarágua (E), Panamá (E), Peru (E), República Dominicana (E), Uruguai (CH), Venezuela (E)

(E) Embaixada * (C) Consulado (CH) Consulado Honorário**

* Em algumas ocasiões, quando os países ibero-americanos credenciam uma embaixada, ela conta com uma seção consular. Da mesma maneira, o quadro inclui unicamente as embaixadas residentes nos respectivos países, as quais funcionam em simultâneo para vários países do CNIb; casos que não são detalhados por questões de espaço.

** O país registra consulado, mas não embaixada.

Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir das informações públicas disponíveis dos Ministérios de Relações Exteriores dos 33 países relacionados.

Em sintonia com o anterior, também resultam limitados os mecanismos de negociação da cooperação com os países do CNIb. Ao contrário do que acontece com a CSS bilateral entre os países da Ibero-América que geralmente é acordada em cenários como as comissões mistas de cooperação, com uma programação de iniciativas clara, uma distribuição de custos estimada, uns prazos de execução acordados e uns mecanismos de acompanhamento estabelecidos, isto não acontece, em maior medida, com o CNIb. Também não existe a mesma quantidade de acordos de cooperação com o CNIb, como há entre os membros da comunidade ibero-americana.

Por esta razão, **é frequente que os encontros de chefes de Estado e de Governo, ou as visitas de funcionários de alto nível dos respectivos governos se tornem a principal origem das iniciativas, ou pelo menos das demandas de cooperação que os países do CNIb realizam à comunidade ibero-americana.** Isto exige um exercício técnico posterior para sua materialização, liderado geralmente desde as entidades reitoras da cooperação nos países ibero-americanos, onde a capacidade de resposta por parte das contrapartes caribenhas, mais adiante, não resulta sempre a mais expedita.

Neste sentido, alguns países da região avançaram com ações estratégicas de diálogo e relacionamento mais propositivas, a fim de complementar o cenário previamente estabelecido,

com o objeto de concretizar ações de cooperação com o CNIb, que podem ser consideradas da ordem política em alguns casos ou mais do nível técnico em outros.

Entre as primeiras, é possível identificar alguns processos de negociação que são realizados com o CNIb no nível regional, como são as cúpulas com a CARICOM. É o caso do México, país que iniciou este processo em 2010, e acolheu o seu quarto e último encontro em 2017 (Cidade de Belize); bem como o Brasil que também realizou a cúpula com a CARICOM em 2010 (Brasília). Cuba, por seu lado, realizou a I Cúpula Ministerial com a CARICOM em 2002, e a VI e última em 2019 (Georgetown); experiência muito semelhante iniciou a Colômbia, país que convocou à I Cúpula Ministerial com a CARICOM em 2019 (Cartagena).

Este tipo de negociações permite, já no nível técnico, a materialização de iniciativas de cooperação através dos conhecidos cenários de comissões mistas de cooperação. Existem algumas experiências de países como o México, país que realizou sua primeira comissão deste tipo com a CARICOM em 1990, e implementa atualmente o sétimo programa de cooperação com a CARICOM 2017-2019, bem como Cuba, que estabeleceu sua comissão mista com a CARICOM em 1993.

Por sua parte, o Chile realizou a primeira comissão mista com a CARICOM em 2003 e em 2012 a mais recente, além disso implementou o programa de cooperação com a CARICOM 2015-2018. Enquanto a Colômbia acordou, durante a I Cúpula de 2019, realizar a primeira comissão mista de cooperação com a CARICOM no primeiro trimestre de 2020. No entanto, uma limitação que se torna evidente neste tipo de mecanismos é a falta de regularidade e frequência com que são convocados, o que dificulta avançar em processos mais sustentáveis de cooperação com o CNIb[63].

Neste sentido, alguns países também projetaram estratégias próprias de aproximação do CNIb, de forma que seja possível dinamizar os processos de cooperação entre estes países. Uma delas foi o envio missões de diagnóstico, formadas por especialistas setoriais nas áreas demandas pelos países do CNIb, como forma de precisar pedidos de CSS com estes países (o caso do Chile).

Da mesma maneira, promover o diálogo e o encontro com vários países do CNIb e com sede em um deles permitiu (o caso da Argentina) a identificação e priorização direta de projetos regionais em setores específicos com as próprias contrapartes caribenhas, o qual procura aumentar os níveis de execução das iniciativas priorizadas. O projeto e a implementação

[63] *Embora em menor medida, são realizadas as comissões mistas bilaterais com países do CNIb, como é o caso de México-Jamaica (2019), Colômbia-Jamaica (2016).*

de estratégias regionais de CSS (o caso da Colômbia com a Estratégia Caribe) também permitem ao país concretizar uma abordagem regional para estes países, com áreas de cooperação mais definidas e que buscam, como nos casos anteriores, melhorar a implementação de iniciativas de cooperação com o CNIb.

De forma complementar, existem outros mecanismos que permitem ampliar as relações de cooperação com o CNIb. Esse é o caso do Fundo Chile contra a Fome e a Pobreza, estabelecido em 2011, onde são implementadas iniciativas com Belize (setor agropecuário), o Haiti (agropecuário, educação, políticas sociais, etc.), a Guiana (de extração), a CARICOM (meio ambiente), Barbados, e Trinidade e Tobago (gestão de desastres) entre outras, com a participação de organismos da sociedade civil chilena[64].

Da mesma maneira, experiências como o fundo criado por México e a FAO, em 2018, para a adaptação e a resiliência à mudança climática no Caribe, buscam financiar iniciativas que consigam transformar a agricultura, os sistemas alimentares e a ruralidade do CNIb[65].

Da mesma maneira, as diversas iniciativas de formação acadêmica (bolsas) que os países da região oferecem a cidadãos do CNIb, juntamente com os processos de ensino do espanhol como segunda língua (os casos da Colômbia, do Chile ou do México), complementam este contexto de possibilidades a través do qual alguns países da região conseguiram materializar seus esforços de cooperação com o CNIb, onde a maior parte do esforço financeiro sempre é por conta do parceiro ibero-americano.

Em termos regionais, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) também realizou exercícios de aproximação com o CNIb. Em primeiro lugar, celebrou um encontro ao qual assistiram nove países dessa região, com o objetivo de promover uma aproximação entre ambas as regiões e coordenar ações que permitam informar dados de CSS desses países ao Relatório Anual de CSS da SEGIB. O workshop realizado na sede da CARICOM, em 2014, evidenciou como uma fraqueza importante nestes países sua arquitetura institucional, bem como a falta de informações e sistemas de registro em termos de CSS.

Posteriormente, e como resultado deste primeiro exercício, foi realizada uma visita de diagnóstico a São Cristóvão e Neves em 2016, oportunidade na qual foram discutidos novamente os temas relacionados com o Relatório de CSS da SEGIB e o papel do PIFCSS no apoio para a coleta de dados. Entre as principais conclusões de ambos os encontros, se

---

[64] O fundo também contribuiu com recursos financeiros em situações de emergência em Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Suriname e Haiti em 2017, e em anos anteriores.
[65] Mecanismo que deriva dos compromissos da IV Cúpula México-CARICOM de 2017.

destaca a dificuldade dos países do CNIb de gerar dados e relatórios sobre CSS, e a missão de 2016 expressou claramente como uma aproximação baseada apenas na obtenção de dados para o Relatório de CSS não necessariamente representa um incentivo eficaz para conseguir uma associação virtuosa com estes países, mas pelo contrário, poderia inclusive dificultar esse processo.

Sem dúvida, existe um caminho já percorrido por alguns países ibero-americanos que, com diferente grau de profundidade e com base em suas capacidades e possibilidades, permitiu construir suas relações de cooperação com o CNIb, apesar dos evidentes desafios e dificuldades que é necessário enfrentar nesta região, que incluem assuntos políticos como a menor quantidade de instrumentos ou acordos de cooperação que possam existir com o CNIb, os escassos mecanismos de acompanhamento técnico da cooperação que existem com os parceiros caribenhos, as diferenças em tamanho e organização das estruturas governamentais do Caribe, e as questões mais operacionais como o limitado financiamento, as barreiras idiomáticas ou até as dificuldades de acesso aos países do CNIb.

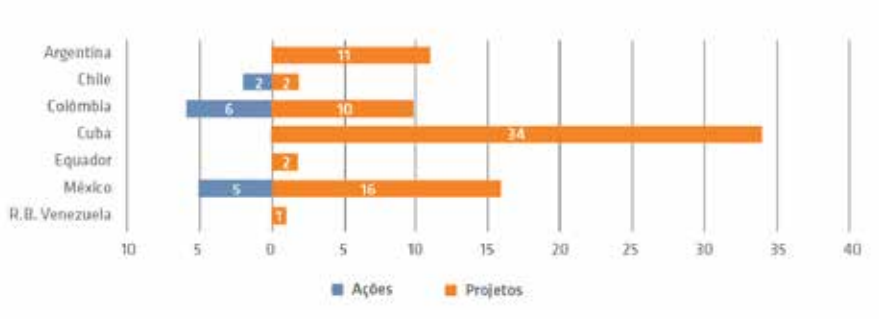
3.4. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR IBERO-AMERICANA MAIS RECENTE COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO: INICIATIVAS EM EXECUÇÃO ANO 2017

Os últimos dados informados pelos países da comunidade ibero-americana à SEGIB, correspondentes às iniciativas de cooperação em vigor no ano de 2017, permitem apresentar o panorama mais recente de CSS e CT com os países do CNIb, que continuam mantendo uma tendência muito semelhante à da cooperação entre ambas as regiões durante os últimos anos.

A CSS (bilateral, regional e triangular) esteve por cima das cem iniciativas em execução, com um comportamento que permaneceu semelhante, além de um par de projetos no nível regional (33 em 2017 em comparação com 28 em 2016). Os dados no plano bilateral e triangular em termos de projetos foram os mesmos que no ano de 2016, com 90 iniciativas bilaterais e 15 triangulares em execução ou cuja execução finalizou em 2017.

No plano bilateral, 89 iniciativas foram constituídas em ofertas de cooperação para os países do CNIb, explicada por sete países da região (Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México e Venezuela) como é exibido na **Fig. 9**. Deste universo, 85% corresponderam a projetos de CSS, enquanto 15% restante foram ações de CSS, algumas realizadas com mais de um país do CNIb ao mesmo tempo. Novamente, foi registrada uma ocasião onde a Jamaica teve o papel de oferecedor.

FIGURA 9. Iniciativas bilaterais de Cooperação Sul-Sul oferecidas ao CNIb, de acordo com o país ibero-americano. Ano 2017.



Fonte: Elaboração própria, 2019, com dados da SEGIB.

A cooperação bilateral com o CNIb se encontra distribuída entre os diferentes âmbitos de atuação estabelecidos no espaço ibero-americano como é exibido na **Fig. 10.** O âmbito social se destacou como o mais relevante com 57% das iniciativas; com educação e saúde como seus setores de atividade mais dinâmicos. O âmbito econômico explica 16% dos intercâmbios, principalmente pela implementação de iniciativas no setor agropecuário. Por último, é importante destacar como apenas um projeto foi executado no setor de gestão do risco (pertencente ao âmbito de meio ambiente) entre a Argentina e a Jamaica.

FIGURA 10. Distribuição das iniciativas de CSS bilaterais, de acordo com o âmbito de atuação. Ano 2017.

Fonte: Elaboração própria, 2019, com dados da SEGIB.

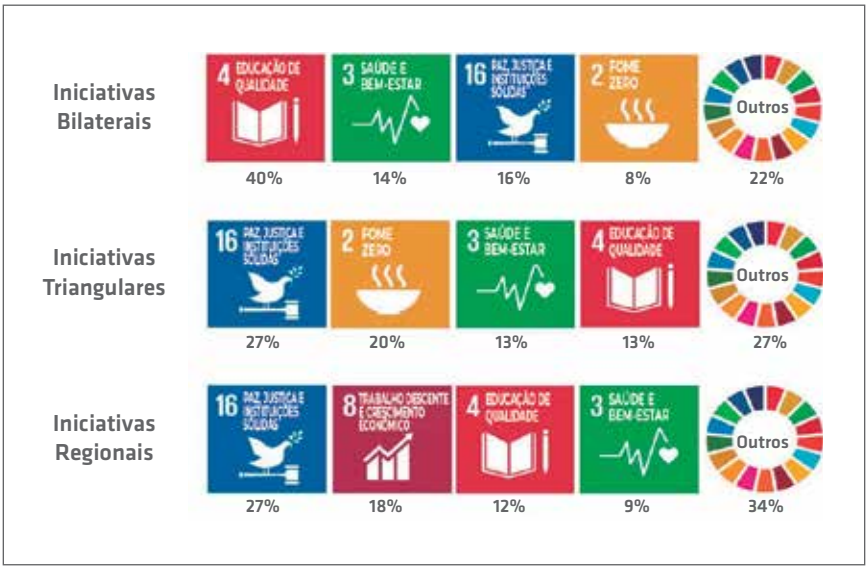
Com relação à CT, foram implementados 15 projetos durante 2017, que tiveram como primeiro oferecedor ao México em sete ocasiões, o Chile (5), o Chile com El Salvador (1), e a Argentina e El Salvador em uma ocasião cada um. No papel de segundo oferecedor, com os parceiros bilaterais e multilaterais de cooperação tradicional, se destacam o caso do Brasil, do Chile (com a OPS) e de El Salvador, que participaram também em uma iniciativa nessa condição, respectivamente. Em termos de receptores, o Haiti foi o principal beneficiário com pouco menos de 50% das iniciativas, seguido por Belize com 27%.

A CSS regional teve um leve aumento de iniciativas em 2017, em comparação com 2016. Nesta modalidade, os países do CNIb participaram em 33 programas ou projetos com parceiros ibero-americanos como o México, a Colômbia e o Chile. Da mesma maneira, diversos organismos regionais como o SICA, a CEPAL, a SEGIB, a OIT, entre outros, participaram de tais iniciativas. Setorialmente, embora o âmbito social, com o econômico, continue sendo o mais importante (24,5%), o âmbito de atuação ambiental também ganhou maior relevância (21%).

Por último, a **Fig. 11** apresenta o panorama geral de um possível alinhamento/contribuição com as iniciativas de CSS entre ambas as regiões em 2017 com um ODS principal, de acordo com a sua modalidade de implementação. É possível evidenciar como no plano bilateral a maior relevância pertence aos ODS 4 (educação), 3 (saúde) e 16 (paz, justiça e instituições sólidas), enquanto em termos de CT se destaca o ODS 16, seguido pelo ODS 2 e depois há uma distribuição muito semelhante entre os ODS 3, 4, 8, 9 e 12. Na CSS regional, o ODS 16 novamente se destaca de maneira importante, seguido pelo ODS 8, 4 e 3, principalmente.

Esta análise busca ser uma primeira contribuição que permita definir, priorizar, alinhar, ajustar ou aprofundar setorialmente as relações de CSS com o CNIb, em termos de sua contribuição para o cumprimento da Agenda 2030, e as prioridades que os países do CNIb também têm, de acordo com seus próprios avanços e desafios a respeito dessa agenda de desenvolvimento global.

FIGURA 11. Distribuição das iniciativas de CSS entre a Ibero-América e o CNIb, de acordo com sua possível contribuição a um ODS principal. Ano 2017.



Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de dados da SEGIB.

04
Reflexões e análise finals

O CNIb representa um conjunto de países com uma série de características próprias em termos de desenvolvimento, bem como de relacionamento com o mundo. Estas nações enfrentam importantes desafios em termos de desenvolvimento, marcados sempre pelos altos impactos que geram os desastres naturais nos seus territórios.

Da mesma maneira, contam com estruturas de governo mais limitadas em tamanho e em capacidade de resposta, se comparadas com boa parte da comunidade ibero-americana, sem mencionar as fraquezas que ainda evidenciam em matéria de informações e dados na sua gestão pública, bem como as poucas representações diplomáticas com que contam no exterior. A **Tabela 6** apresenta uma síntese consolidada das principais variáveis da institucionalidade e a arquitetura da cooperação no CNIb. Isto permite à comunidade ibero-americana analisar, nos níveis bilateral e regional, as possibilidades de cooperação com estes países, e os mecanismos sub-regionais de diálogo e acordo.

TABELA 6. Institucionalidade e cooperação em países e mecanismos do CNIb

Institucionalidade e Cooperação no CNIB (países e mecanismos sub-regionais)	CARICOM	AEC	OECO	Antígua e Barbuda	Bahamas	Belize	Granada	Haiti	Jamaica	São Cristóvão e Neves	São Vicente e Granadinas	Barbados	Dominica	Guiana	Santa Lúcia	Suriname	Trinidade e Tobago
Instituição coordenadora de cooperação				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Departamento ou ponto focal de cooperação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	·	·	✓	·	✓	✓
Sistema de informações/ registro de cooperação	✓	✓	✓	X	✓	✓	✓	✓	X	✓	X	·	·	·	·	·	·
Relatório nacional de cooperação	X	X	X	X	✓	✓	✓	✓	✓	✓	X	·	·	·	·	·	·
Pessoal dedicado a CSS/CT	X	X	X	X	✓	X	X	✓	X	✓	✓	·	·	·	·	·	·

Institucionalidade e Cooperação no CNIB (países e mecanismos sub-regionais)	CARICOM	AEC	OECO	Antígua e Barbuda	Bahamas	Belize	Granada	Haiti	Jamaica	São Cristóvão e Neves	São Vicente e Granadinas	Barbados	Dominica	Guiana	Santa Lúcia	Suriname	Trinidade e Tobago
Iniciativas de CSS/CT com a Ibero-América	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Prioridades temáticas identificadas de CSS/CT com a Ibero-América	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	.	.	.	.	.	.
Boas práticas identificadas	X	✓	✓	✓	X	✓	✓	.	✓	✓	✓	✓	.	✓	✓	✓	.
Conhecimento sobre a oferta de CSS ibero-americana	X	✓	✓	X	.	X	.	✓	X	✓	✓	.	.	.	.	.	.
Conhecimento do Relatório de CSS da SEGIB	.	X	✓	X	.	X	.	X	X	✓	X	.	.	.	.	.	.

✓ Sim, conta X Não conta . Sem dados

Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de informações fornecidas por CARICOM, AEC, OECO, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Granada, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Neves, e São Vicente e Granadinas. As informações dos países restantes foram obtidas a partir de fontes secundárias.

Com o anterior, existem considerações que vale a pena ter presente no momento de aprofundar a aproximação e o relacionamento com o CNIb, nos planos bilateral e regional. Em primeiro lugar, torna-se fundamental conhecer o processo de planejamento que estes países realizam através de instrumentos orientadores de médio e longo prazo, a partir dos quais seja possível identificar suas principais prioridades e apostas de desenvolvimento para os próximos anos. Pode parecer menor, mas conhecer seus planos, estratégias e objetivos de desenvolvimento deveria ser um primeiro passo para se aproximar da região.

Por isso, a **Tabela 7** oferece um primeiro panorama que cruza as áreas de desenvolvimento priorizadas pelos países do CNIb em suas diferentes ferramentas de planejamento em vigor, com os âmbitos de atuação e setores de cooperação acordados no espaço ibero-americano, onde se evidencia a coincidência desses países em áreas como políticas sociais, fortalecimento institucional, gestão de finanças públicas e meio ambiente, este último associado fundamentalmente aos temas de mudança climática e resiliência.

TABELA 7. Prioridades temáticas dos planos e estratégias de desenvolvimento em vigor nos países do CNIb, de acordo com o âmbito e o setor de atividade.

Âmbitos de atuação e setores de atividade priorizados nos planos e estratégias de desenvolvimento do CNIb		Antígua e Barbuda	Bahamas	Barbados	Belize	Dominica	Granada	Guiana	Haiti	Jamaica	Santa Lúcia	São Vicente e Granadinas	Suriname	Trinidade e Tobago	Trinidad y Tobago
Social	Educação				✓						✓				
	Saúde				✓						✓				
	População e saúde reprodutiva		✓					✓							
	Outros serviços e políticas sociais	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	
Econômico	Energia	✓													
	Agricultura										✓				
	Construção	✓									✓				
	Turismo	✓									✓				
Fortalecimento institucional	Fortalecimento de instituições e políticas públicas		✓		✓			✓	✓	✓		✓	✓	✓	
	Gestão de finanças públicas		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	
	Paz, segurança pública, nacional e defesa		✓								✓				
Meio ambiente	Meio ambiente	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	
Outros		✓							✓			✓			

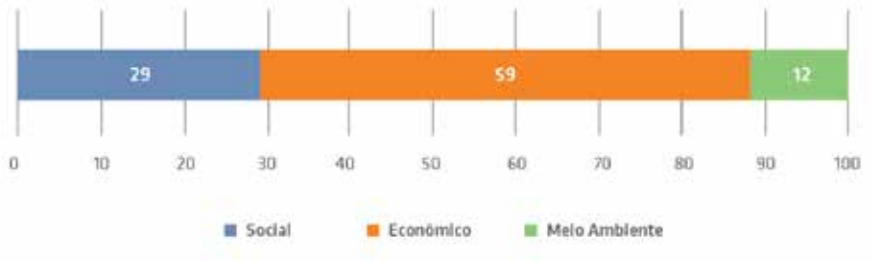
Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir dos planos e estratégias de desenvolvimento dos países relacionados.

Ainda no plano bilateral, alguns países do CNIb, conforme detalhado no capítulo um, identificaram áreas específicas onde eles consideram que se encontram suas principais necessidades ou demandas de CSS/CT, as quais poderiam ser abordadas com os países da comunidade ibero-americana. Um total de oito países indicaram como prioridade o âmbito de atuação econômico, associado a diversos setores como energia, agricultura, empresas, etc.

Da mesma maneira, o âmbito social resulta ser o segundo em importância setorial, destacando os temas de educação e saúde como prioritários. Em menor medida, aparece o âmbito ambiental (Bahamas e Granada), enquanto nenhum dos países priorizou o âmbito de trabalho associado ao fortalecimento institucional.

Estas informações deveriam ser úteis para examinar em que medida se encontra alinhada a atual CSS e CT com as áreas que os próprios países do CNIb manifestam serem prioritárias para eles. Da mesma maneira, poderia se tornar um insumo para novos países ibero-americanos que estejam interessados em ampliar suas dinâmicas de cooperação com o CNIb. A Fig. 12 consolida um primeiro exercício de priorização setorial com relação àqueles países que forneceram as informações para o presente estudo.

FIGURA 12. Principais âmbitos de atuação identificados pelos países do CNIb para aprofundar as relações de CSS/CT com a Ibero-América.



Fonte: Elaboração própria, 2019, a partir de informações fornecidas por Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Granada, Haiti, Jamaica, e São Vicente e Granadinas.

Além do setorial, neste âmbito bilateral também é considerado importante poder propiciar um diálogo e intercâmbio entre aqueles países da comunidade ibero-americana que vêm implementando ações de CSS e CT com o CNIb. Como foi indicado no capítulo três, existem diversos instrumentos, mecanismos e ferramentas políticos, e principalmente técnicos, que estes países implementam e que se forem socializados poderiam conseguir alguns propósitos.

Primeiro, intercambiar lições aprendidas entre os próprios países na sua cooperação com o CNIb. Segundo, evitar duplicidades de ação levando sempre em conta como é limitada a capacidade humana, técnica e financeira de resposta por parte do CNIb; e terceiro, indicar um caminho aos países ibero-americanos interessados em iniciar sua aproximação e relacionamento com o CNIb.

Neste mesmo sentido, resulta fundamental o papel de cada uma das embaixadas dos países ibero-americanos neste tipo de cenários algo complexos. A participação, o apoio, a difusão e a interlocução que podam liderar nos respectivos países do CNIb permitirão preencher um dos tantos espaços vazios de informação e desconhecimento que existem nesses países sobre a cooperação e as dinâmicas próprias da Ibero-América. Sua capacidade de diálogo com as autoridades de cooperação nesta região será importante para ir construindo, aos poucos, relações sólidas e robustas como hoje já existem na Ibero-América.

No plano regional, o universo de atores e possíveis contrapartes no CNIb parece ser mais amplo que no plano bilateral. Como bem foi especificado no capítulo dois, com os mecanismos regionais como a CEPAL, a OEA, a CELAC, o SELA, etc., o Caribe conta com um importante nível de organização em termos de diálogo político e acordo, sendo a CARICOM e a AEC seus máximos expoentes. Além disso, conta com uma boa quantidade de organismos e mecanismos especializados com experiência também em dinâmicas de cooperação, com os quais também podem ser aprofundados processos de CT.

A CEPAL resulta ser um espaço de abundante trabalho e com informações muito valiosas sobre o Caribe – com sede regional em Trinidade e Tobago – que lidera diversas iniciativas em prol do seu desenvolvimento, e até propõe novos mecanismos para seu financiamento. É, ao mesmo tempo, um cenário onde se unem todos os países da Comunidade ibero-americana, com os quatorze países do CNIb, e onde atualmente Cuba, um país do Caribe, membro do PIFCSS, exerce a presidência atual do Comitê de CSS

Com a CEPAL, a OEA representa também um espaço de diálogo que implementa diversos mecanismos que promovem a cooperação, e organiza o fórum de diálogo entre as altas autoridades de cooperação de ambas as regiões onde o CNIb participou com diferentes níveis de representação. Além disso, a OEA se encontra localizada, junto à CEPAL, no país onde os países do CNIb têm maior nível de representação diplomática.

Da mesma forma, existe um grande número de organizações regionais no CNIb, detalhadas no capítulo dois, que podem servir como parceiros de cooperação para os países ibero-americanos no nível regional e triangular. De fato, com elas, ou a través delas, já foram implementadas iniciativas de cooperação entre Ibero-América e o CNIb.

A **Tabela 8** apresenta uma síntese das prioridades setoriais em vigor dos três organismos regionais mencionados (CARICOM, AEC e OECO), bem como das principais organizações do CNIb, o que permite evidenciar como os temas de políticas sociais novamente são recorrentes, com um maior número de setores no âmbito econômico, em comparação com o nível bilateral. Igualmente, os temas ambientais, e particularmente aqueles associados à gestão de desastres, adquirem mais importância para abordar no nível regional, antes que bilateral.

TABELA 8. Prioridades temáticas em vigor nos principais mecanismos/organismos (sub-)regionais ou extrarregionais com presença no Caribe não Ibero-Americano.

Âmbitos de atuação e setores de atividade do espaço ibero-americano		Mecanismos/organismos de diálogo, acordo, integração e outros												
		Mecanismos de diálogo e acordo			Outros mecanismos/organismos sub-regionais									
		CARICOM	AEC	OECO	CARICOM (Development Fund)	CDEMA	CARDI	CTO	CARPHA	CCCCC	CCREEE	BDC	BDC (Development Fund)	BCCO
Social	Educação													
	Saúde								✓					
	Abastecimento e saneamento de água											✓		
	Outras políticas sociais	✓		✓	✓							✓	✓	

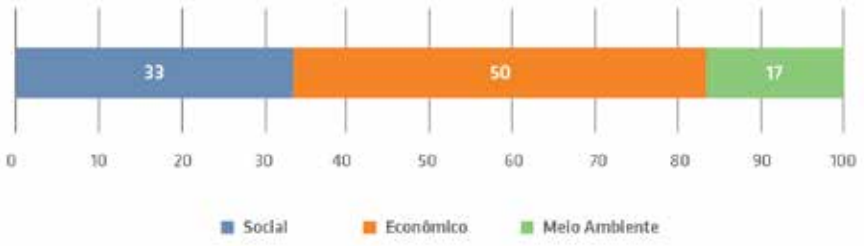
Âmbitos de atuação e setores de atividade do espaço ibero-americano		Mecanismos/organismos de diálogo, acordo, integração e outros												
		Mecanismos de diálogo e acordo			Outros mecanismos/organismos sub-regionais									
		CARICOM	AEC	OECO	CARICOM (Development Fund)	CDEMA	CARDI	CTO	CARPHA	CCCCC	CCREEE	BDC	BDC (Development Fund)	BCCO
Econômico	Energia										✓	✓		
	Transporte		✓									✓		
	Emprego			✓										
	Agricultura						✓							
	Turismo		✓					✓						
	Comércio		✓		✓									
Fortalecimento institucional	Fortalecimento de instituições e políticas	✓				✓	✓							
	Gestão de finanças públicas													✓
Meio ambiente	Meio ambiente	✓	✓	✓						✓		✓		
	Gestão de desastres		✓			✓				✓		✓		
Outros		✓			✓		✓							

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Em perspectiva, a CARICOM e a AEC por incluir os quatorze membros do CNIb em estudo, surgem como os espaços mais relevantes para pensar um maior relacionamento entre ambas as regiões. Em ambos os mecanismos é possível encontrar unidades de cooperação, assistência técnica ou mobilização de recursos (inclusive também o tem a OECO), bem como estratégias de planejamento regional, onde existe uma priorização setorial para o trabalho nesses mecanismos. As três organizações também identificaram os temas prioritários para a CSS/CT com a Ibero-América, a qual apresenta resultados

muito semelhantes aos estabelecidos pelos próprios países no nível bilateral. A **Fig. 13** apresenta a priorização temática realizada pela CARICOM, a AEC e a OECO para avançar, no plano regional, em termos de cooperação regional com a Ibero-América.

FIGURA 13. Principais âmbitos de atuação identificados por mecanismos de diálogo do CNIb para aprofundar as relações de CSS regional com a Ibero-América.



Fonte: Elaboración propia 2019, a partir de la información suministrada por AEC, CARICOM y OECO.

Neste sentido, a partir das descobertas da presente investigação, se considera que através da AEC seria possível facilitar uma primeira aproximação do CNIb, a partir das seguintes considerações. Em primeiro lugar, dentro dos seus membros se encontram os quatorze países do CNIb, bem como quase uma dezena de países ibero-americanos (membros também do PIFCSS), o que não acontece com a CARICOM nem na OECO.

Da mesma maneira, a AEC é a única organização sub-regional que conta, no momento, com um espaço como a Reunião Anual de Cooperação, útil para explorar possibilidades de aproximação adicionais, onde a Organização manifesta interesse em que participe a comunidade ibero-americana representada no PIFCSS. Por último, questões mais relacionadas com a operação, como o bilinguismo incorporado na AEC, também poderiam facilitar o relacionamento entre ambas as regiões.

Isto não implica que não seja importante explorar também com a CARICOM e a OECO espaços de diálogo que permitam fortalecer a CSS e a CT entre ambas as regiões. Da mesma maneira, em todos os casos, e com todos os organismos do Caribe, resultará conveniente compartilhar os avanços, documentos, o Relatório de CSS da SEGIB, bem como toda informação que possa ser útil para ir fechando as lacunas de desconhecimento entre ambas as regiões. Considerando que este estudo conseguiu identificar os diretores e responsáveis pelas unidades de cooperação dos três primeiros organismos, vale a pena não perder tal aproximação inicial.

Estas análises setoriais permitem contar com um panorama mais claro das prioridades temáticas no CNIb em termos de desenvolvimento e, em alguns casos, especificamente de cooperação. Da mesma maneira, permite evidenciar as coincidências e, ao mesmo tempo, os novos temas que são incorporados em uma agenda mais regional, e que podem orientar a comunidade ibero-americana em suas futuras decisões de cooperação com esta região.

Também pode resultar útil, para efeitos de continuar aproximando as duas regiões, considerar a participação ibero-americana em espaços regionais que já se encontram no CNIb e que podem fortalecer esta aproximação. O próprio PIFCSS poderá considerar a possibilidade de abrir alguns dos seus espaços do nível técnico à participação de algum(ns) país(es) ou mecanismos do CNIb, pelo menos para que eles possam conhecer o amplo trabalho acumulado como região em mais de dez anos de participação no Programa, bem como a diversidade de recursos com que ele conta.

Bibliografia

AEC (2017). Conferencia inaugural de cooperación de la Asociación de Estados del Caribe. Marzo. La Habana.

AEC (1997). Acuerdo No. 9/07 que enmienda el Acuerdo no. 4/96 el cual aprueba las reglas de operación del Fondo Especial de la Asociación de Estados del Caribe. Enero 26. Ciudad de Guatemala.

AEC. (1994). Convenio Constitutivo de la Asociación de Estados del Caribe. Cartagena de Indias. Marzo.

AEC. (2007). Acuerdo No 9/97 que enmienda el Acuerdo no. 4/96 el cual aprueba las reglas de operación del Fondo Especial de la AEC. XXI Reunión Ordinaria del Consejo de Ministros. Enero. Ciudad de Guatemala.

AGCID (2015). Cooperation Chile – Caricom Program 2015-2018. Santiago.

Alleyne, D. (2019). "Towards sustainable development in Caribbean SIDS". XIX Meeting of the Caribbean Committee of the Caribbean Development and Cooperation Committee. Trinidad and Tobago. 17 May.

BCCO (2017). Eastern Caribbean Central Bank. Strategic Plan 2017-2021. Basseterre

Banco Mundial (2019). Datos | Ayuda oficial neta para el desarrollo recibida (US$ a precios actuales). Grupo Banco Mundial.

Banco Mundial (2016). World Bank Group Engagement with Small States: Taking Stock. Washington, DC.

BDC (2019). Annual Report 2018. June. Barbados.

BDC (2019).Country Economic Review 2018. St Kitts and Nevis.
BDC (2019).Country Economic Review 2018. Suriname.

BDC (2018). Financing the blue economy. A Caribbean development opportunity. Barbados.

BDC (2018). Regional Economic Summary 2018. Barbados.

BDC (2018). Special Development Fund 2018. Barbados.

BDC (2016). The Basic Needs Trust Fund (BNTF) More than 35 years strong. May. Barbados.

BDC y UNICEF (2018). Caribbean Early Childhood Development Good Practice Guide.

Byron, J. (2014). Caricom Foreign Policy Since 2009: A Search for Coherence in National and Regional Agendas. En Bonilla, A. (Edit.) La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe. FLACSO-CAF, pp. 79-100.

CARDI (2018). Strategic Plan 2018-2022: Building a productive and resilient regional agriculture sector. Port of Spain.

CARICOM (2015). Brief on technical cooperation relationships of the Caricom Secretariat. March. Guyana.

CARICOM (2015). Caricom Development Fund Strategic Plan 2015-2020. September. Guyana.

CARICOM (2014). Strategic Plan for the Caribbean Community. 2015-2019: Repositioning Caricom. July. Guyana.

CELAC (2018). Plan de acción conjunto de cooperación en áreas prioritarias Celac-China (2019-2021). Foro Celac-China. Enero. Santiago.

CELAC (2013a). Decisión adoptada por las Jefas y Jefes de Estado y Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAD) sobre la ampliación de la Troika. Enero 28. Santiago.

CELAC (2013b). Documento base: Cooperación para el desarrollo de la Celac: Potencialidad y necesidad de la Cooperación Sur-Sur. V RCN Doc. 17. Mayo.

CELAC (2011). Declaración de Caracas. Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños. Diciembre 3. Caracas

CDEMA (2019). Major hurricane Dorian. Situation report no. 18. September 27, 2019. Barbados.
CDEMA (2014). Regional Comprenhensive Disaster Managment Strategy and Results Framework 2014-2024. Barbados.

CEPAL (2019a). La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe. LC/PUB.2019/16-P. Santiago.

CEPAL (2019b). The Hummingbird. Volume 6. Issue 4. April.

CEPAL (2019c). The Hummingbird. Volume 6. Issue 5. May.

CEPAL (2019d). Territorialización de la Agenda 2030. Observatorio Regional de Planificación para el Desarrollo de América Latina y el Caribe. Nota de Planificación para el Desarrollo N°1.

CEPAL (2018a). Informe del XXXVI periodo de sesiones. LC/SES.37/17. 26 de julio. La Habana.

CEPAL (2018b). Informe de las actividades de Cooperación Sur-Sur llevadas a cabo desde el XXXVI período de sesiones. LC/SES.37/10. 26 de abril. La Habana.

CEPAL (2018c). Nuevos desafíos y paradigmas: Perspectivas sobre la cooperación internacional para el desarrollo en transición. LC/PUB.2018/16. Santiago.

CEPAL (2018d). The Caribbean Outlook. LC/SES.37/14/Rev.1. Santiago

CEPAL (1975). Documentos oficiales 59o periodo de sesiones. Resolución 358 Creación del Comité de Desarrollo y Cooperación del Caribe.

DFID (s.f.) Department for international Development Caribbean.

Gaztambide-Giegel, A. (2000). Identidades internacionales y cooperación regional en el Caribe. Revista mexicana del Caribe, 9, 6-38.

Gouvernement de la République d' Haïti (2012). Plan Stratégique de Développement d' Haïti. Pays émergent en 2030. Mai.

Government of Antigua and Barbuda (2019). Central Government Ministries' Business Plans. Estimates 2019.

Government of Antigua and Barbuda (2015). Medium-Term Development Strategy 2016 to 2020. Ministry of Finance and Corporate Governance.

Government of Barbados (2013). Barbados Growth and Development Strategy. 2013-2020. Ministry of Finance and Economic Affairs.

Government of Belize (2010). National Development Framework for Belize 2010-2030. Horizon 2030.

Government of Belize (2017). Belize's Voluntary National Review for the Sustainable Development Goals 2017.

Government of Dominica (2018). Economic and Social Review 2018-2019. Ministry of Planning and Economic Development.

Government of Grenada (2015). Strategic Development Plan 2030.

Government of St. Christopher and Nevis (s.f.). Budget address 2019.

Government of St. Vincent and the Grenadines (2013). National Economic and Social Development Plan 2013-2025.

Government of The Bahamas (2018). Voluntary National Review on the Sustainable Development Goals. July.

Government of The Bahamas (2017). Vision 2040 National Development Plan of The Bahamas. 2nd Working Draft. 15th May.

Government of the Cooperative Republic of Guyana (2019). Guyana First Voluntary National Review. High-Level Political Forum on Sustainable Development. July.

Government of the Cooperative Republic of Guyana (2017). Green State Development Strategy Vision 2040. March.

Government of the Republic of Suriname (2017). Policy Development Plan 2017-2021. January.

Government of the Republic of Trinidad and Tobago (2016). Vision 2030 National Development Strategy 2016-2030.

Government of Saint Lucia (2019). Voluntary National Review Report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. July.

Gobierno de Cuba (2019). Declaración adoptada al concluir la VI Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de CARICOM y Cuba. Georgetown, Guyana. Noviembre.

Gobierno de Chile (2019). Iniciativas de cooperación del Fondo Chile. Santiago. Marzo.

Gobierno de Chile (2012). Acta final II Reunión de la Comisión Mixta Chile-Caricom. Santiago. Febrero.

Gobierno de México (2017). Declaración Conjunta. IV Cumbre México-CARICOM. Belize City, Belice, Octubre.

IICA (2018). Plan de Mediano Plazo 2018-2022. Serie de documentos oficiales No. 102. San José.

ISDB (2018). Islamic Development Bank 2018 Annual Report. Kingdom of Saudi Arabia.

Karen & Klark Co (2019).Hurricane Dorian Impacts on The Bahamas. September. Boston.

Martínez, L. (2013). La Comunidad del Caribe (CARICOM) en el contexto de un nuevo regionalismo latinoamericano (2001-2012): cambios, desafíos y oportunidades. CLACSO. Buenos Aires.

Ministry of Planning and Development (2019). Public Sector Investment Programme 2020. October. Trinidad and Tobago.

Morales, D. (2018). La política exterior de las potencias latinoamericanas hacia la Caricom: los casos de Brasil, México, Colombia, Venezuela y Cuba. Colombia Internacional, 96, 87-114.

OCDE (2019). Query Wizard for International Development Statistics. Data 2005-2017.

OCDE (2018). Development Co-operation Report 2018. Joining forces to leave no one behind. Paris.

Oficina de las Naciones Unidas para la Cooperación Sur-Sur (2018). Buenas Prácticas en la Cooperación Sur-Sur y Triangular para el Desarrollo Sostenible. Vol. 2. Septiembre. Nueva York.

OEA (2019). Informe anual del Consejo Interamericano para el Desarrollo Integral (CIDI) 2018-2019. CIDI/doc.276/19 rev.1 corr.1. Junio 18.

OEA (2019b). Informe final de la segunda reunión especializada del CIDI de Altas Autoridades de Cooperación. CIDI/RECOOP-II/doc.8/18. Octubre 11.

OEA (2018a). "Development Cooperation OAS-SEDI". Second Specialized CIDI Meeting of High-Level Cooperation Authorities. September.

OEA (2018b). Elegibilidad y propuesta de presupuesto para el ciclo de programación 2017-2021 del fondo de cooperación para el desarrollo de la OEA. AICD/JD/doc.161/17. rev.1. Febrero 27.

OECO (2018). Development Strategy Shaping our Shared Prosperity 2019-2028. October. Castries.

ONU (2017). Haiti. United Nations Development Assistance Framework 2017-2021. June.

ONU (2016). United Nations Multi-Country Sustainable Development Framework in the Caribbean 2017-2021.

ONU (2014). Resolución 69/15 Modalidades de Acción Acelerada para los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo (Trayectoria de Samoa). A/RES/69/15. Diciembre.

Planning Institute of Jamaica (2018). Voluntary National Review Report on the Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. June.

Planning Institute of Jamaica (2009). National Development Plan Vision 2030 Jamaica.

Planning Institute of Jamaica (2018). Economic and Social Survey Jamaica 2018. Jamaica.

PNUD (2015). Financing for development challenges in caribbean SIDS a case for review of eligibility criteria for access to concessional financing. Junio. Trinidad y Tobago.

PNUD (2017). South-South community innovation exchange platform: the experience of the GEF small grants programme. New York.

PIFCSS (2014). Report: Workshop "Ibero-America and the Caribbean South-South Cooperation: Alternatives to work together". Octubre. Guyana.

PIFCSS (2014). Taller: El Caribe y la Cooperación Sur-Sur: alternativas de colaboración con el Informe y el Programa Iberoamericano. Presentación Trinidad y Tobago.

PNUD (2016). Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe. Nueva York.
Secretaría de Relaciones Exteriores (2018). México y la FAO firman acuerdo de cooperación para el establecimiento de un Fondo en favor del Caribe. SRE. Prensa. Comunicado No. 177.

SEGIB (2018). Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica 2018. Noviembre. Madrid.

SEGIB (2012). Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica 2012. Noviembre. Madrid.

SEGIB (2007). Informe de la Cooperación en Iberoamérica. ESTUDIOS SEGIB- Nº 2. Noviembre. Madrid.

The Central Statistical Office of Saint Lucia (2019). Estimates of Revenue and Expenditure 2019-2020.

Serbin, A. (1989). América Latina y la conexión europea del caribe no hispánico. Comisión Sudamericana de Paz. Documento de Estudio No 1.

UE (2014). Caribbean regional indicate programme. 11th European Development Fund. November 25.

USAID (2019a). The Bahamas Hurricane Dorian. Fact Sheet #12. Fiscal Year 2019. September 30.

USAID (2019b). U.S. Foreign Aid by country. Usaid data service. Last Update 13/06/2019.

UWI (2017). The UWI Triple A Strategy 2017-2022. Revitalizing Caribbean Development. Kingston.

PRENSA:

CARICOM (2018). CARICOM needs very concessional financing for climate resilience - Secretary-General LaRocque says. February.

CEPAL (2019). Alicia Bárcena revisó con autoridades del Caribe avances de iniciativa de canje de deuda por adaptación al cambio climático, incluyendo la creación de un fondo de resiliencia. 23 de septiembre.

Ministry of Foreign Affairs of Guyana (2018). Joint press communiqué of the VII round of consultations between the Ministry of Foreign Affairs of China and the Ministries of Foreign Affairs of the Caribbean countries having diplomatic relations with china. February 21.

South-South Galaxy (2019). Establishing an Organic Certification System in the Caribbean. United Nations South-South Galaxy. Solution.

UN DESA (2019). SAMOA Pathway: Shining a spotlight on small islands' priorities. September 20.

UNFPA (2019a). Caribbean hosts South-South Technical Exchange on HFLE Implementation. 9 July.

UNFPA (2019b). Mozambique: Man on a Mission – The Caribbean Impact. UNFPA Caribbean Sub-Regional Office. 10 August 2019.

RECURSOS ON LINE:

AGCID (2019). AGCID y OEA ampliarán becas en materia de gestión de desastres naturales y cambio climático para profesionales del Caribe. Octubre 01. Recuperado de: *https://www.agci.cl/sala-de-prensa/1984-agcid-y-oea-ampliara-becas-en-materia-de-gestion-de-desastres-naturales-y-cambio-climatico-para-profesionales-del-caribe*

AGCID (s.f.). Cooperación chilena comparte experiencia institucional con Trinidad y Tobago. Recuperado de: *https://www.agci.cl/becas/conv/?id=13902&tipo=1*

Banco Mundial (2019). World Bank approves US$30.6 million project to build resilience of public health systems in the Organisation of Eastern Caribbean States. Agosto 29. Recuperado de: *https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/08/29/world-bank-approves-us306-million-project-to-build-resilience-of-public-health-systems-in-the-organisation-of-eastern-caribbean-states*

Barbados Today (2019). Suriname-Barbados link 'pays dividend'. Octubre 30. Recuperado de: *https://barbadostoday.bb/2019/10/30/suriname-barbados-link-pays-dividend/*

CARICOM (2019). CARICOM needs very concessional financing for climate resilience - Secretary-General LaRocque says. February 27. Recuperado de: https://caricom.org/media-center/communications/press-releases/caricom-needs-very-concessional-financing-for-climate-resilience-secretary-general-larocque-says

CARICOM (2019). CARICOM NewsTime - Week ending 25 October, 2019 [Archivo de video]. Communications Office. Recuperado de: h*ttps://www.youtube.com/watch?v=7gAJs3NLJ9w&feature=youtu.be*

CARICOM Today (2019). US$14M announced for CARICOM community development projects at India-CARICOM Summit. September 28. Recuperado de: **https://today.caricom.org/2019/09/26/us14m-announced-for-caricom-community-development-projects-at-india-caricom-summit/**

CEPAL (2017). CEPAL aboga por propuesta de alivio de deuda para el Caribe y establece un grupo de trabajo para su implementación. Diciembre. Recuperado de: **https://www.cepal.org/es/noticias/cepal-aboga-propuesta-alivio-deuda-caribe-establece-un-grupo-trabajo-su-implementacion**

Ellsmoor, J. (2019). Banning Plastic: How Jamaica Moved To Save Its Environment. Febrero 15. Recuperado de: *https://www.forbes.com/sites/jamesellsmoor/2019/02/15/banning-plastic-how-jamaica-moved-to-save-its-environment/#62284c3e163d*

Embajada de Argentina en Barbados (2019). Celebración del workshop regional de cooperación en Barbados. Abril. Recuperado de: *https://ebarb.cancilleria.gob.ar/es/celebraci%C3%B3n-del-workshop-regional-de-cooperaci%C3%B3n-en-barbados-0*

Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Trinidad and Tobago (2019). Ambassador Song Yumin's Signed Article on the 70th Anniversary of the Founding of the People's Republic of China on Mainstream Media in Trinidad and Tobago. Octubre 01. Recuperado de: *http://tt.chineseembassy.org/eng/sgxw/t1704788.htm*

Government of Dominica (2019). Government Directory. Recuperado de: *http://www.dominica.gov.dm/government-directory*

Government of Grenada (2019). Prime Minister Underscores Importance of National Sustainable Development. Septiembre 4. Recuperado de: *https://www.gov.gd/egov/news/2019/sep19/04_09_19/item_1/pm-underscores-importance-national-sustainable-development.html*

Ministere des Affaires Etrangeres de la Republique d´ Haiti. (s.f). Notre mission. Recuperado de: *https://www.mae.gouv.ht/notre_mission.php*

Ministerie van Buitenlandse Zaken (2019). Minister and Staf. Recuperado de: *http://foreignaffairs.gov.sr/minister-staf/*

Ministerie van Buitenlandse Zaken (2019). Onderdirectoraat internationale ontwikkelingssamenwerking. Recuperado: *http://foreignaffairs.gov.sr/over-buza/departementen/onderdirectoraat-internationale-ontwikkelingssamenwerking/*

Ministerie van Buitenlandse Zaken (2019). Suriname benadrukt noodzaak coöperatie en solidariteit binnen non-aligned movement. Octubre 10. Recuperado de: *http://foreignaffairs.gov.sr/nieuws/nieuwsberichten/suriname-benadrukt-noodzaak-cooeperatie-en-solidariteit-binnen-non-aligned-movement/*

Ministerio de Planificación y Cooperación Exterior, Sistema de la ONU en Haití (2018). El Gobierno de Haití y la ONU refuerzan su partenariado durante la revisión del Marco de Desarrollo Sostenible en apoyo a las prioridades nacionales. Recuperado de: *https://www.undp.org/content/dam/unct/haiti/docs/UNDAF%20review%20press%20releases/Espanol%2019-4-2018%20Nota%20Revisi%c3%b3n%20MANUD.pdf*

Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia (2019). Declaración de Cartagena de Indias de la Primera Reunión Ministerial Colombia-CARICOM. Junio 29. Recuperado de: *https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-cartagena-indias-primera-reunion-ministerial-colombia-caricom*

Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador (2017). El Salvador alberga a la V Reunión del Grupo de Trabajo de Cooperación Internacional de la CELAC. Noviembre 14. Recuperado de: *https://rree.gob.sv/salvador-alberga-la-v-reunion-del-grupo-trabajo-cooperacion-internacional-la-celac/*

Ministry of Foreign Affairs and Foreign Trade of Barbados (2019). Barbados and China agree to deepen-cooperation. Recuperado de: *https://www.foreign.gov.bb/featured/308-barbados-and-china-agree-to-deepen-cooperation*

Ministry of Foreign Affairs of The Bahamas (2017). Americas Division (AD). Recuperado de: *https://mofa.gov.bs/department-foreign-affairs/americas-division-ad/*

Ministry of Foreign Affairs of the Cooperative Republic of Guyana (2019). Department of Americas. Recuperado de: *https://www.minfor.gov.gy/department-of-americas/*

Natural Disaster Risk Management in the Cariforum (2019). Nawasa's Community Water Storage Project. Julio 12. Recuperado de: *http://ndrm.cdema.org/02-ndrm-success-stories/#top*

OCDE (2019). History of DAC Lists of aid recipient countries. Recuperado de: *http://www.oecd.org/development/financing-sustainable-development/development-finance-standards/historyofdaclistsofaidrecipientcountries.htm*

OCDE (2018). Interactive summary charts by aid (ODA) recipients. Diciembre 21. Recuperado de: *https://public.tableau.com/views/OECDDACAidataglancebyrecipient_new/Recipients?:embed=yo-:display_count=-yeso-:showTabs=yo-:toolbar=no?o-:showVizHome=no*

OECO (2018) OECS Commission Completes third Spanish-Language Course. Media Centre. Julio 26. Recuperado de: *https://pressroom.oecs.org/oecs-commission-completes-third-spanish-language-course*

The Voice (2019). Taiwan Technical Mission Assists Banana Farmers with Black Sigatoka Disease Control and Fruit Quality Control. Octubre 31. Recuperado de: *https://thevoiceslu.com/?s=taiwan*

United Nations Central Emergency Response Fund (2019). Hurricane Dorian: $1 million from CERF for life-saving aid. Septiembre 05. Recuperado de: *https://cerf.un.org/news/story/hurricane-dorian-1-million-cerf-life-saving-aid*

Wee FM Grenada (2019). Prime Minister Meets With Visiting Delegation From The Kuwait Fund. Abril 25. Recuperado de: *https://www.weefmgrenada.com/prime-minister-meets-visiting-delegation-kuwait-fund/*

ANEXO

Perfil dos quatorze países do Caribe não Ibero-Americano

ANTÍGUA E BARBUDA

Capital
Saint John

PIB per capita
US$ 15.629 (2018)

Independência
Ano 1981

Extensão
440 km²

População
103.000 habitantes

IDH
0.780 (Alto)

Instrumentos de Planejamento nacional

Estratégia de Desenvolvimento de Médio Prazo 2016-2020

- Prioridades: infraestrutura, turismo, espaço marinho, segurança energética e habitação

MEMBRO

OEA, CELAC, SICA, ACS, AEC, CARICOM

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores, Imigração e Comércio

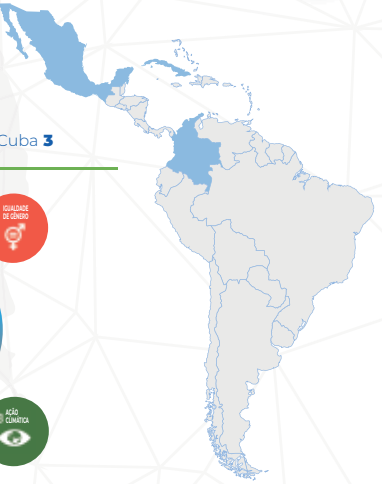
- Sem unidade de cooperação
- 6-10 funcionários para cooperação
- Sem relatório de cooperação
- Com sistema de registro de cooperação

Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), USD 9,9 milhões (2017) Graduação 2020

Principais cooperadores:

Principal Setor: ajuda humanitária

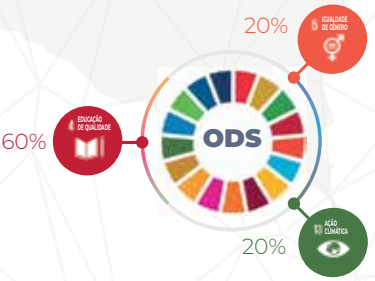
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017



Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

Âmbito social (setores: saúde, educação e água)

Âmbito econômico (setores: energia, ciência e tecnologia e emprego)



Boas práticas

- Gestão da pesca
- Proibição de plástico

BARBADOS

Capital
Bridgetown

PIB per capita
US$ 17.762 (2018)

Independência
Ano 1966

Extensão
430 km²

População
286.000 habitantes

IDH
0.800 (Alto)

Instrumentos de Planejamento nacional

Estratégia de Médio Prazo de Crescimento e Desenvolvimento 2013-2020
- Prioridades: crescimento econômico sustentável, reforma econômica, desenvolvimento social e humano, e sustentabilidade ambiental
- Inclui estratégia de financiamento
- Alta incorporação da cooperação. Papel de destaque da CSS

MEMBRO

OEA · CELAC · CARICOM · ACS · AEC

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

- Ministério de Relações Exteriores
- Comissão mista Suriname-Barbados 2019
- Não receptor AOD (CAD-OCDE) desde 2011
- Maior quantidade de escritórios da ONU no CNIB

Nações Unidas em Barbados

PNUD, UNICEF, UNFPA, OPS, ONUMULHERES, FAO, UIT

Boas práticas*

- Sistema de certificação orgânica

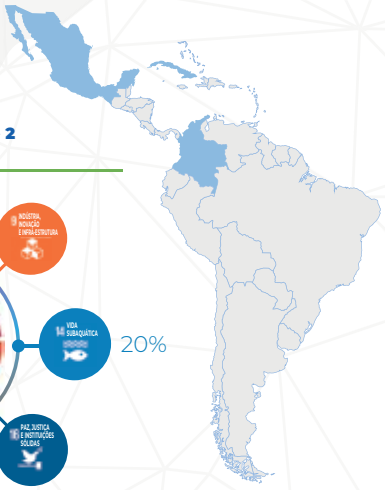
* Fonte: South-South Galaxy

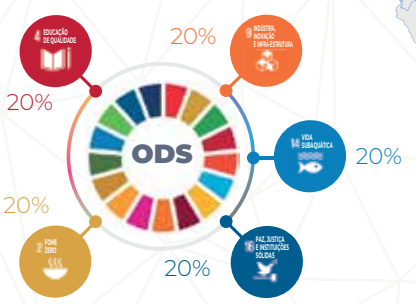
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS (bilateral, regional) PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Colômbia **1** ◆Mexico **1** ◆Chile **2**





BAHAMAS

Capital
Nasáu

PIB per capita
US$ 31.117 (2018)

Independência
Ano 1973

Extensão
13.880 Km²

População
399.000 habitantes

IDH
0.807 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

Estratégia Plano Nacional de Desenvolvimento Vision 2040

- Prioridades: transparência, prestação de contas e efetividade do governo; segurança cidadã; revitalização comunitária; crescimento econômico inclusivo; e meio ambiente sustentável e resiliente.

MEMBRO

OEA, CELAC, ACS AEC, CARICOM

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Unidade de Planejamento (Escritório primeiro ministro)

Ministério de Relações Exteriores (Divisão de Economia, Comércio e Desenvolvimento Sustentável)
- 6-10 pessoas encarregadas da cooperação
- Registro de ofertas de cooperação

- Ministério de Finanças consolida informações de cooperação
- Não receptor AOD (CAD-OCDE) desde 1996

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

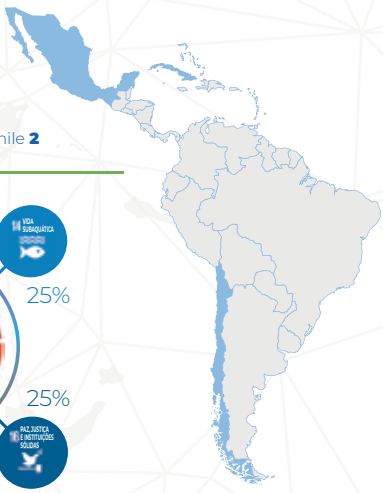
- Âmbito social (setores: saúde, educação e água)
- Âmbito econômico (setor agricultura e energia)
- Âmbito meio ambiente (setor gestão de desastres)

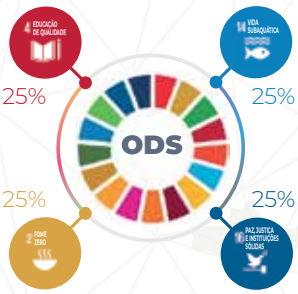
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS (bilateral, regional, triangular) PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆ Cuba **1** ◆ México **1** ◆ Chile **2**





Furacão Dorian (2019)

- USAID: USD 33,7 milhões
- CERF: USD 1 milhão
- Envio de especialistas dos países da CNIb
- Anúncio de criação de Ministério para prevenção de desastres, recuperação e reconstrução

BELIZE

Capital
Belmopán

PIB per capita
US$ 5.033 (2018)

Independência
Ano 1981

Extensão
22.970 km²

População
382.000 habitantes

IDH
0.708 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento Sustentável 2016-2019

Belize Horizon 2030

Relatório Voluntário Nacional - ODS (2017)

MEMBRO

OEA, CELAC, SICA, CARICOM, ACS, AEC

ARQUITECTURA DACOOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores
- Unidade de Cooperação
- Base de dados de Cooperação
- 3 pessoas encarregadas da cooperação

Public Sector Investment Program (PSIP) administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Econômico

AOD USD 34,1 milhões

Principais cooperadores:

Principal área: multissetor (34%)

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

Âmbito econômico (Setores: empresas, emprego, indústria e pesca)

Alinhamento para ODS 1 e 9

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Argentina 1 ◆Colômbia 2 ◆Cuba 3 ◆México 6

Boas práticas

- Cultivo de camarão

-Proteção de arrecifes de corais

DOMINICA

Capital
Roseau

PIB per capita
US$ 31.117 (2018)

Independência
Ano 1978

Extensão
750 km²

População
74.000 habitantes

IDH
0.715 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

- Estratégia de Desenvolvimento Nacional para a Resiliência Dominica 2030
- Intenção de se tornar o primeiro país do mundo resiliente às mudanças climáticas

MEMBRO

OEA, CELAC, ALBA TCP, CARICOM, ACS AEC, OECS

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores e CARICOM (Divisão Assuntos Políticos)

AOD USD 18,7 milhões (2017)

Principal cooperador:

Principal Setor: ajuda humanitária (87%)

Prioridades da Estratégia Nacional de Desenvolvimento

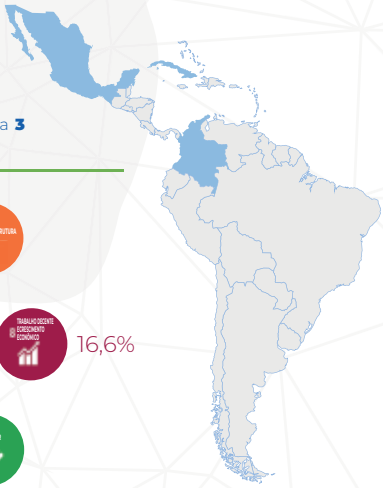
Desenvolvimento social (proteção social, redução da pobreza), meio ambiente e desenvolvimento econômico (políticas fiscais e macroeconômicas)

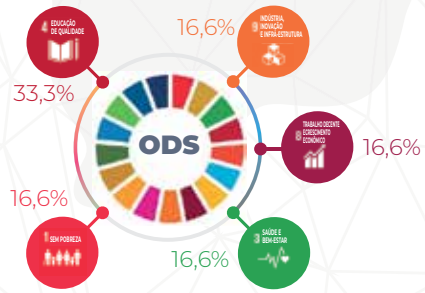
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆México **1** ◆Cuba **2** ◆Colômbia **3**





Representações presenciais

- Dominica: embaixada em Cuba e consulado honorário na República Dominicana
- Embaixadas de Cuba, Nicarágua e Venezuela na Dominica
- Nenhuma agência da ONU

GRANADA

Capital
Saint George

PIB per capita
US$ 10.787 (2018)

Independência
Ano 1974

Extensão
340 km²

População
108.000 habitantes

IDH
0.772 (Alto)

National Planning Instruments

Plano de Desenvolvimento Estratégico 2030

- Prioridades: governança, inovação, infraestrutura, meio ambiente e ecologia, competitividade; sociedade justa; mudança climática e gestão de desastres

MEMBERS

OEA, CELAC, ALBA TCP, CARICOM, ACS AEC, SECS

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores
- Departamento de Políticas e Pesquisa
- Sistema interno de registro e arquivo
- 3 funcionários cooperação com a Ibero-América

AOD USD 5,8 milhões em 2017

Principais cooperadores:

Principal área: multissetor (45%)

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

- Economic sector
- Environment sector

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Cuba **2** ◆México **2** ◆ Argentina **3** ◆ Colômbia **3**

Boas práticas*

- Políticas e padrões primeira infância
- Currículo pré-escolar
- Formação de docentes e estagiários

* Fonte: UNICEF-BDC, 2018

GUIANA

Capital
Georgetown

PIB per capita
US$ 4.709 (2018)

Independência
Ano 1966

Extensão
214.970 km²

População
782.000 habitantes

IDH
0.654 (Médio)

Instrumentos de planejamento nacional

Estratégia de Desenvolvimento Estado Verde Vision 2040
- Prioridades: gestão dos recursos naturais, resiliência econômica e construção de capital humano e capacidade institucional
- Destaca as fontes de financiamento inovadoras

MEMBRO

OEA, CELAC, CARICOM, ACS AEC, UNASUR

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores (Departamento Américas)
- Departamento de Cooperação Internacional

AOD USD 51,1 milhões em 2017

Principais cooperadores bilaterais:

Principal setor: educação (69%)

Kuwait remissão das dívidas US$ 50,7 milhões (2019)

Representações presenciais

- Guiana: embaixada no Brasil, em Cuba e Venezuela. Consulados honorários no Peru e na República Dominicana
- Embaixadas da Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México e Venezuela na Guiana
- Sedes de: FAO, OPS, PNUD, UNICEF e UNFPA

Boas práticas*

- Redução de emissões e desmatamento de florestasn
- Ambientes de aprendizagem

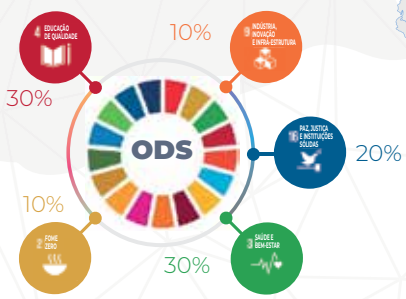
* Fonte: UNICEF-BDC, 2018

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Argentina 1 ◆Colômbia 1 ◆Chile 2 ◆México 2 ◆ Cuba 4



HAITI

Capital
Porto Príncipe

PIB per capita
US$ 733 (2018)

Independência
Ano 1801

Extensão
27.750 km²

Population
11.167.000 habitantes

IDH
0.498 (Baixo)

Instrumentos de planejamento nacional

Plano de Desenvolvimento Estratégico 2030
- Prioridades: refundação territorial, econômica, social e institucional, para a reconstrução e o desenvolvimento
- Destaca estabelecer mecanismo de coordenação da ajuda
- Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2017-2021

MEMBRO

OEA, CELAC, SICA, CARICOM, ACS, AEC

* Apertura sede no Haiti em 2018

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores e Culto (Direção de Assuntos Econômicos e Cooperação)

Ministério de Planejamento e de Cooperação Externa

- Mais de 10 funcionários de cooperação (2 para Ibero-América)
- Módulo de gerenciamento da ajuda externa georreferenciado (no teste do módulo CSS

AOD USD 980 milhões (2017)

Principais cooperadores bilaterais:

Principal Setor: saúde e população (29%)

Maior receptor da AOD de toda a região

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

Âmbito social (setores: saúde, educação e água)

Âmbito econômico (setores energia, agricultura e turismo)

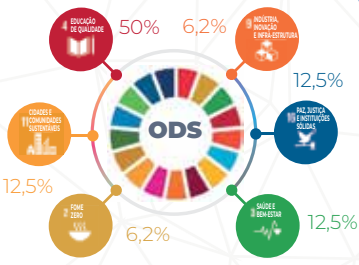
Alinhamento prioritário com os ODS 2 e 3

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Venezuela **1** ◆Chile **2** ◆Equador **2**
◆México **5** ◆Cuba **6**



Representações Presenciais

- Embaixada na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Guatemala, México, Panamá, República Dominica. Consulado honorário na Costa Rica
- Embaixadas da Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México, Panamá, República Dominicana. Consulados honorários do Equador, Nicarágua, Paraguai, Uruguai
- Sedes de: FAO, OCHA, ONU-MUJERES, OPS, PNUD, PMA, UNESCO

JAMAICA

Capital
Kingston

PIB per capita
US$ 5,551 (2018)

Independência
Ano 1962

Extensão
10,990 km²

População
2,899,000 habitantes

IDH
0.732 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

Visión 2030 Jamaica
- Prioridades: prosperidade econômica, meio ambiente, coesão social e justiça

- Destaca a necessidade da cooperação para o intercâmbio de recursos, conhecimento e capital

MEMBRO

OEA, CELAC, SELA, CARICOM, ACS AEC

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações e Comércio Exterior (Departamento para as Américas e o Caribe)

Instituto de Planejamento da Jamaica (Divisão de Gerenciamento da Cooperação Exterior)

- Mais de 10 funcionários de cooperação

- Publicação da Pesquisa Social e Econômica

AOD USD 58,8 milhões (2017)

Principais cooperadores:

Principal Setor:

infraestrutura social (23%)

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

Âmbito econômico (setores: agricultura, pesca, empresas e ciência e tecnologia)

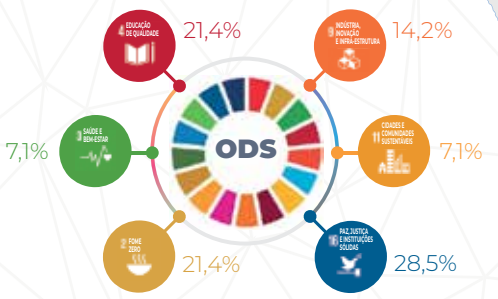
Alinhamento prioritário com os ODS 1 e 17

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆ Argentina **1** ◆ Colômbia **2** ◆ Cuba **3** ◆ México **8**



Boas práticas

- Educação em saúde e vida em família
- Programa mães adolescentes
- Programa de desenvolvimento comunitário

SÃO CRISTÓVÃO E NEVES

Capital
Basseterre

PIB per capita
US$ 17.550 (2018)

Independência
Ano 1983

Extensão
269 km²

População
56,000 habitantes

IDH
0.778 (Alto)

National Planning Instruments

Orçamento Anual 2019

- Prioridades: construção de resiliência nos setores relacionados à agricultura, transporte, energia e água
- Alinhado a 9 ODS

O país obtém assistência técnica para formular um novo Plano Nacional de Desenvolvimento

MEMBRO

OEA, CELAC, ALBA TCP, CARICOM, ACS AEC

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores e Aviação

Ministério de Desenvolvimento Sustentável (Departamento de Assuntos Econômicos) coordena a cooperação
- Mais de 10 funcionários de cooperação

- Registra as fontes de financiamento
- Designou um ponto focal para o PIFCSS
- Não é receptor AOD (CAD-OCDE) desde 2014
- Destaca a cooperação de Taiwan

Prioritized SSC/TrC cooperation needs and demands by the country

- Social area: (Health and drinking water sectors)
- Economic area: (Agriculture and trade)

Prioridade de alinhar o CSS / CT com os ODS 3 e 13

Good practices

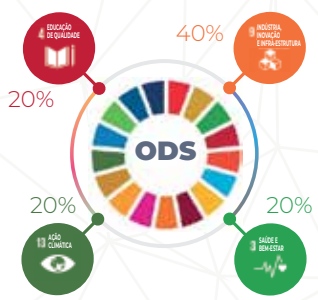
- Revenue and Debt Management
- Primary and secondary universal Healthcare

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆México **1** ◆Colômbia **4**



SÃO VICENTE E GRANADINAS

Capital
Kingstown

PIB per capita
US$ 7,362 (2018)

Independência
Ano 1979

Extensão
390 km²

População
110,000 habitantes

IDH
0.723 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2013-2025

- Prioridades: crescimento econômico; desenvolvimento humano e social; promoção da boa governança e eficácia da administração pública; infraestrutura física, meio ambiente e resiliência às mudanças climáticas

MEMBRO

OEA, CELAC, CARICOM, ACS, AEC

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores (Departamento de Política Externa e Investigações)

- 2 funcionários para a CSS
- Sem relatório de cooperação
- Sem sistema de informações sobre a cooperação

AOD USD 7,3 milhões (2017)

Principais cooperadores:

Principal Setor:
Ajuda humanitária (34%)

Necessidades e demandas de cooperação de CSS/CT priorizadas pelo país

Âmbito social (setores: educação e saúde)
Âmbito econômico (setores: comércio e indústria)

Prioridade de alinhar a CSS / CT com os ODS 4 e 8

Boas práticas

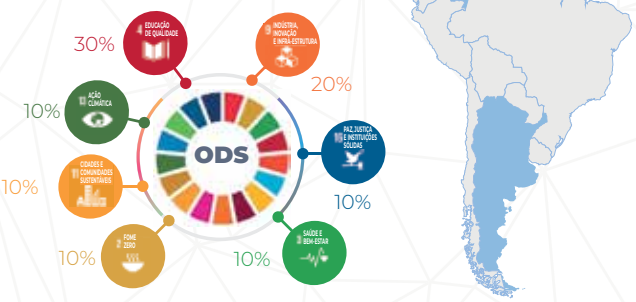
Inglês como segunda língua (implementada com o Equador)

MAIN SSC BILATERAL PARTNERS RECIPIENT ROLE 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Argentina 2 ◆Colômbia 2 ◆México 2 ◆Cuba 2



SAINT LÚCIA

Capital
Castries

PIB per capita
US$ 10,536 (2018)

Independência
Ano 1979

Extensão
620 km²

População
180,000 habitantes

IDH
0.747 (Alto)

MEMBRO

OEA · CELAC · CARICOM · ACS · AEC

Instrumentos de planejamento nacional

Estratégia de Desenvolvimento de Médio Prazo 2019-2022
- Prioridades: âmbito social (saúde, educação e segurança cidadã) e econômico (turismo, agricultura e infraestrutura)

Relatório Voluntário Nacional - ODS (2019)

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Finanças, Crescimento Econômico, Trabalho, Serviços Públicos e Relações Exteriores
- Sem relatório de cooperação

AOD USD 12,6 milhões (2017)

Principais cooperadores:

Principal Setor:
Ajuda humanitária (72%)

Boas práticas

Identificação precoce em desafios de desenvolvimento

Adaptar, mudar, tomar ações

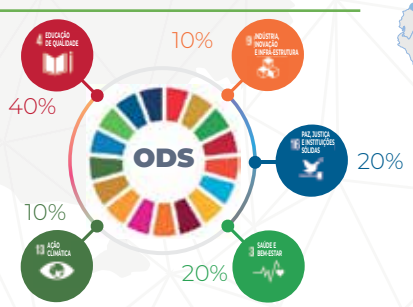
Plano Nacional de Adaptação

PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Argentina **2** ◆Colômbia **2** ◆Cuba **3** ◆México **3**



Representações Presenciais

- Santa Lúcia: embaixada em Cuba e consulados honorários na República Dominicana
- Embaixadas do Brasil, Cuba, México e Venezuela e consulado honorário do Chile em Santa Lúcia
- Sede de: FAO

SURINAME

Capital
Paramaribo

PIB per capita
US$ 6,322 (2018)

Independência
Ano 1975

Extensão
163,820 km²

População
568,000 habitantes

IDH
0.720 (Alto)

Instrumentos de planejamento nacional

Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021

- Prioridades: desenvolvimento de capacidade, desenvolvimento econômico e diversificação, progresso social e uso e proteção do meio ambiente
- Inclui estratégia de financiamento para a cooperação

Estratégia 2035 (em formulação)

MEMBRO

OEA, CELAC, SELA, CARICOM, ACS AEC, ALBA TCP

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores

- Secretaria Permanente de Assuntos Geopolíticos e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (área de cooperação e de comércio)
- III Comissão Mista Suriname-Barbados (2019)

AOD USD 5,8 milhões (2017)

Principais cooperadores bilaterais:

Principal Setor:
Educação (69%)

Boas práticas

Comunicação baseada na comunidade

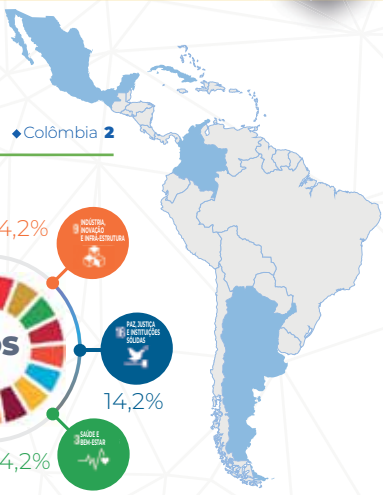
Energias renováveis e eficientes

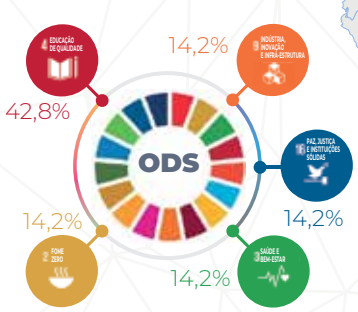
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆Argentina **1** ◆México **2** ◆Cuba **2** ◆Colômbia **2**





Representações Presenciais

- Suriname: embaixada no Brasil, em Cuba e Venezuela. Consulados honorários na República Dominicana e no Uruguai
- Embaixadas do Brasil, Cuba, Venezuela e consulados honorários do Chile e da Nicarágua no Suriname
- Sede de: PNUD, UNFA, OPS

TRINIDADE E TOBAGO

Capital
Porto Espanha

PIB per capita
US$ 17.034 (2018)

Independência
Ano 1962

Extensão
5.131 km²

População
1,373,000 habitantes

IDH
0.784 (High)

Instrumentos de planejamento nacional

Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2016-2030 Visão 2030

- Prioridades: governança, produtividade (infraestrutura e transporte), competitividade global e meio ambiente

Relatório Voluntário Nacional - ODS (a ser apresentado em 2020)

MEMBRO

OEA, CELAC, SELA, CARICOM, ACS AEC

ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO

Ministério de Relações Exteriores e CARICOM (Divisão das Américas)

Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Sustentável (Unidade de Cooperação Técnica)

- Divisão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (prevista para 2020)

Não é receptor AOD (CAD-OCDE) desde 2011

- 45 anos de relações diplomáticas com a China

Representações presenciais

- Trinidade e Tobago: embaixadas no Brasil, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Panamá, Venezuela. Consulados honorários no Equador, Paraguai, Peru e República Dominicana

- Embaixadas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela e o consulado honorário do Uruguai em Trinidade e Tobago. Sedes de: FAO, OMI, OPS, OIT, PNUD, UNFPA

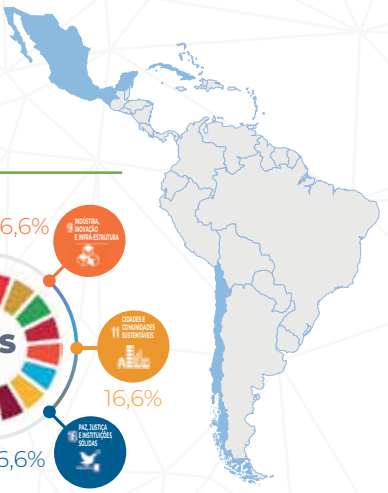
- Sede regional da CEPAL

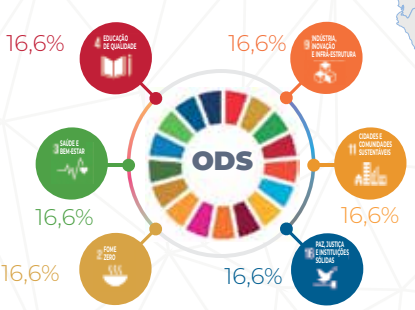
PRINCIPAIS PARCEIROS DE CSS BILATERAL e REGIONAL: PAPEL RECEPTOR 2017

Número de iniciativas por país

1 - 5 | 6 - 10 | + 11

◆ Cuba **1** ◆ Chile **2** ◆ México **3**





Secretaría General Iberoamericana
Secretaria-Geral Ibero-Americana

PROGRAMA IBERO-AMERICANO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL - SUL 10 ANOS

Esmeralda 1231, Palacio San Martín Casa 2, Piso 3
C.A.B.A. C1007ABR - República Argentina
Tel +5411 4310 8309
www.cooperacionsursur.org

ISBN 978-987-1767-39-7

@PIFCSS

cooperacionsursur

cooperacionsursur